

# MOVIMENTO SOCIALISTA

Izaltino Pereira

QUAL A POSIÇÃO DO NOSSO  
SINDICALISMO?

★

TENDENCIAS ESTADONOVISTAS  
NA POLITICA NACIONAL

★

Manuel Agustin Aguirre

A AMERICA LATINA E A  
LUTA PELO SOCIALISMO

★

August Thalheimer

MARXISMO E EXISTENCIALISMO

2

LANÇAMENTOS DA

# *Editôra Saga*

★ A Tragédia da Hungria

de IMRE NAGY — Cr\$ 150,00

★ O Caminho (Socialista) d  
Iugoslávia

de JOSIP BROZ TITO — Cr\$ 130,00

★ O Deus Nu

de HOWARD FAST — Cr\$ 150,00

---

Pedidos por reembolso

EDITÔRA SAGA

Avenida Rio Branco, 185 - Grupo 509

RIO DE JANEIRO — D. F.

PREÇO: Cr\$



## MOVIMENTO SOCIALISTA

Revista Independente

1º de dezembro de 1959

Ano 1 — Nº 2

Rio de Janeiro

Diretor: Luiz Alberto Dias Lima

Redação e Administração:

Av. 13 de Maio, 23 — 9 — s/922

São Paulo

Representante: Paulo Singer

Rua Barão de Itapetininga, 59 — s/218

Telefone: 32-7315



# Tendências Estadonovistas na Política Nacional

Vão adquirindo nitidez e ganham a superfície visível dos acontecimentos políticos as tendências autoritárias, antidemocráticas e liberticidas que vinham sendo geradas no bôjo do processo econômico de desenvolvimento industrial e do processo correlato de crescimento do poder político da burguesia. Essa tendência geral, que já é mais do que um mero germe ou esbôço no seio das classes dominantes, mais do que um simples anseio, pois começa a ganhar forma e expressão consciente, poderá tornar-se rapidamente um elemento de primeira importância no quadro geral, à medida que se pronuncie o inexorável desenvolvimento da crise política. Trata-se, pois, de um perigo real, concreto e que se manifesta desde as reivindicações "teóricas" de uma reforma constitucional até às medidas de força e às advertências de emprêgo da violência armada contra o movimento operário.

É indispensável uma análise e reconhecimento das causas, das forças e dos objetivos dessa tendência, — que já vai se configurando como uma corrente ativa através de medidas práticas, — para tornar possível a elaboração e formulação de uma linha de conduta independente capaz de preservar e fazer avançar o que já existe de movimento de massas organizado com consciência de classe, nas fábricas e nos sindicatos, e no movimento socialista revolucionário, que é a sua correspondente política não obstante tôdas as suas momentâneas debilidades e dispersão orgânica. Nem é preciso insistir em que se trata de um novo e esperado agravamento da luta de classes. Por mais complexa que se apresente a situação, no essencial, trata-se de um confronto de forças entre a burguesia e o proletariado. Por isso, a questão do direito de greve está suscitando a múltipla contra-ofensiva da burguesia. Mas, êsse traço geral, embora o decisivo para quem se coloca do ponto de vista da classe operária, nem se apresenta isolado e nem dispensa a identificação dos demais elementos para esclarecer a situação. Esta é a tarefa que pretendemos iniciar aqui, nesta primeira abordagem do problema.

Já dizia Marx que a burguesia tira no parágrafo primeiro aquilo que não pôde deixar de conceder no artigo correspondente da Constituição. Isto é tanto mais verdadeiro quanto se trata de uma Carta de compromisso como a que foi votada no Brasil, em 1946. Estávamos, então, no auge de uma viragem democrática caracterizada por um grandioso impulso ofensivo do movimento operário que rompia as cadeias do Estado Novo, favorecido pelas condições políticas decorrentes da recente vitória sôbre o nazismo. Não cabe aqui mais do que o registro da incapacidade dos que, então, se



arrogaram os direitos da vanguarda e captaram um crédito de confiança das massas para capitalizar e consolidar politicamente as ações magníficas da classe operária. Confundiu-se a paz política entre os Estados, entre os aliados da véspera e a União Soviética, com a paz entre as classes sociais, com a colaboração de classes, a paz social. Como hoje, investia-se contra o direito de greve. Greve era "provocação". As reivindicações operárias, proclamadas de palavra, eram negadas na prática pelas palavras de ordem de "apertar o cinto" e das "comissões mistas de eficiência", mistas de representantes patronais e operários. Tudo isto conduziu, na elaboração da Carta de 46, a um traiçoeiro compromisso com o Estado Novo.

As classes dominantes, particularmente a burguesia industrial que veio do Estado Novo fortalecida por draconianas leis anti-operárias, leis nacionalistas como o Código de Águas, empresas básicas como Volta Redonda e, o que é mais importante, pelos lucros da guerra, os lucros extraordinários, enveredaram pelo caminho de salvar o máximo do Estado Novo e adiar para as calendas gregas as conquistas democráticas de que o proletariado é o principal fiador. No próprio curso do debate constitucional, o Poder Executivo governava de acordo com os poderes discricionários da Carta de 10 de novembro de 37. Em substituição aos desmoralizados dispositivos da legislação anti-operária vigente, o governo Dutra promulgou o decreto-lei 9.070. Objetivo: liquidar o direito de greve. O Catete substituiu-se ao Poder Constituinte, sem protesto de ninguém. Ao mesmo tempo, todas as conquistas democráticas tornavam-se objeto de futuras leis complementares da Constituição. Nenhuma das leis complementares saiu. Em compensação, permaneceu de pé a lei antigreve. Assim, as alternativas e variações das relações de forças, a situação de fato sempre se impôs ao "estado de direito" toda vez que estiveram em jogo vitais interesses da classe. A burguesia, em disputa com outros setores das classes dominantes, aguardava o momento propício, acumulava forças e conquistava posições para provocar um ajuste em profundidade quando julgasse oportuno e conveniente.

Ao longo das vicissitudes do movimento operário nesses quase 15 anos já transcorridos, o fundo do quadro permaneceu o mesmo: está de pé o decreto-lei antigreve 9.070 em defesa do qual as mais altas instâncias judiciárias firmaram o tabu da jurisprudência de classe; todo o aparelho intervencionista, opressivo e ditatorial, estadonovista, do cerrado controle do Ministério do Trabalho e a legislação social elaborada durante o período de ditadura aberta foram mantidos e aperfeiçoados. Agora, quando nem a burguesia industrial e nem o proletariado são mais os mesmos de 1946, a situação sofre um novo agravamento e o choque de interesses de classe torna-se mais agudo. A burguesia avançou em todos os terrenos: fortaleceu-se numérica e qualitativamente, viu crescer seu peso e importância na economia nacional e ampliou sua influência sobre a máquina do Estado, assumindo progressivamente o controle de uma faixa crescente e cada vez mais decisiva do comando geral do país. A classe operária, com seus efetivos em constante aumento, experimentou uma concentração notável de seus efetivos nos locais de trabalho das empresas em crescimento e das novas grandes fábricas, bem como nos principais centros urbanos. Embora desprovida de orientação política à altura e reduzida, como classe, à ação



prática apenas por objetivos econômicos imediatos, o proletariado teve, mesmo nessa ação limitada, um instrumento de aglutinação e mobilização, de revitalização da velha base sindical que permaneceu podre nas cúpulas, mas realizou certos progressos na mobilização e no recrutamento sindical nos locais de trabalho e nas assembleias sindicais. Como exemplo, basta lembrar que greves e lutas foram impostas a certas direções, contra a sua vontade, por assembleias que não se deixaram dominar ou iludir. "Não sei se poderei controlar a assembleia com esta proposta", eis uma resposta comum de diretores de sindicatos aos prepostos do Ministério do Trabalho e aos representantes oficiais e "assessores da vice-presidência da República" que, tantas vezes, funciona ostensivamente como um ministério sem pasta, paralelo e em substituição de fato ao Ministério do Trabalho.

Mas como a ideologia socialista foi posta de lado e substituída pelo nacionalismo, a burguesia passou a utilizar menos o 9.070 e a dar mais ênfase à ofensiva ideológica do desenvolvimentismo. Concebeu o plano de um profundo e extenso controle ideológico da classe operária, como recurso mais eficiente do que a coação da lei antigreve, na expectativa de que assim as reivindicações operárias poderiam ser contidas dentro de limites "razoáveis". Entretanto, como uma das mais notáveis manifestações da luta de classes, o já referido reforçamento relativo das lutas sindicais produziu um primeiro e magnífico fruto da consciência operária, independente, de classe, neste país: o projeto da lei de greve que tomou o nome do deputado Aurélio Viana, elaborado com a contribuição direta de militantes sindicais e que não é mais do que uma síntese das experiências e reivindicações das lutas realizadas de 1946 para cá.

No presente momento, a burguesia, seus rábulas e parlamentares, seus ideólogos e organizações representativas, deixam de lado as teses da paz social para empreender uma ofensiva aberta e descarada contra a lei de greve, em particular, e contra o direito de greve, em geral, na mais escancarada reação contra as franquias democráticas em tudo que possam favorecer o movimento operário. Ao mesmo tempo, a Justiça do Trabalho toma o pulso da situação, aplicando, aqui e ali, o decreto 9.070; o Ministério se atreve a decretar o policiamento ostensivo das assembleias sindicais, mediante a famosa portaria que proíbe a presença de "pessoas estranhas" ao quadro sindical, o que, se mantido, tornará impraticável a unidade e colaboração intersindical; e o ministro da Justiça reúne autoridades militares e policiais para tropejar ameaças de repressão armada à realização de um movimento grevista de maior envergadura. Note-se que já estamos em plena campanha sucessória, mas nenhum dos candidatos e dos partidos que os sustentam julgou útil ou necessário ao menos uma manifestação verbal em apoio aos direitos e reivindicações dos trabalhadores. Tudo está sendo disposto para que a campanha política da sucessão presidencial se faça sem a presença influente desses incômodos temas operários. É mais fácil e menos perigoso falar em "reformas de base", em "reforma agrária", questões remetidas a "comissões de estudo" que elaborarão discursos, pareceres e projetos a serem considerados no futuro período presidencial. A burguesia tem motivos ponderáveis para dar às candidaturas uma característica: a da autoridade, da força, da ordem, da *dura lex sed lex*. O candidato militar apresenta-se logo, de início,



como a encarnação desses princípios; seu oponente, usando da demagogia combinada com um messianismo individualista, como "homem providencial", acima dos partidos, é combatido justamente como um candidato a ditador capaz de governar por meio de bilhetinhos autoritários. As diferenças de estilo não chegam para esconder a identidade de métodos e de conteúdo político das candidaturas preferidas até agora. Isto exprime uma tendência e não uma coincidência.

Com efeito, o programa de metas industriais, acelerando a diferenciação de classe e impondo uma tremenda e crescente carestia da vida ao povo, revolucionando as condições de trabalho e implicando numa impiedosa acumulação capitalista, está agravando e exasperando as contradições da sociedade brasileira. O crescente descontentamento popular pelos sacrifícios impostos às grandes massas, que sofrem o racionamento como no tempo da guerra, não deverá, em hipótese alguma, articular-se com o movimento operário sem perigo para os ambiciosos projetos da burguesia industrial. Daí a necessidade de confinar a classe operária dentro de certos limites e, se necessário, amordaçá-la completamente. De outro lado, a desagregação, desorganização e desmoralização dos partidos existentes, sem exceção, demonstram que a atual estrutura partidária está superada. Não é por acaso que os paulistanos votaram e fizeram majoritário um rinoceronte, nem que os "grandes" partidos buscam homens providenciais fora de seus quadros. Tanto os eleitores, na base, como os proprietários monopolistas das legendas, chegaram, ambos, à mesma conclusão. Existe, porém, o perigo aberto de que, nos novos caminhos a escolher, marchem em sentidos opostos. Daí a existência de uma corrente que chega mesmo a preconizar medidas extra-constitucionais, golpistas, para cancelar preventivamente as eleições. Mas o fundo do problema está em que chega a hora de uma reorganização partidária (meta mínima, mais ou menos imediata) e político-constitucional (meta máxima, que poderá tornar-se urgente). Isto, a burguesia, no comando das classes dominantes, quer e precisa fazer com calma, sem maiores perturbações, isto é, sem ter na ilharga um movimento operário fora de seu controle, dotado de independência e capaz de fazer pesar na balança a força do exército do trabalho. O direito de greve tornou-se o símbolo desse embate político, porque é um choque de classes de antagônicos e irreconciliáveis interesses. Nem mesmo o projeto do senador Jefferson Aguiar está sendo poupado. A burguesia não vacila em triturar seu porta-voz que concebeu e aplicou a técnica de criar tais obstáculos legais à realização de uma greve que pôde dar-se ao luxo de referendar os piquetes e certos direitos dos grevistas, como o pagamento dos dias parados e sua estabilidade. Projeto realista de quem diz: uma vez que operários tenham tanta força que cheguem a fazer a greve, mesmo com os impedimentos e obstáculos que lhe são opostos, então de nada valerá uma proibição de piquetes e outras cousas que fariam e conquistariam inevitavelmente.

Isto pareceu demais, mesmo assim. A questão agora está colocada em termos de hierarquia social: patrões e empregados, dirigentes e dirigidos. A lei, quem a faz são os patrões, os dirigentes, que proclamam a necessidade de eliminar uma contradição da Constituição onde se consagra simultaneamente a Justiça do Trabalho e o direito de greve. Ou bem Justiça do



Trabalho, a solução dos conflitos dentro da lei e perante os tribunais, ou bem a greve com a “desorganização da produção”. Está claro que é preciso riscar o direito de greve da Constituição. Mas como, de imediato, isto ainda não é possível, conciliam-se os dois artigos contraditórios: greve só para exigir a aplicação de decisões desrespeitadas da Justiça trabalhista, cujos arestos valeriam, unilateralmente, só para os operários — quando fôsse contra os trabalhadores, êstes teriam que respeitá-los; quando fôsse um privilégio patronal qualquer, êstes poderiam desrespeitar o julgado, caso em que a questão seria reaberta legalmente, *risum teneatis*, graças a uma lei de greve recortada pelos alfaiates da Confederação Nacional da Indústria. Só nos falta a bênção dos heróis da “subordinação de tôdas as esferas da luta de classes” aos sagrados objetivos da conquista de um “governo nacionalista e democrático”.

Além do mais, a burguesia precisa de ordem, da sua ordem, de estabilidade, da sua estabilidade, de uma subordinação maciça da população a começar pela classe operária, a fim de garantir a sua política de atração dos investimentos estrangeiros. Isto não quer dizer que seja abandonada a pretensão de subordinar ideologicamente os trabalhadores. Agora mesmo e logo após o fiasco da nati-morta greve geral de 3 de outubro e sob o patrocínio afetuoso do ISEB, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria encerra um ciclo de conferências sôbre “Estudos dos Problemas do Brasil” com o anúncio de uma “nova orientação dos sindicatos brasileiros”. São os três itens programáticos do reboquismo: “participação direta e permanente dos trabalhadores no planejamento e execução do processo de desenvolvimento econômico; exigência de soluções nacionalistas no processo de desenvolvimento econômico, considerando que os trabalhadores constituem o maior grupo de responsáveis pela formação da maior parcela da opinião pública; convencimento de que o pronunciamento dessa maior parcela do povo brasileiro deve ser feito disciplinarmente, isto é, através da conquista de uma unidade de fato e com origem nos centros de concentração de trabalhadores, que devem, inclusive, exigí-la”.

Nenhuma reivindicação operária. Nem sombra de direito de greve, de previdência social, de aumento de salários, de luta contra a carestia. Nada. Desfolhando-a do linguajar empolado, o que sobra mesmo é o desenvolvimento econômico, o nacionalismo e a disciplina, sim a “unidade” transfigurada em disciplina. São as teses da Confederação Nacional da Indústria e do Conselho Superior das Classes Produtoras. Quem quiser ser cego que não veja a identidade profunda entre as conclusões dos “dirigentes sindicais” e as críticas patronais à lei de greve. Êste é o ponto nodal das tendências estadonovistas, autoritárias e liberticidas: manter a classe operária em *disciplina*, como condição *sine qua non* da consolidação do poder burguês.

Se isto fôr possível com parlamento e partidos funcionando, segundo o modelo degaulista, muito bem. Do contrário, será inevitável apelar para um Estado Novo mais furibundo do que o anterior, como ameaça o sr. Assis Chateaubriand.

Êste é o perigo que nos ameaça. Será impossível enfrentá-lo vitoriosamente fora do terreno da luta de classe, enrolando a bandeira do socialismo.



# Esbôço de uma Análise Marxista do Nacionalismo

PAULO SINGER

*"...A gente não deve se deixar desorientar pelo brado de "unidade". Aquêles que têm esta palavra mais vêzes sob os lábios são os que semeiam mais discussões..."*

*Carte de F. Engels a A. Bebel, datada de Londres, 20 de junho de 1873.*

1. O socialismo científico, desde a sua criação como método de investigação e interpretação da realidade, sempre se caracterizou por colocar os problemas sociais sob o prisma da LUTA DE CLASSES. Em contraste com o socialismo utópico, que supunha residir o motor do desenvolvimento social na cabeça dos homens, nas suas idéias, o marxismo salienta a base material destas idéias, o entre-chocar de interesses econômicos que constitue o solo fecundo do qual germinam concepções, doutrinas e ideais.

2. Na moderna sociedade capitalista a luta de classes se trava principalmente entre a GRANDE BURGUESIA — detentora dos meios de produção — e o PROLETARIADO — possuidor unicamente da sua força de trabalho, que é obrigado a vender para poder subsistir. A luta entre a burguesia e o proletariado se trava em dois planos, que embora ininteligados, é preciso distinguir: a) no PLANO HISTÓRICO, no qual o objetivo da classe operária é socializar os meios de produção, construindo uma sociedade sem classes, ao passo que a burguesia procura conservar, na medida dos seus interesses, a propriedade privada dos meios de produção, que constitue a base do seu domínio de classe; b) no PLANO DA DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO DO TRABALHO, dentro dos limites do regime capitalista, em que a burguesia procura reduzir ao mínimo o preço da força de trabalho — a parcela de trabalho que é paga ao trabalhador — aumentando ao máximo a mais valia — a parcela de trabalho não pago de que ela se apropria — ao passo que o proletariado procura reduzir a taxa de exploração (relação entre mais valia e trabalho total) de modo a melhorar o seu nível de vida.

3. Da luta entre a burguesia e a classe operária no plano da distribuição do produto do trabalho — que se trava sob a forma de lutas salariais, greves, reivindicações de melhorias sociais etc. — resulta um certo montante (maior ou menor) de mais valia a ser apropriado pela burguesia. Esta apropriação, no entanto, é INDIVIDUAL. Uma segunda luta, dentro dos quadros da burguesia, se trava — de todos contra todos — pela apropriação do trabalho não pago,



que se apresenta sob a forma de lucro; são as guerras de preços, a propaganda e contra-propaganda, o açambaramento e demais manobras de mercado, enfim a CONCORRÊNCIA leal e desleal, sob tôdas as suas formas. Esta luta interburguesa tende a levar a um agrupamento dos contendores em trusts, cartéis etc. cujo objetivo é o monopólio, a eliminação do conflito pelo domínio do mercado por um único grupo poderoso; esta tendência por sua vez é contrariada, muitas vezes, pelos interesses globais da burguesia e esta é a razão porque, embora vigorando como tendência que em muitos campos da produção já eliminou quase todos os competidores individuais, ela ainda não se realizou inteiramente, como monopólio absoluto e definitivo, em tôda economia.

4. O modo de produção capitalista deu lugar a um prodigioso desenvolvimento das forças produtivas, que exige de um lado quantidades crescentes de energia e matérias-primas e do outro mercados de escoamento para uma produção cada vez mais gigantesca. Sendo o modo de produção capitalista desprovido de qualquer planificação central, que ultrapasse o nível de empresa, o seu desenvolvimento anárquico agudizou a competição pelas fontes de energia e matérias-primas e pelo domínio dos mercados, na mesma medida em que cresciam estas necessidades. Como vimos acima esta competição tende a gerar o agrupamento dos competidores em blocos cada vez mais poderosos. A partir da passagem do século XIX para XX, a área de competição do capitalismo se deslocou decisivamente do mercado nacional para o mercado mundial. Do domínio dos mercados depende a apropriação da mais valia produzida em escala internacional. O setor da burguesia que conseguir dominar maior massa de fatores de produção (matérias-primas, mão-de-obra, energia) e constituir-se em monopólio num setor do mercado pode apoderar-se, não só da mais valia dos trabalhadores por êle explorados, sob forma de LUCRO, mas também de parte da mais valia de trabalhadores explorados por outros setores da burguesia sob forma de SUPERLUCRO. Pode-se dizer que a caça ao superlucro é a alma dos monopólios, assim como a economia monopolista (mercado dominado por um só produtor ou distribuidor) ou oligopolista (mercado de poucos competidores) é a alma do imperialismo, na sua expressão moderna.

5. Embora a internacionalização das relações de produção capitalistas levasse à criação de numerosos trusts, cartéis e congêneres de ÂMBITO mundial, é inegável de que a BASE dêstes grupos continuava sendo determinada burguesia NACIONAL. O cosmopolitismo da grande burguesia, que encara o mundo como um grande mercado explorador, não impede que, na defesa dos seus interesses competitivos, ela recorra, em escala crescente, à solidariedade da burguesia nacional, de que ela faz parte. Assim, ao mesmo tempo em que as economias nacionais se tornam interligadas e interdependentes, a luta interburguesa pela apropriação da mais valia aprofunda o entrechoque destas mesmas economias nacionais sob a forma de guerras tarifárias, guerras diplomáticas, lutas por investimento e — quando necessário — luta armada. Daí o ressurgir de um virulento nacionalismo (chauvinismo) nas nações industrializadas da Europa, do qual o facismo foi a expressão extrema.

6...A Primeira Guerra Mundial e — em maior medida — a Segunda foram resultados destas novas condições sociais e econômicas e por sua vez causas de novos reagrupamentos. A partir de 1945 vemos acentuar-se o predomínio norte-americano no mundo capitalista, baseado na pujança da economia dos EE. UU. e na decadência dos antigos centros capitalistas (Inglaterra, Fran-



ça, Holanda etc.) e estimulado pela expansão da U.R.S.S. que suprimiu do mercado capitalista extensas áreas da Europa Central e Oriental e da Ásia. A burguesia americana, de um lado, defende os seus próprios interesses como classe nacional, substituindo as antigas potências coloniais na exploração dos países subdesenvolvidos (1); por outro lado, tenta reunir sob sua liderança toda a burguesia do "mundo livre" em defesa do regime capitalista como regime.

7. Nos países subdesenvolvidos o fenômeno se apresenta sob um novo ângulo. A expansão das forças produtivas levou à criação, nestes países, de economias COMPLEMENTARES às dos países industrializados. Esta complementaridade exprime através de dependência em que elas se acham das relações econômicas (comerciais) com o centro capitalista industrializado — Europa Ocidental e Estados Unidos, aos quais fornecem matérias-primas vegetais (algodão, borracha, cacau), animais (lã, couro) ou minerais (petróleo, minério de cobre, ferro, estanho, manganês) e produtos alimentares (trigo, café, frutos) e dos quais adquirem produtos industriais de toda espécie. Tendo as últimas crises do capitalismo (1ª e 2ª Guerra Mundial e crise de 1929) perturbado imensamente e — em certos casos interrompido mesmo — estas relações, certos países subdesenvolvidos puderam e tiveram que desenvolver economias PARALELAS — embora incipientes — às dos países metrópoles. Isto deu lugar a uma nova constelação de interesses nas classes dominantes destes países subdesenvolvidos, antes apenas ligados ao imperialismo. Os novos segmentos da burguesia industrial apresentam frente aos países industrializados um duplo caráter: NEGATIVO, na medida em que entram em competição com eles na disputa pelo mercado de produtos manufaturados e congêneres; POSITIVO, na medida em que, para alargar e modernizar os seus meios de produção, eles criam ou expandem a procura de bens instrumentais (máquinas, instalações) e, através do desenvolvimento produtivo do país, ensejam a alargamento do mercado de investimentos.

Esta forma contraditória sob que se apresenta a burguesia industrial nos países subdesenvolvidos permite-lhe assumir uma posição dúplici frente ao imperialismo: de combate, como burguesia "nacional", "progressista" etc. frente aos setores do imperialismo que são seus competidores; de aliança, com os setores do imperialismo que lhe fornecem capitais e equipamentos.

8. O imperialismo bem depressa se adaptou à industrialização dos países subdesenvolvidos. Incapaz de impedi-la, o capital internacional resolveu dela participar com um duplo objetivo: a) dominar, se possível, os principais ramos da nova economia industrial, de modo a controlar-lhe o crescimento e encaminhá-lo convenientemente; b) extrair o maior lucro possível da operação.

O elevado grau de centralização alcançado pela economia imperialista — graças ao poder unificador do capital financeiro — permitiu a quase todos trustes, cartéis, acomodar-se perfeitamente à nova situação; para contornar as barreiras protetoras da indústria nacional simplesmente transferiram aos países subdesenvolvidos as últimas etapas — montagem, acabamento etc. — de sua produção; assim, em vez de exportar produtos acabados para estes países,

(1) — Neste sentido a independência POLÍTICA das colônias significa muitas vezes a substituição da antiga metrópole por um novo explorador. É análogo à substituição de Portugal pela Inglaterra depois da independência do Brasil.



êles passaram a exportar componentes, produtos semi-acabados, gozando ainda de todos os favores concedidos à indústria "nacional"...

9. E' sôbre esta infra-estrutura econômica que se apresenta o nacionalismo nos países subdesenvolvidos. Explícita ou implicitamente, seu objetivo é servir aos designios da burguesia nacional, na medida em que êstes estão em contradição com os do imperialismo. Mas como esta contradição não é total mas limitada a certas áreas de atrito (domínio de certos recursos naturais como o petróleo p. x. e de certos setores chaves da economia como o transporte, o sistema bancário etc.) sendo a cooperação com o imperialismo em outras (desenvolvimento da indústria pesada, química etc. com investimentos de capital estrangeiro, cessão de patentes etc.) do interêsse da burguesia nacional, esta não visa a eliminação do imperialismo mas uma acomodação com êle, em que seus interêsses vitais sejam resguardados. Em essência, a luta do nacionalismo não se coloca no plano histórico da luta de classes, entre a burguesia e o proletariado, nem no plano da luta entre estas classes pela distribuição do fruto do trabalho, mas no plano da apropriação da mais valia pelos diferentes setores das classes dominantes. Sua finalidade é reter a maior soma possível de mais valia produzida pelo proletariado do país subdesenvolvido dentro das fronteiras dêste, ou seja, nas mãos da burguesia nacional. Para AUMENTAR o montante total da mais valia, através da elevação da produtividade do trabalho, êle não pode prescindir do auxílio do capital internacional, ou seja, do imperialismo. Na ocasião de DIVIDIR êste montante, êle lutará para que a parte do leão fique para a burguesia nacional. Para isto o nacionalismo lança mão de diferentes meios que compõem o seu programa: policiamento do pagamento de "royalties" e dividendos aos capitais estrangeiros, proteção da indústria nacional contra a concorrência da congênere estrangeira, monopólio estatal de certos setores da economia, monopólio êste exercido por um estado controlado pela burguesia nacional etc.

10. Muito diferente do nacionalismo, tal como se apresenta nos países subdesenvolvidos e particularmente no Brasil, é o anti-imperialismo que decorre da análise marxista da realidade capitalista, que leva em consideração os interêsses, a curto e longo prazo, da classe operária. O seu objetivo não é apenas enfrentar o imperialismo por ocasião da repartição da mais valia, mas o de combatê-lo no plano histórico, ou seja, visando sua completa eliminação. Ora, sendo o imperialismo uma decorrência necessária do regime capitalista, no seu atual estágio, o anti-imperialismo proletário e socialista reconhece que o único modo de eliminar o imperialismo é destruir o sistema sôbre o qual êle se apoia e do qual emana. O antiimperialismo é portanto anticapitalista.

Encarando a questão sob outro ângulo podemos dizer que industrialização dos países subdesenvolvidos — meta formal do nacionalismo burguês e estágio de transição (para o socialismo) para o antiimperialismo proletário — pode ser alcançada por dois modos: pela "capitalização" dos países subdesenvolvidos, ou seja, pelo desenvolvimento do capitalismo industrial e financeiro nêstes últimos, o que torna indispensável, até certo ponto, o estabelecimento de relações estas que por serem capitalistas, são necessariamente de exploração, pois têm como objetivo o lucro; ou pelo estabelecimento de relações de cooperação econômica entre os países, pelas quais os mais industrializados auxiliam o desenvolvimento dos menos adiantados, sem se basear para isso na exploração do trabalho e dos recursos naturais dêstes últimos. Para



que isto pudesse ser feito seria preciso que houvesse condições para uma planificação da economia em caráter internacional e a substituição do lucro, como fim da atividade econômica, pela satisfação das necessidades dos membros da sociedade (2). Em outras palavras, para que a industrialização dos países subdesenvolvidos pudesse ser feita fora dos moldes capitalistas e imperialistas — o triunfo da revolução socialista em âmbito mundial torna-se imprescindível. Por esse motivo a solidariedade internacional dos trabalhadores é um dos fundamentos do antiimperialismo proletário.

11. A título de resumo do que acima foi dito, podemos concluir que tanto o proletariado como a burguesia industrial dos países subdesenvolvidos apresentam em face da penetração imperialista uma atitude antagônica. Porém o antagonismo da burguesia — do qual decorre o seu nacionalismo — é um aspecto da concorrência, da competição pelo domínio de mercados, ou seja, das condições para a “realização” e “capitalização” da mais valia. O antagonismo do proletariado — do qual decorre o que denominamos “antiimperialismo” — é, porém, de outro calibre: é um aspecto da luta de classes, na qual a classe operária procura impedir o aumento da Taxa de Exploração e substituir o regime presente por uma sociedade sem classes.

Nestas condições, quais são as relações entre o nacionalismo burguês e o antiimperialismo proletário? Serão aliados na fase de desenvolvimento CAPITALISTA das forças produtivas? Ou se excluem mutuamente, em face dos seus diferentes objetivos e tendências?

O anti-imperialismo encara a perspectiva de revolução socialista, em âmbito mundial, como o único modo de proporcionar aos países de economia colonial ou semi-colonial uma industrialização em harmonia com as suas condições naturais de produção e com os interesses dos seus povos. Reconhece, no entanto, que as condições para a realização do programa socialista ainda não se apresentam, sendo a tarefa do movimento proletário lutar para apressar o seu advento. No caso dos países subdesenvolvidos isto significa lutar pela mais rápida e intensa expansão das forças produtivas, tendo em vista a elevação do nível de vida — e conseqüentemente o cultural — das massas trabalhadoras. Na medida em que a agitação nacionalista contribue para esta expansão das forças produtivas é dever de todo marxista consciente prestar-lhe o seu apoio. Na medida, porém, que o nacionalismo, em defesa dos interesses particularistas da burguesia nacional, se opõe a esta expansão das forças produtivas, é necessário expor o caráter reacionário desta ação, sem que o militante tema ser taxado de “lacaio do imperialismo”. No atual estágio, os interesses da burguesia nacional não estão mais ligados — EM TÔDA E QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA — ao desenvolvimento das forças produtivas. Pelo contrário, em várias ocasiões, pequenos grupos de setores da produção onde se verifica alta concentração do capital se esforçam por proteger o seu monopólio sobre o mercado nacional, apelando para o nacionalismo. Solidarizar-se com movimentos desta espécie seria trair os interesses imediatos e mediatos a classe operária.

(2) É preciso notar que a industrialização da China e das chamadas “Democracias Populares”, levada a efeito com a ajuda da U.R.S.S., não obstante não ser dominada pelo prisma do lucro, enquadra-se mais no primeiro tipo de desenvolvimento econômico do que no seconcludentes. A este respeito, os depoimentos dos iugoslavos, na polémica com Stalin são decisivos e



12. Mas mesmo quando as posições defendidas pelo nacionalismo favorecem o desenvolvimento das forças produtivas, o apoio que lhes presta o marxista nunca o leva a identificar-se com o próprio nacionalismo. Embora a serviço de interesses da burguesia, o movimento nacionalista reúne em seu seio uma maioria pequeno-burguesa — principalmente intelectuais e estudantes — que desejam sinceramente lutar pelo progresso econômico do país. Muitos destes nacionalistas não manifestam nenhum apêgo subjetivo ao capitalismo, tendo, pelo contrário, certa sensibilidade pelas reivindicações da classe operária. São elementos que podem ser ganhos para o socialismo. Mas eles só o serão quando o socialismo lhes fôr apresentando como um meio superior de atingir os fins que perseguem, ou seja dizer, idéia que é aliás, por estranha coincidência, defendida pelos mais vetustos defensores do imperialismo com o fim de perturbar o sono dos nossos leais burgueses progressistas.

A tática do movimento operário frente ao nacionalismo será enfim, a mais acertada na medida em que se inspirar neste documento imortal que é o Manifesto Comunista que diz:

*“Em resumo, os comunistas apoiam por toda parte todo movimento revolucionário contra o estado de coisas social e político existente.*

*“Em todos êsses movimentos êles põem no primeiro plano, como a questão essencial, a questão da propriedade, qualquer que seja o grau de desenvolvimento que tenha alcançado.”*



# Qual a Posição do Nosso Sindicalismo ?

IZALTINO PEREIRA

Muito se tem dito de negativo sôbre o nosso sindicalismo. Para um observador sereno, essas manifestações não passam de um saudosismo alimentado por alguns velhos, que não se ambientaram às mudanças sociais introduzidas no mundo, resultantes das grandes e violentas lutas da classe operária, desde o seu aparecimento, como tal, na sociedade. Por isso é comum ouvirem-se os mais variados comentários acêrca da posição atual do sindicalismo.

Há os que dizem que o sindicalismo está retroagindo, outros que a massa não deseja nada, outros ainda que o sindicalismo não passa de politicagem, servindo seus dirigentes de instrumento nas mãos dos governantes do país.

Pelas minhas observações, entretanto, suponho que tôdas essas apreciações de companheiros meus sejam um tanto exageradas, se considerarmos que quem as faz vê tudo por um só ângulo da questão, vê as coisas paradas, ou seja pelo lado negativo.

Reconheço a complexidade do assunto, mas discordo da maneira superficial como se pretende criticar a posição atual do sindicalismo, ao confrontá-lo com o da época do seu aparecimento.

## ALINHAMENTO DOS FATOS

Sem pretender ser o descobridor das causas de tão desencontradas opiniões sôbre o rumo, certo ou errado, que vêm tomando, ou melhor que tem tomado o movimento sindical brasileiro, venho dar também a minha contribuição.

Apenas objetivando provocar polêmica, em nossa imprensa, sôbre o palpitante assunto com todos os companheiros, que de certo modo demonstram preocupar-se com a situação e por isso falam e criticam como sabem, entendem e sentem, eu também o farei.

Os debates por meio de jornais e revistas especializadas em assuntos sindicais poderão contribuir muito para dar o verdadeiro rumo, aquêle que todos desejamos ver, ao nosso sindicalismo.

Sendo assunto muito vasto, torna-se por isso mesmo muito difícil apresentar-se um panorama da situação. Assim, um exame resumido é interessante, um restropeito da história do movimento operário e principalmente do movimento sindical.

O nosso sindicalismo, como sabemos, surgiu em fins do século passado. Aqui como em todo mundo as lutas foram árduas, pois se tratava de derrubar brutais injustiças sociais de regimes em decadência.



Os trabalhadores em todo o mundo, nos 100 anos que foram de 1800 a 1900, lutaram enérgicamente pela diminuição da jornada de trabalho, certos de que somente sua ação constante, valente e decidida, poderia ir arrancando, da classe dominante, concessões após concessões, até a emancipação total. O trabalho na época variava de 11 a 16 horas diárias. Batiam-se os trabalhadores pela conquista da jornada de oito horas, que se concretizou após lutas sucessivas, depois dos trágicos acontecimentos de Chicago, em 1886, no Primeiro de Maio daquele ano.

Desde então o movimento operário se fez mais intenso em toda parte, lutando por novas conquistas sociais, como o Seguro do Trabalho, lei de férias, aposentadoria integral, liberdades democráticas, livre direito de sindicalização e de greve.

A Primeira Guerra Mundial veio acirrar as lutas de classe, já caldeadas em revoluções influenciadas pelas teorias marxistas, chegando os operários à conquista do poder político na Rússia. Esse acontecimento aumentou, em todo mundo, a combatividade da classe operária.

### REFLEXOS NO BRASIL

O movimento sindical brasileiro, que teve seu desenvolvimento no curso do Século XIX, viveu e sofreu todos os efeitos das lutas organizadas pelos sindicatos em prol do bem-estar dos trabalhadores, principalmente nas duas primeiras décadas do Século XX. Muitos militantes daquelas últimas jornadas (1912 a 1917), ainda jovens, desempenharam corajosa e vigorosamente as tarefas sindicais, que lhes eram impostas, através das União Operárias de Auxílio Mútuo das diversas profissões, destacando-se os da construção civil, sapateiros, estivadores, cocheiros, metalúrgicos, etc.

Muitos desses companheiros ainda estão em franca atividade nos sindicatos, mas velhos na idade e retrógrados na maneira de ver o progresso, por eles mesmo construído, são os que mais criticam os novos processos da luta operária, dizendo que os sindicatos caminham para trás e que suas finalidades estão sendo deturpadas, as festas de Primeiro de Maio já não mais são feitas com as mesmas características de independência de outrora, que os sindicatos se preocupam com esportes e recreações, em detrimento das legítimas reivindicações para as quais foram criados, chegando alguns a concluir que não mais existe sindicalismo.

### NÃO HÁ DECLÍNIO

Evidentemente, não se poderá negar certo desajustamento, na conduta da maioria dos sindicatos, nestes últimos vinte anos. Mas não há retrocesso nas organizações sindicais. Pelo contrário, a formação de novos sindicatos é um fato inegável e não poderia deixar de ser com o aparecimento de novas categorias profissionais. Portanto a organização sindical está crescendo, não parou, não poderia parar, como não parará jamais diante do crescimento da indústria e da radicalização crescente das massas pequeno-burguesas. Admite-se sim, que haja muita coisa errada, mas não é justo dizer, que o movimento sindical está morto.



## ALGUMAS DAS CAUSAS

A partir do fim da Primeira Guerra Mundial o mundo começou a sofrer uma transformação social, em favor do proletariado, como consequência da revolução vitoriosa na Rússia.

Desde então a burguesia inteligentemente começou a ceder diante das reclamações da classe operária, ao mesmo tempo que aperfeiçoava os métodos de repressão. No Brasil, como nos países dependentes economicamente de capitais estrangeiros (imperialismo), a burguesia retardou essas concessões, dando azo a sucessivos movimentos grevistas, que abriram caminho aos movimentos militares, dos quais saiu vitorioso o de 1930.

A revolução vitoriosa em 1930, liderada militarmente por um grupo de jovens tenentes, refletia os interesses da burguesia nacional, a qual sentia a necessidade de apressar reformas sociais. Esse movimento não podia deixar de sofrer o impacto das aspirações, pelas quais vinha a classe operária do país se batendo desde longos anos.

Vitoriosa a revolução foram satisfeitas de imediato algumas das reivindicações pelas quais lutavam os operários, das quais a mais sentida era a livre organização sindical. Getúlio Vargas, a quem os militares entregaram o Governo, deu toda atenção à oficialização das organizações sindicais, tratando desde logo de criar um aparelho do Estado para controlar o movimento operário — o Ministério do Trabalho.

Enquanto o Governo, através do seu Ministério, procurava captar a massa operária, o que foi acontecendo progressivamente, os chamados sindicalistas de vanguarda, principalmente os comunistas, lhe moviam um combate acirrado. Disso resultou que essa vanguarda ficasse isolada, deixando os trabalhadores cheios de entusiasmo, mas sem nenhuma experiência revolucionária, serem facilmente enquadrados na orientação dos ministerialistas.

Contra a política ministerial mobilizaram-se os dirigentes sindicais mais sectários e, que se diga de passagem, na ocasião não foram só os comunistas, mas os socialistas e os anarquistas, cujas intransigências chegavam ao ponto de abandonarem os postos que exerciam nas direções dos sindicatos, quanto estes resolviam, passando por cima das diretrizes dos dirigentes, “aderirem ao Ministério”, isto é, requererem carta de reconhecimento do Ministério do Trabalho.

Esses erros iniciais das vanguardas do movimento sindical deram oportunidade de expansão à doutrina oficial e permitiram mesmo que uma estranha mentalidade se apoderasse dos novos militantes, que iludidos pela tremenda propaganda oficial e pelo terrorismo policial que, juntando-se ao Ministério, invadiam sindicatos e pressionavam os trabalhadores que ousassem resistir à orientação do Governo. Isso não significa, entretanto, que tenha havido retrocesso na organização da classe operária, ao contrário, hoje é maior o número de organizações sindicais e maior é também o número de trabalhadores sindicalizados.

## QUAL A DIFERENÇA ENTRE O VELHO E O NOVO SINDICALISMO

Na verdade os atritos entre empregados e patrões hoje não assumem mais formas tão violentas e constantes, mas isso não significa que os trabalhadores



tenham deixado de lutar e sim que a sociedade burguesa e seus governos têm feito maiores concessões.

Getúlio Vargas foi em nosso país o representante da burguesia, que melhor interpretou a evolução social, que se operava no mundo. Assim, chefiando um governo conquistado a base das armas, usou toda sua inteligência, procurando estabelecer um sistema de equilíbrio social, e o fez por meio de concessões sociais e até mesmo econômicas às massas populares, ao mesmo tempo que procurou cercear suas conquistas políticas através de uma legislação que até hoje produz os seus efeitos. (Portaria 158 do atual ministro do Trabalho).

A partir de 1936, quando a máquina estatal dominou mais ostensivamente as entidades sindicais, consolidou uma legislação trabalhista que é um verdadeiro cabresto para as organizações sindicais. Mas, ninguém de boa fé, pode negar que as organizações sindicais não reagissem contra essas injunções. Apesar da infiltração de aventureiros de toda ordem nesses organismos, sempre houve reação dos trabalhadores a esse estado de coisas.

Um dos exemplos bem frisantes dessas reações pode ser medido pela violência da intervenção ministerial em mais de quatrocentos sindicatos de empregados em 1947, (Governo Dutra), aqueles cujos militantes eram os mais combativos. Essa situação perdurou, em muitos casos, por mais de seis anos.

Então, pode-se afirmar que os sindicatos têm sido na vida econômica, social e política em nosso país os únicos órgãos que de fato têm lutado, para que os inimigos do povo não consolidem sua política reacionária de esfomeamento, e que para que fossem preservadas na nossa Constituição algumas vantagens democráticas.

Concluindo, ao meu ver, o nosso sindicalismo não tem ficado indiferente ao seu papel histórico em países subdesenvolvidos e por isso tem se feito presente em todas as oportunidades em que se desenrolam movimentos políticos de caráter geral, isto é aqueles que não estejam subordinados a interesses de um único partido, como são os casos da política antiimperialista, defesa das liberdades democráticas, luta pela paz entre os povos, etc.

### ENTÃO ONDE ESTÁ O ERRO?

Evidentemente, que os fatos narrados acima, sobre a evolução do movimento sindical e os erros cometidos por sua vanguarda permitiram, que os agentes dos inimigos da classe operária penetrassem a fundo nas organizações e nelas se instalassem, tendo sido muito trabalhosa sua derrubada, neutralização ou recuperação.

Essa fase da democratização, que teve início entre nós em 1942, foi interrompida em 1947 por motivos que não comportam uma apreciação neste artigo. Por se tratar de tema vasto e de caráter eminentemente político, deixaremos para apreciação em outra oportunidade. Apenas queremos assinalar essa interrupção como responsável pelo retrocesso verificado na vida sindical.

O movimento sindical, ainda aí, reagiu mais uma vez, e em 1952 veio restaurar o uso de sua relativa liberdade, que tem avançado passo a passo, sob mil e umas dificuldades. As táticas aplicadas visavam sustentar e manter uma política de unidade de todas as facções atuantes no movimento sindical.

Graças a essa compreensão do valor da unidade vêm se quebrando, uma a uma as posições dos aventureiros do sindicalismo e esse movimento de unidade



tem procurado aproveitar todos os militantes dêste movimento, inclusive aqueles que tinham colaborado com a reação nas ditaduras discricionárias de Vargas, até 1945 e a de Dutra, até 50, bem como as ativistas de extrema esquerda alcunhados de comunistas.

Essa política tem sido seguida através de um grande movimento de luta levado a efeito pelas bases, isto é, pelas entidades de primeiro grau, os sindicatos. Sucessivos congressos intersindicais, pactos de unidade, principalmente no Rio e em São Paulo, tiveram papel muito proveitoso no caminho da unidade. Hoje, já é grande o número daqueles dirigentes que serviram de instrumento à política sindical reacionária inspirada pelo Estado Novo, do mesmo modo que os da esquerda, que se estão se enquadrando na democratização efetiva do movimento sindical. Entre êsses, é verdade, alguns se revelaram instrumentos conscientes da reação e contra os interesses da classe que representam. Eles tiveram por parte dos seus representandos o castigo que mereceram, a impugnação dos seus nomes nos pleitos eleitorais.

O nosso movimento sindical está na verdade evoluindo. Embora tenha ainda muito que realizar em tôrno da sua liberdade e autonomia sindical, não se deve negar a sua ofensiva neste terreno.

Então, ao meu ver, o movimento sindical tem desempenhado o seu papel como movimento operário organizado de caráter social. O que na verdade retroagiu foram os partidos políticos, inclusive os chamados de esquerda. Mas isso será assunto para outro artigo.

O que não podemos exigir é que o movimento sindical venha cobrir as lacunas dos partidos políticos.

A história das lutas da classe operária nos ensina que o movimento sindical tem representado um papel importante na organização das massas operárias das cidades e do campo. Porém estas só tem se emancipado onde lhes foi possível constituir, paralelamente, também os seus partidos políticos estruturados em bases de doutrina verdadeira para libertar o homem da exploração de outro homem. No Brasil, os dirigentes operários não tiveram capacidade para sobrepujar os dirigentes dos partidos burgueses, permitindo que as massas operárias se influenciassem por suas tiradas demagógicas. Êste movimento político, sim, pode ser que retroagiu. Quanto ao sindical tem seguido o seu papel histórico de acôrdo com a evolução da sociedade capitalista.



# Atualidade do Manifesto Comunista

AGRIPINO SOARES THOMÁS

Eis que, tendo surgido nas bancas de jornais e nas livrarias uma revista intitulada "Movimento Socialista", os doutôres da lei invocaram novamente São Miguel Arcanjo para que, com sua espada flamejante, expulsasse dos seus domínios os atrevidos que ousaram penetrar nos jardins do marxismo. Tendo recebido a herança marxista em usufruto, com santa ira e exemplar vigilância, saíram a campo contra êsses moços do "Movimento Socialista", cuja pretensão traz o cheiro de enxofre do capeta: tentar, ao menos, desenvolver e aprimorar a consciência de classe do proletariado brasileiro.

Para jogar-nos por terra e exorcisar o espectro, adotou-se a "tática" de demonstrar que se trata de um "movimento socialista... para trás" e utilizou-se o método característico das citações.<sup>(1)</sup> Foram garimpadas algumas frases soltas dos diversos artigos de nossa revista e invocou-se o "Manifesto do Partido Comunista" de Marx e Engels, para citar o prefácio que Frederico Engels escreveu para a edição alemã de 1890 daquele documento clássico do marxismo. E, como para liquidar o assunto com somente um golpe sêco e mortal, a citação de Engels é tirada da edição russa, nada menos. E' como quem diz: "recolhei-vos à vossa ignorância, ó vós que não lêdes russo; vêde que somente a nós, com seminário tirado em Moscou, é dado conhecer o texto sagrado".

O mal está em que essa técnica de citações, como se os citados estivessem mortos, e a presunção da impunidade de poder falar sozinho, sem réplica possível, é coisa que já não se pode mais fazer à luz do dia. Nós, da revista, fomos citados como se os artigos publicados, o editorial, os tópicos e as notas sobre livros fôsse tudo um só e único trabalho. Desculpa-se. Os homens do "monolitismo", os que extirpam do marxismo a sua fibra polêmica e adotaram uma bitola única (ou um ataúde) para por ela recortar a todos e a cada um dos marxistas, êsses homens são levados involuntariamente a julgar e medir os demais pelo seu próprio estalão. Não vamos, aqui, discutir sobre isto. Os trabalhadores e as pessoas de vanguarda não de conferir essas citações. De qualquer forma, cabe-nos agradecer a graciosa publicidade sobre nossa existência e atuação. Mas a citação truncada do texto de Engels, feito evangelho, dessa nós vamos ocupar-nos mais extensamente. Ao menos para completá-la. E como não pretendemos esclarecer êsses senhores que se julgam possuidores da marca patente do marxismo, mas, sim, dirigir-nos aos trabalhadores brasileiros, não usaremos os inacessíveis textos "em russo". Os trechos aqui citados poderão ser encontrados na edição comemorativa do centenário do "Manifesto" (Edi-

(1) — V. "Novos Rumos", nº 27, Rio, pág. 9, "Movimento Socialista... para trás", Rui Facó.



torial Vitória, 1948) e no I Volume das Obras Escolhidas de Marx e Engels (Editorial Vitória, 1956), ambos em nossa língua.

Chegamos ao ponto. Dizem os homens do "socialismo para trás":

"Mas o Manifesto não é responsável por isso (a calamidade que é a nossa revista). Convém lembrar a propósito, que no prefácio do edição alemã de 1890 do Manifesto, Engels menciona o fato de que Marx, ao redigir o Programa da Primeira Internacional (1864) "já não podia partir dos princípios do Manifesto de 1848". "Devia (a I. C.) (\*) — acrescenta Engels — ter um programa que não fechasse a porta às trade-unions inglesas, aos proudhonianos franceses, belgas, italianos e espanhóis e aos lassalleanos alemães. (Marx e Engels, Obras Escolhidas, t. I, ed. russa)".

De início, é preciso assinalar, aqui dois fatos absolutamente inseparáveis:

1 — A citação, tal como está, demonstra que, já em 1864, não se podia *partir* dos *princípios* do Manifesto, para unir os trabalhadores em escala mundial. O próprio Marx, não um discípulo desgarrado, mas Marx em pessoa teria sido forçado, em vida, a reconhecer a inviabilidade do Manifesto. Assim é que ressurge, em 1959, a tese revisionista da superação do marxismo, da inaturalidade do Manifesto de 1848. E Marx, êle próprio, seria o primeiro revisionista.

2 — Desde que se trata de *partir* e como a Associação Internacional dos Trabalhadores tinha um programa, objetivos, metas a atingir, é perfeitamente razoável perguntar sobre o que se pretendia, onde se queria *chegar*. Isto os nossos críticos deixam na mais completa e intencional obscuridade. Poderiam responder à pergunta pelo mesmo método da citação, sem o menor esforço de raciocínio, se é que a edição russa das Obras Escolhidas (não podemos sabê-lo) não contém o texto completo felizmente encontrável em português corrente, onde se pode ler:

"Este programa — o preâmbulo dos estatutos da Internacional — foi redigido por Marx com tal maestria que foi reconhecida mesmo por Bakunin e os anarquistas. Marx confiava a vitória definitiva das proposições insertas no Manifesto unicamente ao desenvolvimento intelectual da classe operária, o qual devia resultar da comunidade de ação e discussão. Os acontecimentos e as vicissitudes da luta contra o capital, as derrotas ainda mais do que as vitórias, não podiam deixar de mostrar aos combatentes a insuficiência de tôdas as panacéias em que tinham acreditado, capacitá-los a uma compreensão profunda das condições verdadeiras da emancipação operária. E Marx tinha razão".

Peço aos leitores que releiam êsse trecho e avaliem a honorabilidade revolucionária de quem o omite para provar subrepticamente que, já em 1864 e para o próprio Marx, o Manifesto tinha ficado "para trás" e não se podia mais *partir* dos seus *princípios*. Logo em seguida, no mesmo e luminoso prefácio, Engels mostra como se consumou a vitória completa do Manifesto, então (em 1.º de maio de 1890) "incontestavelmente a obra mais espalhada, mais internacional de tôda a literatura socialista, o programa comum de milhões de operários de todos os países, da Sibéria à Califórnia".

Nêste passo, há mais um ponto extremamente elucidativo. E' que, na edição

(2) — A sigla da Internacional Comunista (IC) poderia passar como êrro da revisão de "Novos Rumos". Mas não é. E' um lapso e sintomático da ignorância sobre as diferenças entre a I Internacional, heterogênea, em que cabiam anarquistas, proudhonianos, lassalistas, etc., e a III Internacional, homogênea e cujos membros deviam aceitar previamente as famosas "21 condições".



brasileira do centenário, se vê que Engels emprega o verbo *partir* em grifo e entre aspas, como a mostrar, tantos anos depois, que não o utiliza no mesmo sentido dos que pretendem, muito ortodoxamente, arquivar os princípios do Manifesto Comunista. É evidente que não se trata, no caso, do sentido usual do vocábulo. É claro que se trata, não da negação dos princípios, não do conteúdo, mas da forma, da maneira de dizer. Isto, aliás, foi explicado pelo próprio Marx, na sua célebre carta de 4 de novembro de 1864, dirigida a Engels e que vem citada na primeira nota da edição brasileira do primeiro volume das Obras Escolhidas (pg. 349) em que diz:

“Foi muito difícil formular a coisa de modo que nossos conceitos aparecessem de maneira aceitável do ponto de vista atual do movimento operário... Levará tempo até que o movimento, renovado, permita a antiga audácia de linguagem”. E a nota esclarece, por sua vez:

“Era necessário tomar em consideração que o movimento em geral não atinja ainda um nível suficientemente alto, sem contudo sacrificar princípios ou retroceder um só passo de seu aspecto universal”. (2)

Marx observa que foi obrigado a inserir duas frases sobre “dever” e “direito”, “verdade, moralidade e justiça” mas que foram colocadas de maneira a não causarem nenhum mal. Em todo caso, assinala-se que tais recomendações adquirem súbita utilidade para os detratores de nosso “Movimento Socialista” dotados de tão pouco respeito pela verdade e tão alheios às comessinhas regras de moralidade que impedem citar em falso, de má fé e deformando grosseiramente a verdade histórica.

Passemos a outro ponto. Este nos toca diretamente e é de grande utilidade para os marxistas brasileiros: em que circunstâncias e como é que Marx tornou os “nossos conceitos” aceitáveis “do ponto de vista atual do movimento operário”? Ele não “partiu” dos princípios mas dos fatos documentados da vida da Inglaterra capitalista, “porque a Inglaterra encabeça a Europa comercial e industrial”. Estava-se, na época, em pleno desenvolvimentismo britânico, quando se prometia aos trabalhadores o paraíso na terra graças ao florescimento do capitalismo e “um órgão moderado da burguesia britânica, mais bem informado do que a classe média, predisse que se as exportações e importações da Inglaterra aumentassem de 50 por cento, o pauperismo inglês desceria a zero”, como está dito logo nas primeiras linhas do Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores.

O Manifesto comprova que a industrialização e a prosperidade burguesas aumentam e agravam os sofrimentos da classe operária, valendo-se de documentos oficiais, públicos, acessíveis e controláveis por todos: os relatórios do Chanceler do Erário (ministro da Fazenda), da Saúde Pública, da Comissão de Trabalho Infantil, as estatísticas do “Progresso da Nação”, os inquéritos parciais sobre as condições de trabalho por profissão e as condições alimentares nos bairros operários. Vasculhou tudo em relação a “esse período (que) não tem paralelo no que diz respeito ao desenvolvimento da indústria e à expansão do comércio”. Era o período em que, na Inglaterra, se realizava em 5 anos o progresso de 50, mas o próprio Mr. Gladstone reconhecia que “esse extasiante aumento de riqueza e de poder restringe-se exclusivamente às classes possuidoras”.

(3) — A íntegra dessa carta é acessível ao leitor brasileiro na coletânea “Correspondência” de Marx e Engels, Editorial Problemas, Buenos Aires.



E Marx, com maestria incomparável, partindo da situação concreta, leva os trabalhadores às mesmas conclusões teóricas e práticas do Manifesto. Damos ao leitor algumas citações comprobatórias, como estímulo e apêlo para que leiam o documento no seu texto completo e verifiquem qual é a posição de um marxista diante desses elementos que se extasiam e inebriam com o desenvolvimento capitalista e consideram um crime a reivindicação do controle operário, mesmo parcial, nas empresas estatais. Vejamos, agora, em 1959, o que já era claro em 1864:

"Em todos os países da Europa, tornou-se agora uma verdade comprovada por todo espírito imparcial — e só negada por aqueles cujo interesse é manter os outros num paraíso ilusório — que não havia aperfeiçoamento de maquinaria, aplicação de ciência à produção, inovação nos meios de comunicação, novas colônias, emigração, abertura de mercados, comércio livre, nem tudo isso somado, que pudesse acabar com a miséria das massas trabalhadoras; mas que, sobre as falsas bases que hoje existem, todo novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho têm forçosamente que tender a aprofundar os contrastes sociais e aguçar os antagonismos sociais".

Para tornar acessível a idéia do socialismo, "parte" da experiência cooperativista do socialista utópico Robert Owen e chega à conclusão de que "para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente incrementado por meios nacionais. Não obstante, os senhores da terra e os senhores do capital usarão sempre seus privilégios políticos para a defesa e perpetuação de seus monopólios econômicos. Em vez de promoverem, continuarão a colocar todos os obstáculos possíveis no caminho da emancipação do operariado". Aí estão claramente expostas, ao nível do auditório, a idéia da economia socialista planejada, a teoria da luta de classe, a tese de que "o governo moderno não é senão um comitê administrativo dos negócios da classe burguesa" — tôdas afirmadas no Manifesto.

O documento de 1864, verdadeira ilustração do Manifesto com dados histórico-concretos, chega à conclusão de que "conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária", mostra que os trabalhadores possuem um elemento de êxito, o número, "mas os números só pesam na balança quando unidos pela associação e encabeçados pelo conhecimento". E chega ao mesmo brado triunfal do Manifesto: "*Proletários de todos os países, uni-vos*".



Entretanto, pode-se argumentar que o Manifesto tem partes superadas e obsoletas — o que é tão velho como a safadeza das citações truncadas — e que a situação histórica é completamente nova, pois o Manifesto e os documentos básicos da Internacional pertencem a uma época anterior ao capitalismo monopolista. Em todo caso não seria aplicável ao Brasil o que foi dito a respeito da Inglaterra e da Europa do século passado. Assim, se renova mais uma vez a questão da atualidade do Manifesto. Algumas palavras a respeito para que não venham, agora e mais uma vez, negar a validade dos princípios do socialismo científico, alegar que não se pode "partir" desses princípios, para justificar a adesão ao desenvolvimento burguês.

A questão da atualidade do Manifesto foi abordada, pelos seus próprios autores, no primeiro quarto de século após a publicação do documento. No



prefácio, datado de Londres a 24 de junho de 1872, Marx e Engels dizem textualmente que “embora as condições tenham mudado muito nesses vinte e cinco últimos anos, os *princípios gerais* expostos neste Manifesto conservam em seu conjunto, ainda hoje, tôda a sua exatidão”. São os célebres princípios dos quais não se pode “partir”.

Depois de esclarecer que “a aplicação dêesses princípios dependerá, por tôda a parte e sempre (digamos, nós, também no Brasil de 1959, por tôda a parte e sempre que houver uma sociedade dividida em classes, melhor: uma sociedade capitalista com uma classe burguesa e uma classe operária), das circunstâncias históricas existentes” — chama a atenção para o que já estava superado naquele longínquo 1872:

— as medidas revolucionárias enumeradas no fim do segundo capítulo;

— a crítica da literatura socialista da época, pois o manifesto se detinha em 1847;

— a posição diante dos diferentes partidos da oposição, pois desapareceu a maioria dos partidos então enumerados.

A legitimidade da discussão da atualidade do Manifesto, assim proclamada pelos seus próprios autores (que, mais tarde, se queixavam de certos “discípulos”, dizendo que tinham semeado leões e estavam colhendo pulgas), está, pois, condicionada normal e necessariamente pela *permanência dos princípios* e pelo conhecimento das mudanças de situação que implicam na *variabilidade da aplicação*. Em outras palavras: é imprescindível, ao marxista digno dêesse nome, ter o talento e a cultura necessários para descobrir como em circunstâncias diferentes, em tempo e lugar diversos, atuam as leis do desenvolvimento social.

Essa discussão se reacendeu, entre os marxistas, em diferentes oportunidades e lugares. Para os efeitos imediatos dêeste artigo e dentro dos limites impostos pelo espaço disponível, desejo chamar a atenção para um ponto indiscutivelmente essencial: o Manifesto não faz referência expressa aos países subdesenvolvidos. Começa mesmo dizendo que “um espectro ronda a Europa”. E as dez reivindicações programáticas, apresentadas no fim do capítulo II, referem-se aos países “mais adiantados”, onde “poderão geralmente ser mais aplicáveis”.

Aí vem, portanto, a alegação de que o Manifesto, nada contendo sôbre países subdesenvolvidos, seria, pelo menos, de mínima valia para o Brasil e a América Latina. A realidade é outra, porém. O Manifesto não se deteve nos países subdesenvolvidos, coloniais e dependentes, porque o seu esquema estratégico previa a vitória do socialismo nas metrópoles, dentro de alguns anos. A vitória do proletariado europeu seria a condição primeira da libertação dos povos escravizados pelo capital. Isto não aconteceu e a luta pelo socialismo no mundo inteiro não pode ignorar ou alheiar-se das lutas nacionais de libertação que abalam e destroem pela raiz o sistema imperialista. Então chega-nos a esperada alegação, sob forma interrogativa e acusando-nos de cambater a movimento nacionalista, “confundindo-o com o nacionalismo burguês” (4):

(4) — Essa não é a — única acusação, é claro. Há outras de tipos nitidamente policial e com o ranço da velha calúnia stalinista com as quais seria desagradável demais ocupar-nos. Fique entretanto, registrada a advertência de que os métodos de intimidação ideológica e de delação receberão, em resposta, a denúncia à altura perante a opinião revolucionária do país.



"Que nesse movimento existem forças nacionalistas-burguesas só um ingênuo poderia ignorá-lo. Mas por isso um partido operário revolucionário deve ignorá-lo? Não será mais justo que nêle participe, procure influenciá-lo e, se possível, lhe assuma a direção"?

E acrescenta, meio assustado com o éco das próprias palavras:

"Ninguém afirma que no nosso caso isso acontecerá. Mas seria magnífico se acontecesse".

Assim se foge à questão das relações do proletariado com o movimento nacionalista, em essência, a questão das relações de classe do proletariado com a burguesia desenvolvimentista. Uma coisa é participar da luta antiimperialista, outra, que lhe é oposta, é usar a luta antiimperialista como pretexto para aderir às posições políticas e ideológicas da burguesia. Só um ingênuo ignora a presença das forças nacionalistas burguesas. Mas é preciso acrescentar que só um renegado ignora, omite, sufoca e combate as posições próprias e específicas, de classe, dos trabalhadores, sob o pretexto refinadamente falso de que é preciso subordinar tôdas as esferas da luta de classes em holocausto a uma aliança com a burguesia, numa justificação teórica do pior dos reboquiismos. A essa "ingenuidade" nos recusamos nós, de "Movimento Socialista". Em meu artigo "Verso e reverso do desenvolvimento", assinalei:

"A burguesia industrial desempenha um papel importante no desmarcamento do imperialismo, o que é útil e positivo, necessitando do melhor apôio. Existe aí a necessidade de uma aliança, nunca de uma adesão. O inimigo é comum, mas os objetivos não são comuns. A aliança pressupõe a consciência das contradições internas, a preservação dos interesses de classe do proletariado. A adesão pressupõe a negação da contradição interna absorvida (ou subordinada) aos interesses "da nação em desenvolvimento" e tomada em seu conjunto. Aí ou se afirma ou se renuncia ao marxismo".

Parece que está claro. E' êste e não outro o problema que, em relação aos países subdesenvolvidos, o Manifesto deveria conter se fôsse feita, hoje, "a introdução que possa explicar a diferença entre a situação de 1847 e a de hoje" e cuja necessidade Marx e Engels já sentiam em 1872. Mas essas correções e complementos só podem ser feitos validamente *partindo* dos princípios e empregando o método que se encontra à base do Manifesto, pela simples razão de que em menos de um século, o imperialismo fêz surgirem no mundo inteiro as contradições de classe existentes na Europa da metade do século XIX.

E' nisso, fundamentalmente, que esta a atualidade do documento imortal de 1848.



# Luiz Carlos Prestes e Seus Aliados

EURICO MENDES

A volta de sr. Luiz Carlos Prestes ao Rio de Janeiro, em 1958, foi precedida e acompanhada por uma revisão pública da linha política do Partido Comunista, destinada a acabar definitivamente com o sectarismo e o dogmatismo do passado. Considerações de ordem "táticas" e finalidades imediatas foram decisivas para a elaboração da nova linha, mas não representavam a única razão da guinada. A crise geral do movimento comunista no Brasil levou o Partido a um crescente isolamento das massas trabalhadoras, a um desgaste e a uma perda de quadros humanos, lutas internas e cisões, que chegaram a ameaçar a sua própria existência. Sucessivas rebeliões afastaram os virtuais dirigentes que, em nome e com a complacência de Prestes, durante anos, tiveram o destino do P.C. nas mãos. O próprio Prestes surgiu da crise, do mesmo modo como em 1945, como supremo árbitro e dirigente do Partido Comunista do Brasil.

A chamada nova linha encontrou sua formulação no documento "Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil", publicada na extinta "Voz Operária" de 22 de março de 1958, cujo texto foi reafirmado em seguida pelos porta-vozes do Partido, inclusive no recente opúsculo de Prestes, intitulado "A situação política e a luta por um Governo Nacionalista e Democrático", publicado pela Editorial Vitória.

Consoante essas declarações, a política do P.C. desenvolve-se sob o signo da "Frente Única Nacionalista e Democrática". Tal "frente" deve ser criada mediante a colaboração de todas as forças nacionalistas e democráticas, e aquelas que ainda poderão desenvolver-se nesse sentido. Será composta de forças "extremamente heterogêneas" e deve incluir todas as classes, desde o proletariado até "os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano", e de grupos da burguesia ligada a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos".

A espinha dorsal da "frente" deve basear-se na colaboração entre o proletariado e a burguesia que "se aliam em torno de um objetivo comum de luta por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano". Assinala o documento que "a sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas de luta de classe entre operários e capitalistas. Mas essa contradição não exige uma solução radical na atual etapa. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo".



A Declaração não deixa de pagar um tributo formal à hegemonia do proletariado, prevendo sua realização para um futuro não definido e, finalmente vem a habitual profissão de fé pacifista, que prevê a solução, através de formas mais profundas, dos problemas sociais, "colocados na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento da nação".

Olhando as coisas mais de perto, a "nova linha" não é tão inédita como seus autores pretendem fazer crer. Revivendo os primeiros anos de pós-guerra lembramo-nos de um Pretes que pregava a "União Nacional", a aliança do proletariado com a "burguesia progressista" e que lançava apêlos como o seguinte aos operários do Rio, reunidos no Estádio de São Januário:

"Este é o apêlo, que em nome do Partido Comunista dirijo ao nosso povo e ao Governo, aos dirigentes sindicais, operários e patrões, aos nossos intelectuais, aos chefes militares, assim como aos dirigentes de tôdas as correntes e partidos políticos... A União Nacional é possível. Existem em nossa terra tôdas as condições objetivas para sua realização. Unamo-nos pois...

"Esta é a nossa tarefa. Todos juntos porém, operários e patrões progressistas, camponeses e fazendeiros democratas, intelectuais e militares, havemo de vencê-la, dirigir a nossa pátria pelo caminho do progresso".

Não desejamos cansar os leitores com tais citações. Quem desejar estudar melhor a atitude do dirigente do Partido em 1946 encontrará o material em seu livro "Problemas Atuais da Democracia", publicado pela Editorial Vitória. O que nos interessa no momento são os resultados da política seguida naquela época, pois as duas linhas, a velha e a nova, só se distinguem por certa mudança de vocabulário e não representam mais do que variações sobre um só tema.

### A EXPERIÊNCIA DE 1945

Quais foram as conseqüências da "União Nacional", da aliança com a "burguesia progressista" depois da guerra?

Na política diária assistimos o espetáculo da colaboração do P.C. com Vargas o líder desgastado que procurava desesperadamente salvar o Estado Novo. Comunistas e trabalhistas encontravam-se numa frente única, pregavam as mesmas fórmulas para a solução dos problemas nacionais e falavam a mesma linguagem à classe operária. A direção do Partido evitava conscientemente tudo que pudesse lembrar uma ação independente do proletariado brasileiro, renunciava à luta contra os órgãos do Estado burguês, que controlavam e oprimiam politicamente a classe operária. Em geral renunciava a qualquer luta pelos direitos políticos dos trabalhadores, contentando-se com vagas fórmulas sobre a "marcha para a democracia" do Governo Vargas. Deixou a classe operária e seus próprios quadros políticos sem preparo ideológico e organizatório para enfrentar a realidade política, cansando-os com promessas e ilusões pequeno-burguesas. A reação que veio a seguir não teve trabalho para se impor.

No campo sindical, o P.C. que, na fase crítica do desmoroamento das instituições do Estado Novo, dera novo prestígio ao peleguismo desmoralizado, procurava a colaboração de elementos ministerialistas, convidando-os à Participação em chapas de "frente única". O partido opôs-se a qualquer campanha pela libertação dos sindicatos da tutela do Ministério do Trabalho, o que iria



romper a aliança com os trabalhistas. Imaginava o P.C. poder tomar conta dos sindicatos de cima para baixo.

Em seguida, a frente única pelego-comunista movimentou-se para abafar a onda de greves, que abalou o país do Norte ao Sul, o legítimo movimento do proletariado brasileiro, no qual, após dez anos de ditadura estadonovista, começou a formular as primeiras reivindicações de classe. Recordemos os cine-jornais, distribuídos pelo DIP, nos quais Prestes aconselhava aos operários a desistirem das greves e a "apertar o cinto".

Os efeitos dessa política não se fizeram esperar. Foi a crescente decepção e desilusão de largas massas de trabalhadores na cidade e mesmo no campo (o Partido impedia a formação de chapas independentes de trabalhadores rurais e de camponeses pobres e fazia "frentes" com latifundiários). Foi a deterioração do movimento proletário propriamente dito, que caía na passividade ou voltava para o trabalhismo (o Ministério do Trabalho tinha algo de material a oferecer). Finalmente resultou no isolamento do Partido Comunista da classe operária, tornando-se uma seita de composição pequeno-burguesa, cujo campo de ação mais importante estava nos setores pequeno-burgueses.

Esse isolamento foi um produto direto da linha direitista e oportunista do P.C., da sua incapacidade de integrar-se na classe operária e de defender os seus interesses mais elementares. Depois de vinte anos de existência do Partido Comunista, a grande massa do proletariado brasileiro lhe tinha dado ouvidos pela primeira vez, em 1945. As lutas passadas, mais o prestígio que a URSS conquistara durante a guerra ofereceram perspectivas inéditas a um movimento marxista no Brasil. O P.C. sob a liderança de Prestes, entretanto, já tinha deixado de ser um partido marxista.

Mais tarde, na ilegalidade, quando o partido fazia um balanço da situação, procurou reagir em sentido oposto — com métodos duvidosos, como foi o caso do "Manifesto de Agosto". Não conseguiu outro resultado, além de estreitar suas bases também na pequena-burguesia. O proletariado, desiludido, tão pouco compreendeu essa reviravolta e as razões pelas quais os aliados de ontem se tornaram traidores de hoje. Somente uma classe operária educada e com consciência socialista teria podido impedir que trabalhismo e populismo de diversas marcas voltassem a dominá-la de novo. Mas isso o sr. Prestes evitou eficientemente, em 1945, quando vendeu o proletariado à "burguesia progressista".

### APERTAR O CINTO NOVAMENTE?

No ano passado, o dirigente do P. C. voltou disposto a colaborar com todas as classes e a aceitar legendas em todos os Partidos — que as quizessem fornecer. Certas dificuldades apenas previa no caso do PRP (devido aos "erros" do sr. Plínio Salgado), mas isso não impediu os comunistas de marchar com os integralistas, lado a lado, nas eleições no Rio Grande do Sul, onde ajudaram a eleger o primeiro e único senador integralista do Brasil.

Uma das poucas coisas, todavia, que não mereceram o apóio de Prestes foi a "lei do direito de greve", aprovado pela Câmara atualmente nas mãos do Senado. Essa lei, aceita por uma Assembléia burguesa, foi considerada demasiado radical pelo líder comunista. Aconselhou êle aos "pobres" a desconfiar da "esmola" e anunciou que trabalhistas e comunistas marchariam juntos, para apresentar emendas em comum, a fim de "evitar um mal maior".



Nessa linguagem burguesa, o proletariado brasileiro foi novamente aconselhado a ser mais modesto em suas reivindicações, a apertar novamente o cinto e a não descontentar os "aliados" burgueses. Do "Manifesto de Agosto" voltamos ao ponto de partida, a reedição da frente pelego-comunista, pretendendo-se vender mais uma vez a classe operária em troca de uma "aliança" — desta vez à burguesia nacionalista.

Também aí, os resultados dessa política não deixaram de se manifestar. As eleições em fins do ano passado representaram uma só derrota para o P.C. E' preciso ter visto a pobreza dos comícios eleitorais nos quais Prestes recomendava a candidatura de Lutero Vargas aos trabalhadores, para sentir de perto a inépcia de uma liderança política, que não deseja reconhecer o seu fracasso. O próprio Prestes procurou desesperadamente transformar a derrota em vitória, pelos órgãos da imprensa burguesa. Mas como esse remédio se revelou fraco demais, foi acrescentada uma dose de autocrítica. "Não nos demos conta — disse o dirigente comunista na "Voz" pouco antes de fechá-la — se não com atraso de que o agravamento das contradições entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes, nas condições, peculiares existentes atualmente, era agravado pelas demais contradições inclusive pela contradição entre o proletariado e a burguesia. Por isso percebemos tardiamente o profundo descontentamento que a aceleração do processo inflacionário provocava nas massas trabalhadoras e que se refletiu particularmente nas lutas contra a carestia de vida e por aumento de salário e vencimentos".

Mau sinal para um partido, que percebe "tardiamente" um fenômeno, que qualquer operário de fábrica lhe teria explicado em linguagem mais simples. O resultado dessa "auto-crítica" foi a presente campanha contra a carestia, que o Partido desencadeou em seguida. Não deve haver dúvida a respeito, entretanto, a campanha contra a carestia, como está sendo realizada não fere ninguém e não retifica a linha do Partido. E' mera "válvula de escape", destinada a dissipar o descontentamento das bases comunistas, para que a linha de colaboração de classe possa ser continuada.

Essa linha, o ultra-direitismo já crônico do Partido Comunista do Brasil tem causas mais profundas, se deve a concepções de alianças e "frentes" que nada de comum têm com o marxismo. Prestes e seu grupo desejam sem dúvida a formação de uma frente antiimperialista, mas os meios propostos para tal fim não produzem, hoje, nem mais aquelas "frentes" oportunistas, de pés de barro, que estamos cansados ver capitular na primeira prova de fogo. O que em 1945 ainda era uma tragédia, agora não passa de comédia. Propõe êle a criação de uma frente formal, à base de combinações de cúpula. Pretende *convencer* a burguesia a resistir à penetração do imperialismo americano e *aconselhar* os caminhos que mais correspondem aos interesses da nossa classe dominante. Deseja êle ser reconhecido, nessa "aliança", como parceiro com direitos iguais, oferecendo em troca o apoio (não autorizado) de uma classe operária domesticada — "Não ofendam os nossos aliados, não assustem a nossa burguesia" — eis o ABC de sua estratégia política simplória.

A Declaração do CC insiste em aproveitar essa "nova linha" como produto do marxismo-leninismo" — o que, inútil e gratuitamente, só contribuiu para inquietar a burguesia nacional. Entretanto, mais razões para inquietações temos nos, para quem o marxismo não se limita a uma profissão de fé verbal. Não acreditamos que simples citações dos clássicos resolvam o problema da linha



política de Prestes, mas não podemos deixar de defender a reputação de Marx e de Lênin, que de modo algum podem ser responsabilizados por métodos de luta política que decisivamente combateram, em vida.

### MARX, LENIN...

Numa época em que a Alemanha ainda era um país subdesenvolvido, que além disso enfrentava a questão nacional, Marx e Engels definiram do seguinte modo, no Manifesto Comunista, as relações entre proletariado e burguesia numa luta com objetivos comuns:

"Na Alemanha o Partido Comunista luta de acôrdo com a burguesia, tôdas às vêzes, que esta age revolucionariamente..."

"Mas nunca, em nenhum momento, êsse Partido se descuida de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do antagonismo hostil, que existe entre burguesia e proletariado, para que, na hora precisa, os operários alemães saibam converter as condições sociais e políticas, criadas pelo regime burguês em outras tantas armas contra a burguesia..."

Mais tarde, na "Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas", Marx desenvolve a tática do partido proletário na revolução burguesa, isto é, na aliança com partidos burgueses, dizendo:

"No presente momento, quando a pequena-burguesia democrática é oprimida por tôda parte, ela exorta em geral o proletariado à união e à conciliação, estendendo-lhe a mão e procurando criar um grande partido oposicionista, que abranja tôdas as tendências democráticas, isto é, procura arrastar o proletariado a uma organização partidária onde predominarão as frases social-democráticas de tipo geral, atrás das quais se ocultam os interesses particulares da democracia pequeno-burguesa, organização na qual, em nome da tão desejada paz, as reivindicações específicas do proletariado não possam ser apresentadas. Semelhante união seria em benefício exclusivo da pequena burguesia democrática e em prejuízo indubitável do proletariado... Tal união deve ser, portanto, resolutamente rejeitada... Para lutar contra um inimigo comum não se precisa de nenhum órgão especial. Uma vez que, sendo necessário lutar diretamente contra tal inimigo, os interesses de ambos os partidos coincidem no momento e essa união, como vem ocorrendo até agora, surgirá no futuro, por si mesma..."

Convém ressaltar ainda que essas recomendações de Marx e Engels aos revolucionários alemães, em 1848 e 1850, foram dadas numa época em que a classe operária germânica era incomparavelmente mais fraca e menos desenvolvida do que é presentemente o proletariado brasileiro. Não havia ainda sindicatos e os primeiros partidos de massas, se se pode chamar assim, pois não contavam mais de poucos milhares de aderentes, surgiram quasi duas décadas mais tarde, com a agitação de Lassalle, Bebel e Liebknecht. Mas isso não impediu que Marx colocasse desde o primeiro momento da luta a questão em termos de classe.

Lênin, por sua vez e em outras circunstâncias, teve de ocupar-se da tática de alianças, praticamente durante tôda a época de luta contra o tsarismo. Numa das fases mais remotas, antes da formação de um partido organizado, os revolucionários russos entraram em alianças com os chamados "marxistas legais". A terminologia não deve confundir. Os tais "marxistas" eram representantes da burguesia liberal, que em sua fase revolucionária adotavam



nomes radicais, do mesmo modo que os representantes da burguesia liberal alemã, nos tempos de Marx, se chamavam de "social-democratas". (Nós também temos os nossos "pessedistas" e "trabalhistas", embora não tenham nada de revolucionários) Lênin descrevia essa aliança, feita em bases formais e as razões de sua rutura em "Que Fazer" de seguinte modo:

"A aliança com os marxistas legais foi uma espécie de primeira aliança verdadeiramente política concertada pela social-democracia russa. Graças a essa aliança conseguiu-se o triunfo, assombrosamente rápido, sobre o populismo, assim como a enorme difusão das idéias marxistas (embora em forma vulgarizada)... O rompimento não foi provocado, evidentemente, porque os "aliados" tinham se revelado pequeno-burgueses. Pelo contrário, os representantes desta última tendência são aliados naturais e desejáveis da social-democracia, sempre que se trate de atingir o objetivos democráticos seus, objetivos que a situação atual da Rússia coloca em primeiro plano. Mas é condição indispensável para essa aliança que os social-democratas tenham plena possibilidade de revelar à classe operária o antagonismo inconciliável entre os seus interesses e os da burguesia".

Foi essa a primeira e, simultaneamente, a última aliança formal dos leninistas russos com a democracia burguesa. O aprofundamento da luta de classes na Rússia tornou mais difícil para a burguesia respeitar a independência do movimento operário. A industrialização aumentara o antagonismo e já em 1905, durante a revolução (que ainda não era socialista) Lênin pregava o "marchar separado, vencer em conjunto", nas "Duas Táticas", considerando os partidos burgueses aliados na luta contra o absolutismo, mas recusando qualquer acôrdo formal com êles.

Lênin em toda sua vida permaneceu fiel à concepção esboçada em 1898, em "As tarefas da Social-Democracia Russa", ao falar da colaboração entre marxistas e revolucionários burgueses (assinalamos que se trata de revolucionários, o que não é de todo sem importância no caso), dizendo:

"Ao assinalarem a solidariedade de tais ou quais grupos oposicionistas com os operários, os social-democratas porão sempre os operários à parte, explicando sempre o caráter temporário e condicional dessa solidariedade, acentuarão sempre a independência de classe do proletariado, que se pode erguer amanhã contra seus aliados de hoje. Dir-nos-ão: Isto *enfraquecerá* todos os que lutam pela liberdade política no momento atual. E nós responderemos: isto *fortalecerá* todos que lutam pela liberdade política. Só são fortes os lutadores que se apoiam em interesses reais *claramente compreendidos* de determinadas classes e todo fator que obscurece êsses interesses de classe, os quais já desempenham papel predominante na sociedade moderna, servirá apenas para enfraquecer os lutadores".

### ...E PRESTES

Queremos ressaltar mais uma vez que citações não substituem análises marxistas. Não pretendemos recomendar ao sr. Prestes que imite as táticas de 1848 na Alemanha ou as da época da luta contra o absolutismo na Rússia. Não é êsse o sentido do marxismo e de modo algum desejamos repetir o dogmatismo barato do P.C. em 1945, que justificara a sua luta "pela Constituinte com Getúlio" com o argumento que os bolcheviques "também lutaram pela Constituinte".



Não há dois momentos idênticos na história do movimento operário, nem no espaço e nem no tempo. Toda fase de luta exige uma tática determinada, que depende de condições e circunstâncias muito concretas. A situação de 1848 na Alemanha e a de 1905 na Rússia requereram táticas bastante diferentes. O que a atitude dos revolucionários nos dois países tinha em comum, entretanto, eram princípios de luta, o método marxista, isto é, a análise materialista das forças sociais. O que tinham em comum foi a preocupação dos líderes revolucionários em preparar e salvaguardar o proletariado para sua missão histórica em *todos* os momentos da luta de classes.

Essas preocupações se mantiveram completamente estranhas a Prestes em toda a sua carreira de "líder proletário". Nunca agiu como marxista no cenário nacional, nem em 1930, quando se refugiou num abstencionismo sectário, nem em 1935, como promotor de uma "quartelada" pequeno-burguesa, nem em 1945, quando com sua "União Nacional" se opôs frontalmente às aspirações do proletariado brasileiro. Esperávamos em vão que tivesse utilizado os dez anos de inatividade forçada para aproximar-se da realidade brasileira de um ponto de vista marxista. Mas não só não produziu nenhum trabalho que permita supor a sua preocupação com o assunto, como também surgiu, na prática, com uma plataforma quase idêntica à que o levou à *debacle*. Com uma ligeira diferença talvez: em 1945 ainda falava da revolução agrária (em teoria) e hoje estende as mãos aos latifundiários nacionalistas e entrega a bandeira da reforma agrária a Dom Helder. Provavelmente chegou à conclusão que tenha sido esse o sectarismo e esta parece ser a única experiência que tirou de uma década de história nacional.

Não pretendemos, no entanto, pôr em dúvida a integridade pessoal de Luiz Carlos Prestes. Sabemos que se considera "marxista-leninista", honestamente e de consciência limpa. Desconfiamos, entretanto, que cometa um equívoco — ou um "erro" como se diz em linguagem partidária. (Ao lado dos erros do camarada Stalin e do sr. Plínio Salgado). Confunde êle marxismo e leninismo com uma estratégia de mero apóio à política externa da União Soviética. Sómente isso explicaria porque, em 1945, na aparente lua de mel entre os Estados Unidos e a União Soviética, chegou a apertar a mão do Embaixador dos Estados Unidos em praça pública, falando da colaboração do capital estrangeiro progressista na construção do Brasil e, hoje, prega uma frente anti-norte-americana de caráter duvidoso. O que Prestes faz na realidade é sacrificar o movimento socialista no Brasil a uma estratégia diplomática passageira. Dito de passagem, o sacrifício é sem proveito, pois quanto mais fortes os movimentos políticos da classe operária nos países capitalistas, tanto mais forte será a posição da União Soviética no mundo. Não sabemos também até que ponto êle se dá conta desse fenômeno. Fato é que sua linha política se enquadra perfeitamente em seu passado. Vivendo hoje ainda das glórias de uma fase heróica de um movimento da classe média, da marcha da Coluna, nunca chegou a se libertar das concepções do passado. Pequeno-burguês, contenta-se em afirmar que a revolução não é socialista ainda, justificando assim a total renúncia à luta de caráter socialista. Para Prestes o movimento independente do proletariado ficará sempre para as calendas gregas. A única coisa que tomou emprestado à luta de classe proletária é uma fraseologia marxista, mas mesmo esta se está tornando pesada demais. O que resta é um tenente envelhecido, que procura adaptar-se às novas condições de um Brasil em industrialização.



## ALIADOS E "ALIADOS"

Como devemos colocar o problema das alianças à base da realidade da luta de classes no Brasil de hoje?

Evidentemente não estamos mais em 1930, nem em 1935 e nem mesmo em 1945. O país passou por uma fase de expansão industrial — e continua passando em ritmo mais moderado — que não permite mais falar em termos de simples economia agrária. O desenvolvimento econômico completou, até um certo grau, a obra da revolução de 1930. A burguesia está no poder e lidera a coligação das classes dominantes. A tarefa fundamental da revolução burguesa, a de destruir o domínio político do campo sobre a cidade foi solucionada de um modo burguês-reformista. E outra solução a nossa burguesia não está mais em condições de apresentar e nem disposta a fazê-lo.

Analisando a presente situação do país encontramos alguns característicos fundamentais para a questão das alianças:

1) Presenciamos o crescimento de uma burguesia que chegou tarde no cenário nacional e internacional, na época do imperialismo em decadência, na fase em que o capitalismo luta em escala mundial pela sua sobrevivência, em competição com um bloco de países socialistas, que abrange um terço da humanidade. No campo interno, a burguesia enfrenta uma classe operária numericamente desenvolvida, bem ou mal organizada em sindicatos e que no passado já revelou predisposições para soluções revolucionárias, representando portanto um inimigo político em potencial. Temos uma burguesia, cujo desenvolvimento é freado pelo imperialismo, mas que simultaneamente tem algo a defender, algo a perder, contra uma classe operária em ascensão e a qual procura derrubar o capitalismo em escala mundial.

2) Historicamente o capitalismo brasileiro se desenvolveu à base de uma economia agrária latifundiária, que até hoje conserva fortes traços de monocultura. Isso, em parte, freiou o desenvolvimento do setor burguês, porque limitou de ante-mão o mercado interno. De outro lado, são as exportações de produtos agrários que financiam a industrialização do país. Esses dois aspectos determinam as relações da burguesia nacional com o setor latifundiário, caracterizadas tanto por antagonismos, como por comunidades de interesses e determina igualmente a atitude dessa coligação das classes dominantes em relação aos países imperialistas de cujo mercado dependem as exportações brasileiras.

3) Nossa burguesia não tem mais disposições para soluções revolucionárias — nem no combate do atraso interno, nem na luta contra um opressor externo. Suas armas ideológicas são as teorias de desenvolvimento, que nos são apresentadas nos mais diversos tons. Todos eles têm em comum o pretender que o crescimento econômico capitalista soluciona os problemas nacionais, que esse crescimento terá de ser lento e constante, eliminando os conflitos internos e atritos sociais e que dêse modo repetiremos o que nações mais antigas já realizaram no passado. (Ignorando quasi dois séculos de agudas lutas de classes, que marcaram o auge e o declínio do capitalismo europeu). O que essas teorias de desenvolvimento tôdas têm em comum, até as mais nacionalistas, é que, de um modo ou de outro pressupõem uma colaboração do capital estrangeiro, isto é do imperialismo, que deve ajudar a solucionar os problemas nacionais. O que varia nos diversos matizes do "desenvolvi-



mento" são as condições dessa "colaboração". Os remédios propostos visam em geral colher os benefícios, eliminando os aspectos sombrios da penetração imperialista. É uma solução ideal e nada dialética e por isso mesmo irreal. Mas abstraindo essas imagens pequeno-burguesas da realidade econômica, uma coisa fica certa: sem o apóio do capital estrangeiro os "desenvolvimentistas" não oferecem perspectivas de solução dos problemas nacionais. Isso elimina de antemão as possibilidades de emancipação do país mediante o desenvolvimento burguês e limita o papel da burguesia nacional na luta antiimperialista.

4) O fator não menos importante que caracteriza o panorama nacional é a situação da classe operária, cujo papel político não corresponde absolutamente ao seu peso específico na estrutura social e econômica do país. Temos um proletariado, como classe, economicamente definido, mas politicamente não se faz sentir como força independente no cenário nacional. Politicamente, o exército dos trabalhadores ainda representa uma força auxiliar da burguesia nacional. Não se pode, a rigor, nem afirmar que o nosso proletariado seja reformista, como acontece com a classe operária em países desenvolvidos. O nosso proletariado está sob o domínio *direto* de partidos burgueses, trabalhistas e populistas, representando a sua reserva eleitoral. De todos os fenômenos de atraso, dos quais sofre o país, este pesa mais na política nacional. A tarefa da transformação do proletariado brasileiro de "classe em si" em "classe para si" ainda representa o problema cardinal para o movimento marxista.

Os pontos aqui enumerados não pretendem esgotar o panorama nacional mas sim chamar unicamente a atenção sobre as tarefas fundamentais do desenvolvimento do país. Como marxistas, o nosso futuro está evidentemente ligado à classe operária. Ela sempre será a nossa "tarefa fundamental" e se não conseguirmos ligar-nos orgânicamente a ela, as nossas análises revolucionária e profissões de fé se tornarão meros chavões e, nesse caso seria melhor, mudarmos de ocupação, como outros fizeram antes de nós. Isso em si já define a nossa posição e o ângulo sob o qual encaramos a política nacional. Mas mesmo abstraindo isso, a situação do país chegou a um ponto, em que a chave do futuro desenvolvimento político está com o proletariado. O desmoronamento dos partidos burgueses, o desgaste dos políticos profissionais, o surgimento de nomes extra-partidários nas eleições, como salvadores da pátria, mostra o beco sem saída da política burguesa. Esta situação dá à luta pela independência ideológica e orgânica da classe operária uma atualidade toda especial e é esse o ponto de partida para julgar o problema das alianças.

Os nossos aliados mais próximos serão evidentemente todos aqueles que se empenham, com maior ou menor consciência, na formação de um proletariado político. Todos aqueles que se mostram capazes de desenvolver uma atividade contínua nesse sentido, nas épocas calmas como nas crises, nos sindicatos como nas campanhas eleitorais. Trata-se evidentemente de uma aliança de organismos políticos com certa consciência, destinada a conquistar a classe operária pelo marxismo. Bem ou mal temos de pagar aqui pelos pecados do P.C., que fracassou nesse terreno durante os trinta e cinco anos da sua existência.

Em segundo lugar entre os aliados estão aqueles que combatem a favor de condições objetivas, nas relações internas como externas, que facilitam o pro-



cesso da formação política da classe operária. Aqui já chegamos ao terreno das relações de classe para classe e isso dependerá: a) do grau de amadurecimento do proletariado, que é uma garantia contra simples adesões a posições burguesas e b) da situação objetiva dessas classes "aliadas".

O aliado mais próximo do operário industrial é certamente o trabalhador agrícola, explorado sob as mais diversas formas nas diferentes zonas rurais. Seu pêso político, até agora foi praticamente nulo. Fornecia êle, na maioria dos casos, o voto de cabresto para os coronéis. Há entretanto indícios de um despertar no campo, tanto no nordeste, como no sul do país. As Ligas Camponesas de Pernambuco paracem ser o passo mais decisivo nessa direção. Um futuro partido operário terá todo interêsse em tornar-se porta voz direto dessa camada e de estimular por todos os meios o seu amadurecimento político. Desde já devemos levantar o problema da extensão da legislação trabalhista ao campo, tôda vez que apresentam reivindicações em âmbito nacional.

Em segundo lugar entre os aliados latentes, vem a pequena-burguesia da cidade e do campo. Não se trata de uma massa homogênea, mas da classe que mais flutua entre os polos da política nacional. Uma minoria dela se ligará diretamente ao movimento operário. No seu meio encontramos também o bérço do nacionalismo militante, capaz de ser desenvolvido em antiimperialismo mais conseqüente. Parte da pequena-burguesia trava todavia uma luta inconsciente contra a industrialização, pela defesa de um brasileirismo saudosista, de uma época de vida mais fácil, que contém evidentes aspectos reacionários. O nacionalismo dessa gente terá sempre a tendência de tornar virtude os males existentes. Finalmente encontramos no seu meio o foco de um fascismo militante, não só do tempo áureo do integralismo, como também do recente "Clube da Lanterna" que, em momentos de crise chegou a tomar importância. A instabilidade dêsse neo-fascismo não deve iludir. A industrialização aprofunda as contradições e os focos crescerão de novo quando a pequena burguesia fôr atingida por crises econômicas maiores. Uma das fraquezas do lacerdismo foi a sua ligação com o imperialismo norte-americano, mas isso não quer dizer que os semeadores façam também a colheita. Uma coisa parece certa: um fascismo mais popular se desenrolará sob o signo do nacionalismo, para se impor.

### PROLETARIADO E BURGUESIA

Se o proletariado, em princípio, ainda pode tomar certos compromissos com facções pequeno-burguesas radicais, em tôrno de objetivos concretos, qualquer "frente" ou aliança formal com a nossa burguesia se torna utópica. Em primeiro lugar não pode haver aliança quando um dos "aliados", o proletariado, está sendo dominado politicamente pelo outro, a burguesia. O sentido da luta é justamente inverso, é pela emancipação da classe operária da tutela e da máquina ministerial da burguesia. Esta é hoje a dona do Estado e tem uma profunda e justificada desconfiança de movimentos populares em geral. Seria ingênuo querer supor que possa ou queira respeitar a independência da classe que representa o seu antagonista mais perigoso na sociedade capitalista. Sinal é que, quando cansada de exercer uma ditadura indireta, por intermédio do Estado Novo, desmantelou a "polaca", conservou e continua a



defender com unhas e dentes aquela parte da Carta fascista, que lhe permite controlar e estrangular o movimento operário: o controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos.

Significa isso que a burguesia e o proletariado não tenham mais adversários em comum? que não se possam mais encontrar numa "união" que pode "surgir por si mesmo?" Evidentemente não. Estamos na luta antiimperialista e o capital financeiro internacional explora não só o nosso operário, entra também em choque com a burguesia nacional. Ambas as classes enfrentam o domínio imperialista, mas as suas posições em relação ao adversário diferem tão profundamente, como difere a sua posição na sociedade atual. Enquanto o proletariado combate o imperialismo numa guerra sem trégua, a burguesia o combate o colabora com ele ao mesmo tempo.

Devemos apoiar mesmo essa luta inconseqüente da burguesia nacional contra o capital financeiro? Como marxista estamos inclinados a responder com um "sim", mas a resposta definitiva depende do que se entende por êsse apoio. O problema não é novo. Na história do movimento operário internacional há uma divisão já secular. Em todos os lugares e momentos encontramos alas reformistas, que justificam a colaboração de classe com a burguesia com a necessidade de um apoio qualquer. O exemplo clássico é o dos bolcheviques e mencheviques. Em 1905, os mencheviques explicaram a sua renúncia à hegemonia da classe operária, na revolução, com a necessidade de apoiar a luta da burguesia russa contra o Tsarismo, justificando a sua atitude com o apoio que Marx deu à burguesia alemã em 1848. Enfrentaram eles a cerrada hostilidade da facção bolchevique contra essa tática. Para desempatar os debates, que se desenvolveram no Congresso de Londres do Partido Social-Democratico Russo, Rosa Luxemburg tomou a palavra para sustentar as posições de Lênin.

"Sem dúvida... — disse Rosa — que Marx apoiou a luta da burguesia com todos os meios. Mas em que consistiu êsse apoio? Em que denunciava, do princípio até o fim, tôdas as posições dúbias e inconseqüentes, tôda a fraqueza e pusilanimidade da burguesia; em que sustentava e defendia, sem a menor hesitação tôdas as ações de classe do proletariado... A política de Marx consistia em empurrar a burguesia até o último limite da situação revolucionária. Sim, Marx apoiava a burguesia, mas êle a apoiava com o chicote e com pontapés".

Evidentemente não é êste o gênero de apoio que os nossos defensores da "aliança com a burguesia" estão pregando. Tal apoio, como classe só um proletariado independente poderá fornecer somente dêsse modo se poderá empurrar a burguesia até os limites de uma situação, revolucionária ou não.

E aí voltamos ao ponto de partida. Dedicar as suas energias à organização da classe operária é atualmente a tarefa mais urgente dos marxistas brasileiros a contribuição mais preciosa que poderão dar ao desenvolvimento do país. No presente momento urge concentrar os esforços nesses setores do proletariado, que estão mais preparados para atender os nossos apelos que se movimentam mais facilmente e cuja ação repercute em âmbito nacional, arrastando as camadas mais atrasadas. São êsses o trabalhadores das indústrias chaves, organizados parcialmente em sindicatos e federações, que travam a luta pelo direito de greve e pela Autonomia Sindical.



Apesar de toda a ação nefasta do pelego-comunismo o processo espontâneo de formação de uma classe operária "para si" nunca parou. Tomou forma mais conscientes com a campanha contra o Decreto-lei 9.070. Essa experiência começa a modificar novamente as concepções políticas do proletariado mas até agora faltou um partido marxista, que pudesse tornar consciente essa mudança. O P.C., como está, evidentemente não dá mais para isso. Formado à semelhança do seu Senhor, educado há 25 anos numa mentalidade "aliancista", os conflitos sociais o assustam. Nessa luta o proletariado fica freqüentemente sozinho, contra a sociedade burguesa, e isso contradiz o dogma prestista de colaboração de classe.

Os pequenos grupos, que hoje reivindicam para si o papel de Vanguarda revolucionária e que se colocam no terreno teórico da luta de classes, encontram nesse processo espontâneo o seu campo para uma ação consciente e a sofrerão as suas provas de fogo. Eles sobreviverão na medida que mostrem capacidade de acelerar o processo da formação política da classe e se tornarão um Partido Operário na medida que consigam ligar-se orgânicamente ao proletariado. O marxismo, como movimento militante, sempre foi síntese de socialismo científico com o movimento operário e essa síntese só se dá na luta diária.

Aí encontraremos também o divisor de águas. Quem quiser que fique com a nossa "burguesia nacionalista", com os "setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano" e com os mitos do passado. Nosso objetivo é o proletariado brasileiro, o mais numeroso do país mais industrializado da América Latina. Quando este jovem gigante aprender a andar sozinho, suas colunas abalarão o Continente e o próprio baluarte do imperialismo; cabe a êle hastear a bandeira vermelha sob o Cruzeiro do Sul.



# A América Latina e o Socialismo

(NOTAS PARA UM ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO)

MANUEL AUGUSTIN AGUIRRE

Professor da Faculdade de Ciências Econômicas  
de Quito — Assessor Econômico da Confederação  
dos Trabalhadores do Equador (C.T.E.)

No Equador, como em muitos países da América Latina, há quem, pertencendo a correntes centristas ou mesmos esquerdistas, sem levar em conta nem o espaço nem o tempo, defenda com falsos argumentos a necessidade de uma revolução burguesa liberal que liquide nossos resíduos feudais e que nos conduza pela senda da industrialização e do capitalismo mais adiantado.

Um dos falsos argumentos invocados continuamente é o de que as nações da Europa Ocidental e do Norte do nosso continente chegaram à industrialização e ao mais alto grau de capitalismo através de revoluções burguesas, democrático-liberais, que se fizeram contra o feudalismo que impedia o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

De acôrdo com esta tese, teríamos que esperar pacientemente que o desenvolvimento industrial latino-americano e equatoriano nos trouxesse uma burguesia capaz de realizar a sua verdadeira revolução francesa, um 1789 que, liquidando as sobrevivências feudais e coloniais e varrendo com elas a classe dos latifundiários, nos conduzisse ao ponto mais alto do capitalismo triunfante.

Naturalmente, esta posição nos leva a concluir que o socialismo nada tem a fazer em nossos países, já que só deveria desempenhar seu papel quando tivéssemos chegado ao cume da etapa capitalista e pudéssemos contar com um proletariado numeroso e plenamente desenvolvido, capaz de se constituir no verdadeiro condutor da revolução socialista.

Enquanto isso, a classe proletária, assim como a pequena burguesia deveriam alinhar-se submissamente atrás da classe burguesa que continuaria sendo a heroína de uma revolução liberal postergada indefinidamente.

Esta tese, com tôda sua falsidade, significa uma transposição mecânica da história econômica européia para o nosso continente sem estabelecer as necessárias diferenças que existem no desenvolvimento econômico, social e político do velho e do novo mundo. A América Latina, como o veremos embora esquematicamente, não pôde ter uma evolução paralela à européia, seja pelas diferenças naturais entre os continentes, seja porque a Conquista, primeiro, e a penetração imperialista depois, deformaram e paralisaram seu desenvolvimento econômico impedindo-a de ter uma evolução conveniente e, por assim dizer, normal.

**1 — As Origens** — Engels, em sua "Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", ao traçar, segundo Morgan, as etapas pré-históricas da



humanidade, quando se refere à passagem da selvageria para a barbárie, diz o seguinte: "até aqui temos podido considerar a marcha do progresso de um modo geral, aplicando-se, em um período determinado, a todos os povos sem distinção de localidade. No entanto, com o advento da barbárie chegamos a um estágio em que se acentua a diferença de dons naturais entre dois grandes continentes. A característica do período da barbárie é a domesticação e criação do gado e o cultivo de cereais. Pois bem, o continente oriental, o chamado antigo mundo, possuía quase todos os animais domesticáveis e toda classe de cereais próprios para o cultivo, menos um; o continente ocidental (América) só tinha um mamífero manso, a lhama (ainda assim só na América do Sul), e só um dos cereais cultiváveis, porém o melhor, o milho. Estas condições naturais diferentes fazem com que desde esse momento a povoação de cada hemisfério siga sua própria evolução e que os pontos tomados como limites dos estágios particulares difiram segundo cada caso." (1)

Na época da Conquista, ainda segundo Engels, os povos mexicanos, centro-americanos e peruanos, encontravam-se no meio do estágio da barbárie, uma vez que não haviam chegado à utilização do ferro. A conquista espanhola interrompeu todo desenvolvimento autônomo posterior. Ouçamo-lo: "os índios dos chamados "pueblos" do Novo México, os mexicanos e peruanos da época da Conquista, achavam-se no estágio médio da barbárie. Viviam em casas de barro e pedra em forma de fortaleza; cultivavam o milho e outras plantas alimentícias, diferentes segundo a orientação de clima, em culturas de irrigação artificial que forneciam a principal fonte de alimentação; haviam até domesticado alguns animais: os mexicanos, o peru e outras aves; e os peruanos, a lhama. Além disso sabiam trabalhar os metais, exceto o ferro; por isso continuavam na impossibilidade de prescindir de suas armas e instrumentos de pedra. A conquista espanhola interrompeu todo desenvolvimento autônomo posterior." (2)

**2 — A Colônia** — A Conquista interrompe a evolução independente da economia indo-americana. A Espanha quando conquistou a América achava-se numa etapa de transição e conseqüente indecisão em suas formas econômicas. Em seu seio, em grande parte feudal, já se haviam incubado elementos capitalistas suficientes para dar-lhe um impulso expansionista e aventureiro (faustico diria Werner Sombart), que a levou a cruzar mares e apossar-se de todo um continente; foi, por tanto, um impulso capitalista que a impeliu a procurar mercados externos, descobrir e conquistar novas terras.

No entanto, ainda sem um desenvolvimento necessário para organizar um sistema plenamente capitalista no país conquistado, como o fizera a Inglaterra nos EE.UU., e sem a força suficiente para substituir em sua totalidade, a organização comunal incaica, a Espanha implanta em suas colônias, um conjunto de formas feudais e semifeudais, que como tal se manifestam com o conseqüente sistema de servidão e a manufatura característica e, ainda, formas escravagistas, como nas plantações e minas, onde se trabalhava principalmente com escravos negros e índios. No entanto, estas formas atrasadas de economia se entrelaçavam com relações francamente capitalistas, já que se não produzia unicamente para o consumo próprio, mas para o mercado, com o fim de obter um lucro. Trata-se, pois, de uma produção de mercado-



rias, essência do capitalismo. O latifúndio e as terras arrendadas, não constituíam unicamente economias fechadas de auto-abastecimento, característico feudal, mas delas saíam, em parte, os produtos exportáveis como os metais preciosos, o cacau, café, açúcar, etc. que abasteciam o mercado europeu. Por outro lado, ainda que as relações de trabalho na produção mineira e manufatureira tivessem formas pré-capitalistas, tratava-se de empresas indubitavelmente capitalistas. Até a comunidade indígena primitiva era usada como veículo capitalista, quando adaptada à produção para o comércio, como fizeram os jesuítas no Paraguai.

Outrossim, não se pode negar que durante a colônia se efetuou uma considerável acumulação de capital, produto do tráfico negreiro de escravos, da exploração mineira, do comércio, especialmente de exportação, dos dízimos e doações piedosas, que serviu de base ao desenvolvimento do capitalismo europeu, especialmente inglês e holandês e que também acentuou certas características capitalistas coloniais. Por tôdas as partes, ainda que com intensidades diferentes, circulava o dinheiro, que não é característico de uma economia feudal, "pois em tôdas as partes onde as relações naturais transformam-se em dinheiro e os produtos em espécie transformam-se em pagamento também em dinheiro, all o regime feudal foi substituído pelo regime burguês." (Marx).

"O descobrimento da América, dizem Marx e Engels, e a circumnavegação da África, ofereceram um novo campo de atividade à burguesia nascente. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o mercado colonial, a multiplicação dos meios de trocas e de mercadorias, imprimiram um impulso até então desconhecido ao comércio, à navegação e à indústria, que, como consequência, asseguraram um desenvolvimento rápido ao elemento revolucionário na sociedade feudal em decadência." (3)

Freqüentemente se exagerou, como afirma Sérgio Bagú, o caráter absolutamente feudal da Colônia, pois que "as colônias luso-espanholas da América não surgiram na vida, para repetir o ciclo feudal, mas para integrar-se no novo ciclo capitalista que se iniciava no mundo. (4)

Na realidade, as colônias da América, ao nascerem, ficaram unidas ao carro capitalista, insertas no mercado mundial como um elo da cadeia do capitalismo. Mas êste mesmo fato determinou, junto com a conquista, a deformação de nossa economia, que não pôde desenvolver-se de forma autônoma e normal, mas foi, desde então, uma economia complementar, que teve que adaptar-se às necessidades das economias metropolitanas. Recordamos como, durante a colônia, a Espanha impediu o desenvolvimento industrial e também agrícola em todos os ramos que não convinham aos interesses do monopólio produtor comercial metropolitano. As economias latino-americanas, por êste fato, constituem um apêndice do capitalismo exterior, e seguem suas vicissitudes. Não podem crescer senão na medida em que o permitem as economias das quais dependem e até o limite que aquelas lhe indicam.

Pois bem, tôda economia capitalista dominante, converte a subordinada ou colonizada, em fornecedora de matérias-primas e consumidora de seus produtos manufaturados. Isto, embora determine a possibilidade de um desenvolvimento colonial do capitalismo comercial e financeiro, não permite o desenvolvimento



do capitalismo industrial, sempre subjugado pela pressão exterior da economia conquistadora.

**3 — A Independência** — É por isso que, à época da independência, havia na América Latina apenas uma casta de latifundiários nativos, aburguesados pelo contacto com o mercado exterior, assim como representantes da burguesia comercial e financeira que, unidos, desejavam romper o monopólio espanhol e encontrar melhores mercados internacionais para seus produtos. Estas castas capitalistas feudais, produtos do heterogêneo processo estrutural da colônia, eram as dirigentes e beneficiárias da campanha libertadora. Atrás delas marchava a pequena burguesia, que desejava mudar sua posição com o enfraquecimento do poder espanhol.

Não devemos esquecer a participação ativa que tiveram as classes populares na luta libertadora, participação que geralmente tenta-se negar e ocultar e que, como no México e outros lugares, aspirava a uma verdadeira transformação que desse aos pobres terras, pão e justiça.

Este amálgama latifundiário burguês, procurou apoio nas burguesias estrangeiras das nações rivais da Espanha, especialmente a Inglaterra, cuja revolução industrial necessitava dos mercados latino-americanos para colocar seus produtos, o que não poderia ser feito enquanto a América Latina fôsse colônia da Espanha. Este entendimento da semiburguesia nacional com a burguesia estrangeira, acentuava-se, naturalmente, sempre que aumentava a pressão das classes populares que tentavam imprimir ao movimento um ritmo realmente revolucionário. Esta, foi, por outro lado, a razão para que a luta pela independência se mantivesse dentro dos limites que trouxessem mudanças proveitosas para as camadas dirigentes e se imobilizasse em relação às reivindicações populares, já que o propósito daquelas era simplesmente tomar o poder como um meio de ampliar sua esfera econômica mantendo, porém, todos os seus privilégios, baseados precisamente na conservação da estrutura colonial interna.

Por isso, os resíduos feudais coloniais permaneceram intactos e o problema da terra não abordado, já que eram os latifundiários aburguesados e seus aliados os comerciantes latifundiários, os únicos beneficiados da liberdade, a liberdade de comércio, que lhes permitia gozar de um mercado mais amplo para suas exportações, produtos da exploração medieval dos seus servos e escravos.

A independência americana constitui a primeira prova da incapacidade da burguesia latifundiária de mudar as bases do feudalismo e um exemplo da traição aos interesses das classes populares que contribuíram com seu heroísmo e sacrifício para a liberdade da América.

**4 — A República** — Vimos que as características qualitativas das classes dirigentes do movimento libertador, o limitaram a certos objetivos simplesmente classistas. Do mesmo modo, mantendo os mesmos elementos feudais, nossas economias se ligaram mais diretamente ao capitalismo europeu ao pôr-se em contacto especialmente com a Inglaterra, seu representante mais autêntico. Assim, sem superar as formas atrasadas de sua economia, a América Latina é lançada à voragem de um capitalismo internacional em desenvolvimento.

Apesar dos alardes de uma independência simplesmente formal, a economia de nossos países continua agrilhoada, talvez ainda mais de



Continua representando o papel de economia complementar, apendicular, dependente de economias estranhas. Forçosamente tem que adaptar-se à demanda do mercado exterior, que modela e orienta sua produção e consumo. Assim, principalmente, encontramos-nos presos ao imperialismo inglês e depois ao norte-americano, que dirigem nossos destinos de acôrdo com seus interesses.

Ao imperialismo estrangeiro convém manter as formas atrasadas de produção porque isto significa a conquista de matérias-primas a baixos preços e mão de obra barata, que são obtidas, naturalmente, à custa de uma maior exploração e sacrifício da classe operária e camponesa coloniais, uma vez que o latifundiário, aliado da burguesia imperialista estrangeira, não procura diminuir o custo da produção melhorando a técnica mas sim, acentuando as formas atrasadas de exploração.

A livre troca, que substituiu o monopólio espanhol foi, como diz M. S. Rokovski, um método de exploração que superou todos os que se haviam praticado antes.

“Antes, os próprios camponeses produziam a matéria-prima, a elaboravam e, na maioria dos casos, a consumiam. Agora têm que produzir matérias-primas e viveres para o mercado capitalista, sob a pressão direta dos capitalistas estrangeiros, dos próprios latifundiários e dos comerciantes. A fome, as contribuições e impostos os obrigaram a vender suas matérias-primas. O camponês, ao tornar-se involuntariamente fornecedor de matérias-primas para o mercado mundial, converteu-se em vítima de todos os caprichos desse mercado. As matérias-primas produzidas pelo trabalho de toda a família, vendiam-se à preços não proporcionais aos gastos de produção. O barateamento das matérias-primas coloniais era o resultado da pobreza dos produtores e não da produtividade de seu trabalho.” (5)

Por outro lado, com o aumento da exportação de produtos agrários, os latifundiários começam a expandir seus latifúndios com a expoliação desapiadada dos camponeses e empregando todos os meios ao seu alcance.

A indústria de produtos acabados para o mercado interno mantém-se débil. Só pode desenvolver-se a produção industrial nos ramos relacionados com a elaboração primária das matérias-primas exportáveis, que são as únicas em que a técnica penetra embora unilateralmente. As vias de comunicação constróem-se não, para os mercados interiores, que têm muito pouca influência na produção, mas para alcançar os portos marítimos de exportação.

Desta maneira, mantém-se na economia agrária as formas mais atrasadas de produção semifeudal e também semi-escravagistas, intimamente entrelaçadas com formas capitalistas e imperialistas, em um curioso arabesco econômico.

5 — **As Revoluções democrático-burguesas liberais latino-americanas** — Da rápida análise da estrutura econômica latino-americana que viemos realizando, deduz-se claramente que não pôde formar-se uma verdadeira burguesia industrial capaz de opor-se e lutar contra a classe feudal latifundiária, destruindo o latifúndio e demais formas pré-capitalistas de exploração, como aconteceu na França em 1789, por exemplo; mas que, ao contrário, a burguesia de nossos países é constituída de latifundiários aburguesados em virtude de manterem uma estreita ligação com o mercado mundial, ou burgueses proprietários de



grande propriedade agrária. A falta de um desenvolvimento industrial, normal e conseqüente, impediu a formação de uma forte classe burguesa, como a européia, que pudesse realizar as verdadeiras revoluções que levaram a Europa Ocidental à destruição violenta do feudalismo e à implantação plena do capitalismo.

Na América Latina, como no Equador, as classes burguesas não puderam levar a cabo a missão histórica que lhes correspondia, devido à sua especial composição e peculiaridades. Enquanto a burguesia industrial do ocidente europeu, que teve uma formação diferente, pois se forjou numa luta constante contra a classe feudal, derrubou esta última e com ela os obstáculos que se opunham ao pleno desenvolvimento do capitalismo, "a burguesia" latino-americana e equatoriana, não pôde constituir-se como uma classe vigorosa e autônoma com a força suficiente para abrir seu caminho na história, porque nasceu e cresceu como uma simples prolongação da classe dos senhores de terras, em uma ligação incestuosa. O latifundiário burguês e burguês latifundiário são irmãos siameses desta nossa América, deformada e explorada pela semi-burguesia nativa e pelo imperialismo estrangeiro.

Por outro lado, a burguesia européia em suas revoluções, teve que apoiar-se nos camponeses, que eram uma força indispensável e efetiva na destruição do feudalismo que o mantinha em servidão. Portanto essas revoluções tiveram que enfrentar os problemas da terra, realizando a destruição da propriedade e demais privilégios feudais, a fim de revitalizar este fator natural da produção e torná-lo acessível ao livre câmbio comercial, efetuando, para isso, a repartição das terras, como na França e outros lugares.

Na América Latina, a classe burguesa latifundiária não pôde nem poderá apoiar-se nos camponeses, aos quais teme e cujas reivindicações não poderia realizar sem sua própria destruição. Se a maior parte de seus lucros ela os tira das maiorias camponesas, não se concebe que realize uma revolução em benefício do homem do campo que reclama terras e deseja livrar-se da exploração e servidão em que se encontra.

Portanto, as chamadas revoluções democrático-liberais na América foram limitadas, incompletas, mutiladas, quando não simples quarteladas em que as diversas facções da burguesia disputavam o poder, deslocando-se entre o feudalismo e o capitalismo, incapazes, como é natural, para toda ação verdadeiramente revolucionária e transformadora.

Pela mesma razão, as revoluções democrático-liberais, como não podia deixar de ser, traíram as classes trabalhadoras que serviam de carne de canhão para satisfazer às ambições de seus inimigos, empenhados em aumentar seus privilégios e sua exploração crescente.

**6 — Um exemplo concreto: liceiro esquema da nossa realidade econômico-social equatoriana** — Nossa economia equatoriana, como as dos demais povos pouco desenvolvidos da América Latina, constitui um gigantesco museu de história econômica universal, em que se encontram unidas e superpostas, todas as formas econômico-sociais por que passou a humanidade.

Se caminharmos do oriente para o ocidente, encontraremos na região oriental, coberta em sua maior parte de selvas impenetráveis, uma economia primitiva, em que vivem algumas tribos indígenas, à margem de quase toda penetração da chamada cultura ocidental.



No altiplano andino, superpondo-se e estrangulando as comunas indígenas que encarnam a sobrevivência do "ayllu", base fundamental da economia inca, estendem-se grandes latifúndios semifeudais, com suas formas diretas ou encobertas de servidão (miasipengo, mediería o aparceria, yenapo, cuentayazgo, etc.).

No entanto, não podemos afirmar que a Serra seja unicamente feudal sem cometer um grande erro, pois, sem contar com a penetração capitalista sob a forma de empresas agrícolas mais ou menos mecanizadas onde predomina o salário, vemos que os mesmos latifúndios de características feudais não constituem economias fechadas de auto-consumo, mas que dependem dos mercados e dos preços já que não produzem para consumir, característica estritamente feudal, mas para vender. Não se produzem valores de uso, mas mercadorias. Mesmo a pequena propriedade, o minifúndio, onde prevalece a economia natural de auto-consumo, depende do mercado onde se troca os escassos produtos por outros indispensáveis à sobrevivência do produtor.

É verdade que ainda não contamos com vias de comunicação que nos permitam a formação de grandes mercados nacionais, de maneira que nossa economia sofre de localismo e provincialismo, características também feudais, que impedem a formação de uma forte nacionalidade. No entanto, não podemos negar que nossa economia é uma economia de mercado e de trocas, economia capitalista, tingida, isto sim, de fortes resíduos feudais.

A lavoura da costa é mais capitalista do que a da serra e o salário adquiriu uma preponderância maior, devido a que, em geral, se produz para a exportação. No entanto, não pôde livrar-se de certos métodos atrasados de produção e exploração e encontramos, como na serra, desde a organização tribal sobrevivente até a grande empresa agrícola capitalista, passando por todas as formas atrasadas que engendra o latifúndio litorâneo.

Nas cidades equatorianas, juntamente com o artesanato numeroso, resíduo pré-capitalista, co-existem a manufatura e uma indústria pouco desenvolvida devido à pressão externa e às condições internas do país. O observador atento pode contemplar, junto à construção de arquitetura medieval e quase sem transição, o vôo audacioso de um quase arranha-céu, que é a expressão arquitetônica mais característica do capitalismo imperialista. Cruzando com as vielas coloniais, corre a ampla avenida moderna e acotovelando-se com o indígena que exhibe sua colorida indumentária encontra-se o homem moderno que veste um traje cortado no estilo das alfaiatarias de Paris, Nova York ou Londres.

Miscelânea econômica, miscelânea política e miscelânea social e cultural. Um verdadeiro mosaico. Economia de retalhos e remendos de etapas passadas e presentes, contraditórias e contrapostas, que não puderam anular-se nem superar-se e que co-existem representando um aglomerado de séculos. Economia envelhecida antes de desenvolver-se, deformada pela pressão da economias exteriores, especialmente a norte-americana que a agrilhoa e subjuga. Tipos de cultura que ainda não puderam fundir-se e unificar-se plenamente. Política caótica e desorientada, a serviço das oligarquias dominantes. Democracia de papel e tinta, à margem das grandes maiorias, eternamente condenadas e proscritas.

Nossa pseudo-burguesia, como a dos demais países subdesenvolvidos da América Latina, mostrou-se incapaz de realizar a destruição dos resíduos feu-



dais que nos prendem ao passado, porque sua composição, como já dissemos ao tratar do esquema geral, não lhe permitia nem permite tal missão histórica, uma vez que seus lucros provêm em grande parte da exploração impiedosa do índio e do camponês. A revolução liberal de 1895, que partiu da costa, mais avançada do ponto de vista capitalista foi definitivamente afogada na serra, de maiores resíduos feudais. As medidas então tomadas não conduziram à solução democrático-burguesa liberal do problema, que devia consistir na destruição do latifúndio e divisão e distribuição das terras entre os pequenos proprietários, libertando os camponeses da exploração feudal, elevando sua capacidade de consumo e ampliando, assim, o mercado nacional, para o surgimento da indústria. A revolução, pelo contrário, incapaz de remover os obstáculos feudais que se opunham e opõem ao desenvolvimento capitalista, terminou por assegurar o latifúndio, já que seus dirigentes logo se entregaram ao açambarcamento de terras, inclusive com a usurpação de terras coletivas, que foram, na realidade, as únicas vítimas da desapropriação revolucionária. Assim, no balanço final, chegamos à conclusão de que se acentuou, em vez de desaparecer, o latifúndio e suas formas diversas de servidão, estabelecendo-se cada vez mais, uma unidade econômica burguesa-latifundiária, adornada com todos os privilégios feudais e capitalistas, unidade que se expressa em um conseqüente e sucessivo entendimento liberal conservador, especialmente ante a pavorosa inquietude que lhes infunde o despertar das classes proletárias do país.

**7 — Revolução burguesa na América Latina e no Equador? —** Depois desta análise sumária, creio que não podemos esperar, sem cair no absurdo, um 1789, que liquide o que nos resta de estrutura feudal, conduzindo-nos à industrialização e ao capitalismo florescente. Como é possível esperar que a burguesia latifundiária e os latifundiários burgueses cheguem a destruir a própria estrutura que lhes serve de suporte? Como crer que estas camadas burguesas feudais solucionem o problema da terra entregando-a aos camponeses, se vivem fundamentalmente da exploração desses camponeses? Como esperar que uma economia de "laissez-faire" de um estado liberal que demonstrou durante anos sua incapacidade, possa levar adiante nosso desenvolvimento econômico? Como esperar que os que vivem da exploração e miséria do povo sejam capazes de libertá-lo e redimi-lo?

As situações insustentáveis como esta, levam-nos os teorizantes metafísicos que crêem que as classes burguesas e as idéias liberais, terão aqui o mesmo papel que tiveram no desenvolvimento industrial da Europa e dos E. Unidos nos séculos XVIII e XIX. Estas escandalosas incongruências levaram-no a sustentar, contínua e permanentemente, a necessidade ineludível de tratar os nossos problemas latino-americanos e equatorianos, situando-os francamente em nosso meridiano de países semicoloniais e semicapitalistas, atrelados ao carro do capitalismo mundial.

Por outro lado, como é possível pensar que a burguesia latifundiária nacional se disponha a lutar contra o imperialismo do qual depende e é seu aliado? Por acaso não sabemos que atualmente a economia latino-americana e especialmente a equatoriana continuam presas ao comércio exterior de importação e exportação que é o que lhes imprime seu ritmo e sua modalidade essencial? Não é difícil compreender, então, que os latifundiários que produ-



zem matérias-primas para este imperialismo, assim como a camada de grandes comerciantes que vivem do comércio de importação e exportação não serão os adversários do imperialismo ao qual se encontram tão intimamente ligados. Ainda que o capitalismo industrial e nacional incipiente opusesse algumas vezes seus interesses aos imperialistas não possuiria a capacidade suficiente para a luta anti-imperialista, pois quando sente ameaçada sua posição pela revolta do proletariado, apressa-se em unir-se com a burguesia imperialista que lhe estende a mão para garantir sua salvação, em uma ampla solidariedade. Ademais, a classe burguesa mundial, outrora inquieta e revolucionária, que representava os impulsos de um capitalismo em ascensão, e que foi capaz, inclusive, em um momento histórico, de expressar os desejos progressistas das classes populares, hoje, quando esse capitalismo decadente, se desmorona em meio às mais estrepitosas contradições, volta atrás, a uma posição violentamente reacionária empenhada em manter a todo custo seus privilégios de classe exploradora frente a um proletariado cheio de consciência e força, que se levanta como uma ameaça contra esses privilégios.

Não é, pois, a classe burguesa latifundiária que há de lutar contra a defeituosa distribuição da terra, contra o latifúndio, contra a desastrosa situação dos trabalhadores da cidade e do campo, contra a servidão e escravidão imperialista. Esperar por isso, não só é um contra-senso histórico, mas também uma ilusão burguesa e pequeno-burguesa da pior espécie.

**5 — Classes médias ou pequena-burguesia** — O fato de que a estrutura econômica latino-americana tenha dado lugar em alguns países à existência de uma numerosa classe média ou pequena burguesia, produto do desenvolvimento capitalista, de um lado, e dos sobreviventes pré-capitalista de outro, (funcionários, intelectuais, técnicos, pequenos comerciantes, artesãos, camponeses etc.) deu lugar a que muitos teóricos sustentassem a tese de que existindo um proletariado "pouco numeroso e deficiente" devido ao escasso desenvolvimento industrial, deviam ser as classes médias ou pequenas burguesias, as chamadas a dirigir a luta pela transformação econômico-social da América-Latina, oprimida pelo imperialismo capitalista sufocante. Tal é a posição do APRA peruano.

Esta tese é insustentável. As classes médias ou pequena burguesia, em virtude de sua situação de intermediárias entre a burguesia e o proletariado, são classes instáveis e vacilantes, de composição heterogênea, que carecem da firmeza e do impulso necessários para fazer uma revolução. Seu desejo de conservar-se como classe ou de ascender às fileiras da burguesia, as torna facilmente suscetíveis à influência desta, mas, por outro lado, o próprio desenvolvimento capitalista, com suas contradições, acaba por levá-las, inapelavelmente para as classes proletárias, o que as torna, em geral, enraivecidas e revolucionárias, mais nas palavras do que nos atos, uma vez que lhes falta a necessária tenacidade e resistência exigidos por objetivos precisos. Este afã revolucionário, geralmente desorientado, anarquizante fez com que estas classes fossem aproveitadas pelo fascismo mundial e sua prolongação latino-americana.

"As classes médias — pequenos fabricantes, lojistas, artesãos, camponeses" — dizem Marx e Engels — "combatem a burguesia porque ela é uma ameaça contra sua existência como classes médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras. São reacionárias: pedem que a história retroceda. Se se agitam



revolucionariamente é por temor de cair no proletariado; defendem, portanto, seus interesses futuros e não seus interesses atuais; abandonam seu próprio ponto de vista para colocar-se no do proletariado." (6)

Não é, pois, a pequena burguesia, que pode ser boa combatente se o proletariado souber convertê-la em aliada e dirigi-la convenientemente, (especialmente quando se trata de camponeses como logo veremos), quem poderá conduzir à revolução que há de liquidar os resíduos feudais e o domínio imperialista da América Latina e Equador, porque ela está impedida pelas suas próprias condições de classe, ou seja, por seu papel no processo de produção

Muito menos há de ser o "lumpen" proletariado (prostitutas, ladrões, vagabundos etc.) "a canalha das grandes cidades, essa podridão passiva" cujas condições de vida "a predispõe melhor a vender-se à reação". (7)

**9 — A classe proletária e revolução socialista** — Só o proletariado, como diz Marx, é uma classe verdadeiramente revolucionária. Só o proletariado é a classe que tem em suas mãos o futuro do mundo. Só ela reúne nos tempos atuais, as características necessárias para realizar uma verdadeira transformação social. Economicamente explorada, politicamente oprimida, afogada cada vez mais na miséria, sem propriedade privada, é também a classe produtora e construtora capaz de forjar um novo mundo, para o que se une nos grandes exércitos das fábricas onde aprende a se unir e combater. "A classe que só tem a perder os seus grilhões e em troca tem um mundo a ganhar." Só ela poderá não só liquidar um passado feudal que forma uma dupla cadeia de exploração com o imperialismo, que mantém as classes trabalhadoras na miséria e oprimidas, mas também conduzir o país pelo caminho da industrialização e do progresso, da técnica e da abundância para todos; já não por meio dos métodos inumanos do capitalismo mas pelo socialismo, que é planificação ordenada e consciente da produção em benefício da coletividade, que suprime a exploração do homem pelo homem e as classes sociais, que é a verdadeira justiça e liberdade.

Só uma planificação econômica socialista com a utilização efetiva de todos os fatores produtivos, pode tomar em suas mãos nossas economias deformadas e destorcidas pela desorganização interior e pela pressão exterior, para fazê-las funcionar como um todo vivo e orgânico, ajustando suas diferentes partes atualmente desarticuladas e soltas; só a planificação socialista pode realizar a difícil tarefa de superar as etapas atrasadas de nossa economia para levá-la ao seu máximo desenvolvimento; só pelo caminho da planificação nacional e internacional socialista chegaremos ao pleno desenvolvimento dos países latino-americanos e equatoriano, dentro do campo da coletivização e cooperação; só uma planificação socialista há de libertar-nos da dependência exterior do imperialismo que atualmente nos afoga e estrangula.

Não é possível esperar, como demonstramos reiteradamente, que uma burguesia latifundiária, aliada do imperialismo possa libertar e desenvolver a economia latino-americana e muito menos libertar as classes trabalhadoras que constituem sua antítese. Se o liberalismo econômico é já um verdadeiro anacronismo na maior parte do mundo, o é mais ainda em nações como as da América Latina e no Equador. Nestas, o liberalismo é a carta branca do feudalismo e do colonialismo, num extremo, e do imperialismo no outro. O



liberalismo significa a manutenção do feudalismo e a resignação frente ao imperialismo.

Os inimigos do proletariado, os que temem realmente a revolução que só buscam as satisfações pessoais imediatas, os dirigentes dos partidos pequeno-burguêses e da social-democracia em decadência nos falam da minoria do proletariado, de sua imaturidade, de sua incapacidade, de sua falta de preparação e consciência de classe etc. etc. concluindo que os operários são ingratos, pois não dão a tais dirigentes a importância que julgam ter e que não os seguem nem nêles votam, coisa imperdoável e inaudita. Estes falsos líderes, para considerar o proletariado latino-americano e equatoriano como uma força dirigente da revolução, desejariam que estivesse em maioria, não precisamente para fazer a revolução, mas para levá-los ao triunfo nos torneios eleitorais, o que lhes daria posições cômodas ou lucrativas. Só quando fizesse isso estaria o proletariado em sua plena consciência de classe.

Sem analisar a fundo esta posição pequeno-burguesa, tremendamente reacionária temos que afirmar categoricamente que esta surrada tese de que o proletariado na A. Latina e no Equador é uma minoria insignificante, é absolutamente falsa e contra-revolucionária. Este êrro, quando não é uma posição reacionária consciente, provém da atitude irrefletida de considerar nossos países, especialmente os pouco desenvolvidos como o Equador, como absolutamente feudais, coisa que não está de acôrdo com a realidade. Não se pode negar, como demonstramos neste rápido ensaio, que existem fortes resíduos feudais, especialmente no campo mantidos pela burguesia latifundiária e imperialista, que limitaram e entorpeceram nosso progresso, mas daí a negar o capitalismo como forma fundamental de nossas formas de produção e a existência de um proletariado com capacidade suficiente para se constituir em condutor da revolução latino-americana e equatoriana, há uma distância que vai do cômodo oportunismo à atitude realmente revolucionária. Ademais, ainda que o proletariado, como talvez tôdas as classes, não seja uma maioria quantitativa, êle o é qualitativamente, como diz Lênin, pela sua força e capacidade revolucionárias.

Por outro lado, se contarmos não só o proletariado industrial, mas também o proletariado e semiproletariado que sua e morre na cidade e no campo para alimentar e enriquecer a burguesia latifundiária nacional e a grande burguesia internacional, verificaremos que êles formam as grandes maiorias nacionais. Ou será que a reduzida classe burguesa-latifundiária constitui essa maioria?

E ainda supondo que algumas nações pouco desenvolvidas como o Equador, sejam fundamentalmente feudais e, em consequência, o proletariado uma minoria insignificante, como dizem aquêles teóricos, nem assim poderíamos chegar à conclusão de que a revolução burguesa e não a proletária socialista seria a única possível na América, já que provamos até à saciedade o impossível e absurdo de esperar uma revolução de uma classe burguesa latifundiária, empenhada em manter a estrutura feudal burguesa imperialista em nossas nações. Ainda que constituindo uma minoria e não são necessárias maiorias quantitativas para a revolução, como o demonstra a história, a classe proletária é a única capaz de realizar no Equador, em nosso continente e no mundo inteiro a transformação socialista que há de salvar a humanidade.



Também é necessário liquidar, de uma vez para sempre, aquela tese pseudo-marxista, que sustenta a impossibilidade do socialismo em nossos países, enquanto não chegarem ao seu pleno desenvolvimento capitalista. Estes teóricos ignoram que depois do grande desenvolvimento mundial do capitalismo e do advento do imperialismo, as nações não podem considerar-se como unidades isoladas e independentes, mas como simples elos fortes ou fracos, do grande capitalismo mundial. Estes senhores esquecem a grande revolução russa e que o capitalismo existe como um todo, o capitalismo mundial em decadência que deve ser superado o mais cedo possível, com o advento revolucionário do socialismo.

**10 — O proletariado e os camponeses** — O proletariado latino-americano e equatoriano, em sua luta, tem um aliado que nunca deve esquecer nem muito menos subestimar: os camponeses. Os proletários camponeses (jornaleiros que vivem de seu salário); os semiproletários (donos ou arrendatários de uma parcela tão pequena de terra que necessitam também do salário para assegurar sua mísera subsistência); os pequenos lavradores (que vivem de um pedaço de terra própria ou arrendada), formam a grande massa de camponeses pobres, a grande maioria camponesa, que não poderá livrar-se da miséria e da exploração de que é vítima por parte dos latifundiários e lavradores ricos, a não ser com uma revolução socialista proletária que é a única que pode liquidar com os resíduos de um feudalismo sobrevivente e dar terras aos pobres que delas necessitam.

Mesmo os camponeses de médios recursos não poderão obter o espaço de que na realidade necessitam para viver realmente como homens, sem uma transformação fundamental da lavoura, que destrua os grandes latifúndios que roubam suas terras e os exploram.

O proletariado das cidades deve atentar para a grande massa de trabalhadores explorados no campo, os índios, vítimas da nefasta influência e cruel extorsão da igreja e dos latifundiários clericais, para arregimentá-los e pô-los a serviço da revolução. A situação miserável dos índios, os torna um magnífico elemento explosivo que deve ser despertado, dirigido e organizado. Seus contínuos levantes contra os usurpadores de suas terras e de seu trabalho, estão demonstrando que o índio não é uma bête de carga, como acreditam alguns, mas que é um ser humano, de carne e osso, com capacidade de compreensão e de sentimento, que sabe levantar-se de sua inércia de séculos, para lutar heróicamente por sua libertação. A classe proletária das cidades e os camponeses pobres, unidos no seu desejo de liberdade, será a única força capaz de realizar a verdadeira revolução na América Latina e Equador.

**Uma frente proletária-camponesa latino-americana e os Estados Unidos Socialistas da América Latina** — Isto nos leva a sustentar a necessidade de que se forme uma só frente de proletários e camponeses pobres, que apoiando-se no proletariado mundial, leve adiante a revolução socialista que há de salvar nossos países do atraso em que jazem, destruindo a exploração e a miséria e estabelecendo a verdadeira liberdade, a paz e a justiça. (8)

Assim como a burguesia latifundiária soube unir-se na grande guerra da Independência que, infelizmente, dada a contextura dessa classe, derramou o sangue popular apenas em proveito próprio, agora as classes proletário-camponesas de América Latina devem unir-se numa solidariedade continental,



para realizar a verdadeira luta pela libertação e independência do homem latino-americano, em suas mais amplas dimensões; porque, agora, as classes proletárias, ao libertar-se por si mesmas do jugo da exploração, libertarão a todos os homens, ao construir uma sociedade socialista sem classes.

Só uma frente proletária e camponesa tornará realidade a verdadeira liberdade da América, rompendo as cadeias de sua escravidão interior e exterior, para nos dar a liberdade integral do homem americano.

Só a revolução socialista na América Latina, ao planificar não só as economias do ponto de vista nacional, mas também internacional, completando-as e reajustando-as em um só todo, tornará possível a formação dos Estados Socialistas Latino Americanos, que devem ser nossa maior aspiração continental. O sonho de Bolívar foi um sonho da classe latifundiária burguesa americana, que não podia tornar-se realidade por que se baseava na rivalidade e competição que separa e opõe os países em dominadores e dominados, em exploradores e explorados. Por isso, unicamente o socialismo, que é a supressão da exploração de um homem por outro, e de uma nação por outra, tornará possível a unidade latino-americana, com bases de verdadeira equidade e justiça.

Eis aqui o grande dever das classes proletárias e camponesas latino-americanas, eis aqui o grande dever e responsabilidade das juventudes da esquerda, verdadeiramente revolucionárias, da América, especialmente a juventude universitária, que deve ser a mais consciente de sua missão histórica; eis aqui o grande dever de todos os homens que aspiram à verdadeira paz e justiça.

(1) Engels — "A Origem da Família" — Ed. Claridad — Pág. 26.

(2) Idem. Pág. 27.

(3) Marx e Engels — "Manifesto Comunista", Ed. "Europa América". Pág. 76.

(4) Sérgio Bagú — "Economia de la Sociedade Colonial", Ed. El Ateneu. Pág. 103.

(5) N. S. Rokovski — "Nueva Historia de la America Latina". Ed. Problemas. Pág. 80.

(6) Marx e Engels — "Manifesto Comunista". Pág. 88.

(7) Idem.

(8) Muito se discutiu acerca do caráter da revolução nos países subdesenvolvidos ou semicoloniais como o Equador. É indubitável que a revolução terá certas características burguesas, já que se trata de levar avante algumas tarefas que, como entre nós, não puderam ser preenchidas pela semiburguesia liberal de 93: reforma agrária, unificação do país, independência nacional, implantação da democracia — já não pode, porém esta revolução ser chamada de democrático-burguesa no sentido das revoluções européias dos séculos XVIII e XIX: primeiro porque não pode ser realizada pela burguesia unida aos camponeses, como a clássica de 1789, já que a burguesia Americana e especialmente Equatoriana mostrou-se incapaz, pela sua origem e composição, de realizar conseqüentemente tal revolução; segundo porque não se trata de tornar possível um desenvolvimento simplesmente capitalista, pois nesta etapa, ao mesmo tempo que se liquidam as taras feudais e se impulsiona o desenvolvimento da economia nacional, deverão assentar-se as bases de uma futura organização econômica socialista; terceiro, porque o conteúdo de classe desta revolução, difere de uma simplesmente burguesa, já que o proletariado unido aos camponeses e setores da classe média, são os que hão de levá-la a cabo; quarto, porque não se trata da implantação de um estado burguês, mas sim de um Estado Popular, dirigido pelo proletariado unido às demais classes trabalhadoras e uma democracia popular, do povo trabalhador, pelo que também se chamou "revolução democrático-popular" na China e nas Democracias Populares da Europa Oriental.

Nós preferimos qualificá-la, algumas vezes, de revolução socialista, com a conseqüente inquietude dos companheiros latino-americanos que consideram que isto significaria ignorar pura e simplesmente a etapa transitória que inicia esta revolução, até chegar, por um longo caminho, ao socialismo. Acontece que nós, sem tratarmos de saltar, na imaginação, esta etapa necessária de transição, consideramos a realidade objetiva de uma transformação e desenvolvimento econômico-social que não pode, como já dissemos, progredir pelos caminhos do velho e esgotado capitalismo, passando pela etapa capitalista para



depois chegar à socialista, coisa absurda, já que os países subdesenvolvidos ou semicoloniais, não podem, dadas as novas condições históricas do mundo, percorrer os caminhos que seguiram os hoje grandes países capitalistas do mundo, como Inglaterra e E.U.A., nem tampouco alcançar nenhum desenvolvimento com os métodos capitalistas, em um mundo monopolista e imperialista, que não oferece nenhuma possibilidade de desenvolvimento aos países coloniais e semicoloniais, aos quais interessa manter como produtores de matérias-primas e mercado para seus produtos manufaturados.

Não é com o "laissez faire" capitalista, em um mundo monopolista e imperialista, que se vão desenvolver as economias subdesenvolvidas e coloniais; é com métodos socialistas que se pode alcançar a transformação destas economias nas atuais condições mundiais. No essencial, os objetivos finais são socialistas, ainda que no caminho, seja necessário superar resíduos de etapas atrasadas, que pelos métodos capitalistas não pudemos nem poderemos liquidar.

Ademais, é preciso não esquecer que somos simples elos da cadeia capitalista; produtos débeis e atrasados de capitalismo que nos fecha a porta a todo possível desenvolvimento e, ao mesmo tempo, formamos uma parte da revolução mundial socialista, a única que há de suprimir a exploração não só do homem pelo homem mas de umas nações por outras — Nota tomada de "Teoria Y Accion Socialista" do Autor.



# Tendências da Política Internacional

ERNESTO MARTINS

O reinício das conferências internacionais, as tentativas de conversações diretas entre a diplomacia americana e a soviética e, finalmente, as visitas mútuas de Kruchchev e Eisenhower, fizeram que a imprensa burguesa levantasse o espectro de uma suposta divisão do mundo entre a União Soviética e os Estados Unidos. É evidente que não poderíamos ficar indiferentes ante uma perspectiva desse gênero. Não é essa todavia a única razão para levantar aqui a questão das relações de forças existentes em escala mundial e suas tendências de desenvolvimento. O movimento revolucionário acompanha tradicionalmente a política internacional, pois sabe por experiência que essa não é mera soma das políticas nacionais. O mercado mundial e o imperialismo criaram uma interdependência estreita entre as lutas de classe em escala nacional e internacional, a qual atingiu uma intensidade inédita depois da Segunda Guerra Mundial.

As primeiras tentativas de uma análise da política brasileira, feitas nesta revista, relembraram esse fenômeno e tornam aguda a necessidade de um debate da situação internacional e de suas perspectivas. A ocasião nos parece própria, pois uma coisa ficou clara: A política mundial e as relações diplomáticas, tal como a conhecemos no pós-guerra, atingiram um ponto morto, entraram num beco sem saída. Para julgar as novas tendências de desenvolvimento parece-nos necessário fazer um balanço do passado.

## A HERANÇA DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

1) Terminada a Segunda Guerra Mundial, as relações internacionais revelaram a ausência de fatores tradicionais, que durante séculos caracterizaram o jogo diplomático. Dos sete países tidos como Grandes Potências de antes da guerra (Alemanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, Japão e a URSS) somente dois conservaram essa categoria, os Estados Unidos e a União Soviética, tornando-se os demais, vencidos, ocupados ou, pelo menos, dependentes, como mostrou o futuro. Significou isso, que a política internacional não pôde retornar à antiga bitola do "equilíbrio de forças", como nos tempos do Congresso de Viena ou da Sociedade das Nações. O mundo de 1945 estava sob o signo da existência de dois Grandes, que ficaram face à face, as únicas potências em condições de se enfrentar militar e politicamente.

A política do "equilíbrio de forças" não tinha sido um privilégio da diplomacia burguesa. A própria União Soviética se serviu dela, ao seu modo, aproveitando as contradições inter-imperialistas, para sobreviver num mundo hostil e mais forte. Evitou desse modo a formação de uma frente única imperialista dirigida contra ela. Para isso teve de renunciar, na Segunda Guerra, a travar a luta contra a Alemanha nazista como uma guerra revolucionária, isto é, renunciou a levar a revolução proletária à Alemanha e à Europa Ocidental. Cumprindo esse compromisso tácito até o fim, a União Soviética saiu da guerra mais forte do que em qualquer momento anterior da sua história, tendo criado um *glacis* uma Zona de Influência, do Báltico ao Mediterrâneo. Ao mesmo tempo ela era mais vulnerável do que antes, pois após a solução das contradições inter-imperialistas pelas armas, enfrentava um mundo capitalista unido sob a hegemonia dos Estados Unidos. O mundo capitalista estava economicamente e militarmente mais forte do que a URSS e seus aliados e a expressão



O Ocidente, como mostrou a prática, não se conformara com o aumento da influência soviética. A desistência dos Partidos Comunistas da Europa Ocidental de tomar o poder impediu que se consumasse uma superioridade material absoluta do campo anti-capitalista, mas as posições conquistadas pela URSS representavam uma ameaça latente à ordem burguesa no resto da Europa e, conseqüentemente, no mundo inteiro. Restabelecer o *status quo ante bellum*, a volta do poder soviético às fronteiras de 1939, tornou-se o ponto de partida da política ocidental no pós-guerra.

Ficou evidente, em pouco tempo, que esse objetivo não seria alcançado por meios pacíficos. A União Soviética não poderia voltar ao *status* de antes da guerra, sem pôr em perigo sua própria existência. Conseqüentemente tinha de tentar, com todos os meios, o fortalecimento de seus próprios meios como os de todo o bloco. Essa tentativa de alterar as relações de forças — e as correspondentes reações do lado oposto — por meio de aumento de potencial econômico e militar e a expulsão do adversário de posições estratégicas (Coreia, Oriente Médio, etc.), já continham em si o perigo de um conflito aberto e em breve a política internacional evoluiu sob a perspectiva de uma próxima conflagração inevitável, a “guerra fria”.

O que assistimos, em seguida, foi o chamado “agrupamento estratégico” das forças dos dois blocos. Não se tratava, todavia de meros blocos de potências, mas de duas comunidades com sistemas econômicos, políticos e sociais diferentes e antagônicos. A fronteira, que corria pelo centro da Europa, separava dois mundos que doravante se desenvolveriam em sentido antagônico e que se ameaçavam mutuamente. O antagonismo entre os dois sistemas mundiais tornou-se o fator dominante da atual política internacional, ao qual tôdas as demais contradições estão sendo subordinadas.

### O BLOCO OCIDENTAL

2) O que caracteriza o campo capitalista, é o indiscutível predomínio dos Estados Unidos, a supremacia do imperialismo norte-americano sobre os seus concorrentes mais velhos. Esse fenômeno tem a sua base material no papel que a economia norte-americana ocupa atualmente no quadro do capitalismo mundial. Em 1945, quando a guerra terminou, a produção industrial dos Estados Unidos perfazia quasi 2/3 da produção do Ocidente. Hoje, após quinze anos de reconstrução e expansão econômica, a produção americana ainda perfaz a metade da produção do mundo capitalista.

Assistimos a um processo histórico, previsto genialmente por Frederico Engels no século passado. Numa carta escrita em 1888 a seu amigo Sorge salienta que uma guerra européia poderia esgotar os recursos do capitalismo do Velho Continente, consagrar definitivamente a superioridade da indústria americana e a Europa teria de escolher entre a submissão ou a revolução social.

As conseqüências dessa evolução manifestaram-se imediatamente nas relações de forças econômicas, militares e políticas. No campo econômico surgiu o fenômeno da “falta de dolares” que, hoje atenuado, continua a dominar latentemente o mercado mundial. Deve-se isso ao fato de que os Estados Unidos vendem mais mercadorias aos demais países do mundo capitalista do que pretendem e podem comprar em troca.

No campo militar, as frotas, forças aéreas e exércitos, sem falar das armas atômicas e foguetes reunidos de todos os países do Bloco Ocidental não che-



gam a igualar o potencial norte-americano. Sem o "escudo" norte-americano, sem a ajuda militar e econômica dos Estados Unidos não teria sobrevivido o capitalismo na Europa. O resultado é a estreita dependência da política externa ocidental européia da norte-americana.

Ajuda capitalista, todavia, é inseparável de exploração capitalista. O crescimento do potencial econômico e militar dos Estados Unidos é acompanhado por uma correspondente expansão do imperialismo americano. O "salvador" do capitalismo mundial torna-se sócio maior do imperialismo mais velho. Capitais americanos acompanham as tropas dos Estados Unidos a países aliados, libertados e vencidos e se fixam ao lado das bases militares. A expansão americana se efetua por meio de investimentos nas metrópoles, de penetração nos "vácuos" deixados pela retração de imperialismos mais fracos e por meio de associação com capitais europeus na exploração das colônias.

Foi criada uma aliança, cujo denominador comum é a defesa da ordem capitalista, da chamada civilização cristã-ocidental. Como toda aliança, não é livre de contradições e choques internos, mas o que predomina é o interesse comum da autoconservação. Este é bastante pronunciado para limitar de antemão as periódicas tentativas de rebelião, como foi o caso a atuação da Inglaterra e da França em Suez. Os choques internos se devem tanto a conflitos com a potência mais forte, os Estados Unidos, como a rivalidades e disputas em torno de um lugar melhor na hierarquia dos aliados ocidentais — um lugar mais próximo aos Estados Unidos.

### O BLOCO SOVIÉTICO

3) Também no Bloco Soviético, o panorama é dominado pela supremacia de uma só potência, que pesa mais do ponto de vista econômico e militar do que todos os seus aliados reunidos. Também aí há um "escudo", que garante a existência do bloco todo.

O denominador que une os países desse bloco, entretanto, não consiste unicamente no fator negativo de uma ameaça externa comum. Abstraindo dos aspectos políticos e militares da defesa, restam ainda fatores econômicos bastante poderosos, que justificam a convivência desses países em forma de bloco no mundo atual. O que todos eles têm em comum, da China à União Soviética, é o rompimento com a economia do mercado, a superação da lei do valor e da caça ao lucro como força motriz da produção. O que eles têm em comum são economias planejadas em processos de integração e que substituem gradualmente a troca dos excedentes por uma divisão de trabalho nas suas relações mútuas. Trata-se de um conjunto de economias nacionais, que se movimentam em direção ao socialismo e as quais, em virtude do fundamento já criado e da tendência inerente ao seu desenvolvimento, definimos como campo socialista.

Como todo desenvolvimento, esse também é desigual e se processa através de contradições. Não somente no sentido de uma comparação das condições chinesas com as reinantes na Alemanha Oriental, mas também no que se refere ao desenvolvimento das bases econômicas com as instituições políticas nos diversos países do campo. Todos eles estão marcados pela herança do stalinismo, pelo domínio da burocracia que geraram, ou que lhes foi imposto nos



primeiros anos da sua existência. O que eles têm em comum, também, em escala diferente, é o processo de destalinização, a luta pela democracia socialista na vida interna e o estabelecimento de relações à base de igualdade na convivência com os demais componentes do campo.

O stalinismo, como fenômeno russo, foi o resultado do isolamento da revolução proletária no país mais atrasado da Europa. A Rússia de 1917 era o país de menor desenvolvimento capitalista do Velho Continente, mas tinha o proletariado mais consciente e revolucionário, que em virtude de circunstâncias particulares conseguiu pela primeira vez tomar e conservar o poder. Esperavam os revolucionários russos que o seu exemplo iniciaria a revolução nos países da Europa industrializada, os quais, em seguida, ajudariam à Rússia agrária a resolver seus problemas econômicos. Como isso não se deu, a classe operária soviética teve de realizar sozinha a industrialização para que o país pudesse sobreviver ao cerco capitalista. Tinha de realizar uma acumulação primitiva, a fim de criar *a posteriori*, as condições econômicas para o socialismo. Essa acumulação primitiva realizou-se em rudimentares bases socialistas, na qual as leis da economia de mercado já estavam superadas em grande parte pelos planos. Sua realização representou um sacrifício imenso para uma geração de trabalhadores da cidade e do campo, criou conflitos internos que sufocaram e eliminaram finalmente a limitada democracia socialista dos primeiros anos da revolução. O afinamento da democracia interna foi acompanhado por um correspondente crescimento da burocracia, que se mostrou indispensável à realização das tarefas da construção econômica. Em virtude do baixo nível cultural e político da nova classe operária, formada em sua maior parte por camponeses recém-chegados do campo, e em virtude da destruição do velho Partido Comunista nas lutas de facção, faltaram os fatores materiais, que poderiam ter controlado o domínio da burocracia. Seu reino se tornou absoluto e ela se negou a abandonar os poderes e privilégios, quando tinha já esgotado seu papel positivo, quando a fase da acumulação primitiva estava superada e, com as novas indústrias, surgiram os quadros de operários especializados, técnicos e administradores, capazes de dominar as tarefas da construção. Essa nova geração entrou em choques crescentes com a burocracia e seus métodos, incarnados por Stálin e seu grupo. Este, para sobreviver, recorria ao terror, aos processos e expurgos permanentes, descritos por Kruchchev no célebre relatório do 20.º Congresso. Com esses recursos Stálin conseguiu prolongar seu domínio até à morte. Mas como demonstraram as reformas iniciadas imediatamente a seguir — e que estão longe do término — o stalinismo já estava num beco sem saída, antes do desaparecimento do ditador, já se revelara um obstáculo ao desenvolvimento da União Soviética.

No Bloco Soviético, o stalinismo teve duas características principais. Em primeiro lugar, os padrões russos, econômicos e políticos foram transplantados para os demais países, com um completo desprezo pelas particularidades nacionais e pelas tradições históricas das diversas classes operárias. Em segundo lugar, a União Soviética aproveitou-se de sua situação de potência maior do Bloco para exercer um domínio econômico e político sobre os países dependentes. Essa situação, não demorou, a eclodir em uma série de revoltas contra o stalinismo, começadas com a Iugoslávia em 1948, a Alemanha Oriental em 1953 e atingindo o auge em 1956, na Hungria, chegando mesmo, a ameaçar de desintegração o campo socialista.



Também nesse terreno foram iniciadas reformas. O fator do tratamento econômico em base de desigualdade parece praticamente superado. Mals superficiais foram as reformas políticas, as quais não atingiram a mesma profundidade nos diversos países. Progressos maiores foram alcançados na Polônia, onde se impôs o regime de Gomulka. A China, tendo feito sozinho a revolução, e em virtude do seu peso específico na Aliança, sempre teve um caminho próprio. A Alemanha Oriental e a Tchecoslováquia realizaram reformas econômicas, de elevação do nível de vida, renunciando aos métodos da acumulação primitiva, que eram completamente artificiais nas suas condições, mas politicamente estão dominados pelas mesmas cliques stalinistas, que no passado já provocaram reações armadas da classe operária. Politicamente essa velha geração stalinista e seus métodos continuam a constituir uma ameaça para o desenvolvimento do campo e um obstáculo à transformação do Bloco numa comunidade de nações socialistas.

#### O MUNDO COLONIAL E SEMI-COLONIAL

4) Ao lado dos dois Blocos definidos, existe o mundo chamado subdesenvolvido, composto de povos coloniais, semi-coloniais ou antigas colônias, que não acompanharam o desenvolvimento das Metrôpoles. Economicamente essa região faz parte do campo capitalista, do seu mercado, representando a sua parte mais fraca, o objeto da exploração imperialista. Politicamente, todavia, já deixaram de ser meros objetos. O despertar dos povos coloniais e semi-coloniais tornou-se um dos característicos mais importantes na decadência do capitalismo e um dos fenômenos mais destacados na política mundial do pós-guerra.

Pode-se distinguir diversos fatores, que contribuíram para isso:

a) O papel do imperialismo, que em sua cruzada vitoriosa em torno da terra criou um mercado mundial, desintegrou velhas civilizações estagnadas e economias naturais, ligou os povos mais afastados à economia capitalista e que formou, onde passava, um proletariado e uma burguesia nacional.

b) O papel específico do imperialismo americano que, surgindo mais tarde, dispensou praticamente a forma do domínio colonial para a sua expansão. Baseando-se no predomínio do seu poder econômico, prega a política da "porta aberta", a abolição dos sistemas bi-laterais de comércio, e dos privilégios e barreiras coloniais. Aí o imperialismo americano tem um papel duplo. De um lado é solidário com o sistema capitalista e com a exploração colonial; mas do outro, é oposto ao sistema dos impérios coloniais, na medida em que dificultam a sua penetração e praticam uma discriminação de capitais. Esse choque de interesses teve papel importante na luta de emancipação dos povos norte-africanos, da Indonésia, e outros, e continua a minar objetivamente o domínio dos antigos impérios.

c) E por fim o fortalecimento do campo socialista, após o exemplo da revolução russa, que movimentou o mundo colonial. O aproveitamento das contradições entre os Blocos (Índia), a ameaça de um auxílio militar soviético (Egito) e, ultimamente, o início da ajuda financeira soviética a uma série de países asiáticos e africanos, tiveram influência primordial na formação da nova constelação de forças do pós-guerra, na qual os chamados povos sub-desenvolvidos desempenham um papel crescente.



Mas não é somente o imperialismo que desempenha um papel duplo na história, as novas burguesias o têm também. De um lado estão em choque com o imperialismo e nessa luta não hesitam, freqüentemente, em aceitar o apoio soviético. De outro, têm plena consciência das contradições fundamentais do mundo atual, defendem a sua existência como burguesia e, conseqüentemente, o sistema capitalista mundial. Nasser é talvez o exemplo mais evidente nesse sentido.

A experiência mostra que quanto mais forte se torne a burguesia nacional, quanto mais ela se desenvolva e tenha a perder, tanto mais estreita se torna a solidariedade com o Ocidente, baluarte do capitalismo mundial. O caso chinês, onde o fenômeno se deu mais cedo, mostra o desfêcho dessa evolução. Mostra, entretanto, também o caminho que as classes trabalhadoras tomam quando a burguesia nacional volta a se entender com o imperialismo.

#### A BEIRA DA TERCEIRA GUERRA MUNDIAL

5) Na base dessa constelação de forças existentes, desenvolveu-se a política internacional do pós-guerra, que em breve tomaria o nome de "guerra fria". Tornou-se evidente que os recursos diplomáticos comuns não conseguiriam estabelecer um *modus vivendi* e em tôdas as Chancelarias ocidentais circulava um segrêdo de polichinelo, no sentido de que o ano de 1953 seria provavelmente o ano crítico, que poderia levar a um conflito aberto. Essa impressão foi reforçada por ocasião da vitória de Mao-Tse-Tung, quando porta-vozes do Pentágono declaram publicamente que os Estados Unidos não interviriam no Extremo Oriente, pois para combater o comunismo com a arma na mão, isso teria de ser feito na União Soviética, seu centro de irradiação.

Apesar de o mundo ter estado por diversas vêzes perigosamente perto de uma nova guerra, a ameaça parece no momento mais afastada. Diversos são os fatores que tornam improvável um conflito generalizado no futuro próximo. O mais importante é, sem dúvida, que a União Soviética e o Bloco Oriental conseguiram alterar as relações de forças, obtendo uma pronunciada superioridade militar em ramos decisivos, como no dos foguetes balísticos. O primeiro passo nessa direção foi dado em virtude da imensa capacidade de recuperação e expansão da economia soviética, que quatro anos depois da guerra conseguiu romper o monopólio atômico norte-americano. Decisivo para o fortalecimento do Bloco foi a revolução chinesa, que se faz sentir no cenário mundial de ano para ano com um péso maior. E, finalmente, contribuíram para isso as reformas internas, empreendidas depois da morte de Stalin, que libertaram o sistema soviético de muitos pontos vulneráveis e fortaleceram sua posição no mundo.

Esse desenvolvimento no Bloco Oriental foi possível, em parte, porque os planos estratégicos do Ocidente sofreram sensíveis atrasos e tiveram de ser readaptados às mudanças gerais. A presença de exércitos aliados no Velho Mundo, indispensáveis aos Estados Unidos numa guerra contra a União Soviética, planejados na Alemanha e no Japão, teve de ser adiada em virtude da cerrada oposição antimilitarista da jovem geração desses países. Uma outra premissa estratégica, o fortalecimento militar do Oriente Próximo teve de ser abandonado praticamente, em virtude do despertar político dos povos dessa região.



Finalmente, os progressos da técnica militar fizeram com que ambos os Blocos disponham hoje de armas de destruição maciça, capazes de atingir o país adversário, sem que haja uma defesa possível contra os ataques de longa distância. As possibilidades de destruição da vida humana em grandes regiões da terra, a ameaça à existência física da sociedade humana tornou-se um fator real na política internacional.

#### TERÁ PASSADO O PERIGO DA GUERRA?

6) Podemos concluir que o perigo de uma guerra já tenha passado? que o futuro da humanidade e do socialismo se pautará por um desenvolvimento pacífico?

Uma resposta a estas perguntas só poderá ser dada à base de uma análise dos fatores que regem as relações internacionais.

Assistimos presentemente a uma nova tentativa de solucionar os problemas entre os ex-aliados da última guerra, provavelmente a mais séria nesse sentido. Até então as periódicas conferências internacionais não procuravam codificar juridicamente o mundo tal como surgiu em 1945, mas sim mudá-lo. Todos os encontros serviam para verificar se as relações de forças já se tinham alterado suficientemente para que o adversário se dispusesse a fazer concessões. Na prática tratava-se de testes periódicos para ver se a União Soviética cederia à pressão ocidental. Quando a situação mundial se tornava favorável à União Soviética, o Ocidente evitava as negociações.

Essa tentativa fracassou. O método do "teste" diplomático subsiste, mas já se tornou claro que a política de força do Ocidente perdeu a base material. Falar hoje de "represálias maciças" tornou-se uma arma de dois gumes para o Pentágono. É esse o sentido da observação surgida na imprensa burguesa, de que a época Dulles-Adenauer passou.

Para forçar os Aliados Ocidentais a uma nova Conferência, Moscou usou um ponto nevrálgico da "guerra fria", a pressão contra Berlim. Quais são os intuítos russos? Deixando de lado os detalhes dos planos e contra-planos apresentados, Kruchchev propôs ao Ocidente uma coexistência dos dois mundos à base do *status-quo*. Significa isso em palavras mais simples, que o Ocidente reconheça e se conforme com as conquistas do Exército Vermelho na guerra passada e a revolução chinesa. A desistência de alterar essas condições de fato, por meio de uma política de força, permitiria um relaxamento da tensão política e um sofrimento da corrida de armamentos.

Essa tentativa soviética falhou, de início, em Genebra. O reconhecimento do *status quo* implicaria no reconhecimento da divisão da Alemanha e aí chegamos à parte mais sensível da "guerra fria". A Alemanha continua sendo o campo de batalha preferencial entre Leste e Oeste. Em princípio, porque uma unificação da Alemanha sob o domínio de um dos lados alteraria definitivamente as relações de forças. A adesão da Alemanha reunificada ao campo socialista criaria uma força, que tornaria insustentável a presença dos Estados Unidos na Europa. De outro lado, restabelecendo o capitalismo na parte oriental, o Ocidente estaria em condições de retomar a ofensiva anti-comunista em condições muito mais favoráveis do que no passado.

Acontece, todavia, que é justamente na Alemanha, onde o Ocidente tem mais trunfos a jogar. É essa uma das heranças do Stalinismo, que Kruchchev não mencionou no seu famoso relatório. Denunciou êle que Stálin deixou a



União Soviética despreparada para a guerra, mas passou por cima do fato de que a política externa soviética foi pegada completamente desprevenida pelo rumo dos acontecimentos na paz. Esperando que a colaboração com a burguesia anglo-americana prosseguisse depois da guerra, à custa da Alemanha vencida, ajudou a abortar a revolução socialista alemã. A política stalinista de anexações, reparações e pilhagens desorientou a classe operária germânica e permitiu aos Aliados restabelecer uma Alemanha burguesa na parte ocidental. O regime stalinista de Ulbricht contribuiu eficientemente para alienar a classe operária das duas Alemanhas do comunismo. O Ocidente, ganhou o primeiro round da batalha pela Alemanha, não tem a intenção de abrir mão dessa vantagem tão depressa.

### A EXPANSÃO IMPERIALISTA

7) Independentes desses obstáculos diplomáticos a uma coexistência à base do *status quo*, os quais poderão encontrar soluções diplomáticas, subsistem fatores que limitam as possibilidades e a duração de uma convivência pacífica entre os dois sistemas econômicos.

O primeiro consiste na expansão imperialista, ou concretamente, na contradição existente entre essa expansão e o real decréscimo do mercado mundial.

As formas da expansão imperialista são conhecidas. Foram descritas e analisadas por Lênin, Luxemburg e Bucharin. Queremos lembrar unicamente que a agressividade do imperialismo e a Primeira Guerra Mundial se deviam ao fato de a expansão econômica encontrar barreiras, pois o mundo já estava dividido. Essas barreiras deviam crescer em seguida. A Primeira Guerra não abriu novos campos para a expansão imperialista. A redistribuição das colônias alemãs e a decomposição do império otomano não foram suficientes para abrir novas perspectivas ao capital financeiro. Em troca surgiu a revolução russa que retirou 120 milhões de seres humanos do mercado mundial e que mostrou uma alternativa prática ao mundo. O balanço era evidentemente negativo para o capitalismo.

Os efeitos da Segunda Guerra se tornaram mais negativos ainda. Regiões geográficas inteiras eram tiradas do domínio imperialista direto. A Índia, Indonésia, Birmânia, países do Oriente Médio e da África Negra se tornaram independentes. Isso, evidentemente, não os liberta ainda da exploração imperialista em si, mas elimina os grandes lucros fáceis do capital colonizador. De outro lado, a revolução socialista ultrapassou as fronteiras da URSS. Da Alemanha Oriental até o Vietminh temos hoje uma comunidade de quase um bilhão de homens que não mais participa do mercado mundial capitalista. Entre três habitantes da terra, um pertence a um sistema econômico que rompeu com as cadeias do capitalismo.

O capital financeiro não se conforma com tais fronteiras, e chega o momento em que procura transpô-las. Até agora não sentiu necessidade de fazê-lo, pois as gigantescas destruições da Segunda Guerra Mundial atuaram economicamente como uma crise da substituição de grande parte do parque industrial, sacrificado durante o conflito, assegurou em seguida uma prosperidade quase contínua durante 12 anos. O ano de 1957 mostrou que essa fase está no fim. A crise nos Estados Unidos indica que o ponto de saturação foi atingido. Doravante enfrentaremos novamente o ciclo das crises de superprodução,



em escala mais profunda e períodos mais curtos. É evidente, que esse fenômeno não diminuirá a agressividade do capital financeiro.

### A EXPANSÃO DO CAMPO SOCIALISTA

8) Não é essa, porém, a única tendência de expansão, que pesa nas relações internacionais. Ao lado da expansão imperialista há também a do Bloco Soviético e essas duas tendências se chocam de frente, pois uma só se pode realizar à custa da outra.

A expansão soviética não é um fenômeno novo e nem é um resultado do stalinismo. A primeira tentativa prática nesse sentido assistimos em 1921, durante a guerra russo-polonesa, quando os Exércitos Vermelhos avançaram até Varsóvia a fim de levar a revolução ao Ocidente e, sem dúvida, teriam penetrado na Alemanha, se tivessem tido a força para isso. Os métodos mudaram nos tempos posteriores, mas a tendência à expansão continua.

A mudança dos meios, que durante o stalinismo tomaram um aspecto nacionalista, grão-russo, fizeram que se tratasse freqüentemente o fenômeno da expansão soviética no mesmo pé da imperialista. Podemos considerá-la imperialista?

Todo imperialismo implica em expansão, mas nem toda expansão é imperialista. Por imperialismo compreendemos, com Lênin, o domínio do capital financeiro e o conseqüente alastramento desse domínio sobre outros povos de nível de desenvolvimento mais baixo. Econômicamente esse domínio se realiza pela exportação de capitais, que coloca em segundo lugar a exportação de mercadorias. Trata-se de capitais que nos países de origem se tornam "supérfluos" por falta de aplicações lucrativas, ou que procuram campos de ação mais vantajosos em mercados onde a taxa de lucro é maior do que no próprio país.

No campo socialista não há "capitais superfluos". A categoria histórica do capital em geral está superada, mas mesmo nas regiões onde os bens de produção conservam em parte essa forma (China), não mais correm perigo de se tornar superfluos, pois não é mais a taxa de lucro que impulsiona e determina a produção. Esta por sua vez, não corre mais perigo de estancar por causa de falta de capacidade aquisitiva do "mercado" interno.

As diferenças de base econômica determinam também o diferente caráter das expansões. Enquanto o imperialismo se empenha na conquista de regiões menos desenvolvidas, os objetivos soviéticos visam, em primeiro lugar, regiões capitalistas altamente desenvolvidas, as quais após uma transformação econômica socialista, possam contribuir para acelerar o ritmo da construção socialista do bloco inteiro, com a decorrente elevação do nível de vida do campo socialista.

É essa a tendência fundamental, mas há evidentemente outras formas de expansão, determinadas por razões políticas e estratégicas da guerra fria. De importância maior tornou-se nos últimos anos o auxílio financeiro prestado a países subdesenvolvidos. Trata-se de um financiamento político que, evidentemente, não é constituído por "capitais superfluos" e nem visa preparar o caminho para esses. Do ponto de vista econômico representa um sacrifício para as necessidades prementes de desenvolvimento do próprio campo socialista.

A expansão soviética é, antes de tudo, uma expansão socialista. A economia socialista é mundial por sua própria natureza. Somente em escala mun-



dial ela pode vencer definitivamente e alcançar estágios superiores do seu desenvolvimento. Evidentemente, ela não surge de vez. Nasce de economias capitalistas nacionais, não das mais desenvolvidas. A seqüência em que os diversos países se juntam ao campo socialista não obedece a razões de escolha ou de plano. Mas na medida que o socialismo primitivo e ainda marcado pelo nível das sociedades anteriores que lhe deram lugar, amadurece e se desenvolve crescem as suas tendências internacionais. Cresce a necessidade de completar a obra por uma divisão de trabalho em escala internacional, que não pode ser substituído por meras trocas com o mundo capitalista.

No choque entre essas duas expansões, a imperialista e a socialista, esta tomará a iniciativa a longo prazo, pois apesar de tôdas as falhas, marcadas pela fase de isolamento e da degenerescência, ela representa uma ordem social mais elevada, que abriu caminhos de desenvolvimento à humanidade.

Esse fator limita, evidentemente, as possibilidades de coexistência prolongada dos dois sistemas econômicos, e as tréguas que surgem sômente precedem as novas lutas, ou preparam mudanças nas formas de luta. Isso não é consequência de determinada política, boa ou má, mas sim um fator que tem de ser levado em conta em qualquer política concreta. Foi essa uma das razões porque falhou o intuito de Stálin de obter uma colaboração a prazo maior com os Aliados Ocidentais. O que êle tentou, foi dar à expansão soviética formas aceitáveis para o mundo burguês, procurando solucionar a questão em bases nacionalistas, a custa dos aliados mais fracos, as Democracias Populares e à custa do proletariado ocidental. Falhou duplamente, desarmando a classe operária do ocidente e tendo de enfrentar o antagonismo do mundo capitalista em condições mais desvantajosas.

### AS CHAMADAS PERSPECTIVAS PACÍFICAS

9) O que podemos afirmar, é que, no presente momento e enquanto as relações de forças não sofrerem alterações sensíveis, o perigo de uma guerra não é agudo. Nessas condições não restará outra alternativa para o mundo burguês sinão aceitar o repto de Kruchtchev da "coexistência competitiva". Não há dúvida, entretanto, que aceitará essa forma de competição com o objetivo de alterar novamente as relações de forças a seu favor.

A União Soviética e seus aliados não têm interesse numa guerra, que se pode pôr em perigo as posições já conquistadas. O ritmo do seu desenvolvimento econômico, a expansão dos seus recursos produtivos é hoje nitidamente superior aos do mundo capitalista. Enquanto que o crescimento anual médio nos Estados Unidos não ultrapassa 3%, o da URSS é de 10%. A superioridade do sistema socialista já está fora de dúvida, o que se discute é a data em que a economia soviética ultrapassará a americana em termos absolutos. Economistas russos esperam que o Bloco Soviético produza em 1980 a metade dos bens industriais do mundo.

Essas perspectivas criaram novamente certas expectativas "pacíficas" para a luta de classe em escala nacional e internacional. Confiando na superioridade da economia socialista surgem as esperanças de uma vitória automática do novo sistema social. Mas, supondo que o mundo desfrutará de um período de paz durante os próximos 15 a 20 anos, na qual se torna evidente para qualquer filisteu, que o capitalismo perdeu a corrida, significa isso que o socialismo já poderá tomar o lugar que lhe pertence historicamente? que as classes domi-



nantes abdicarão porque reconhecem a derrota? Evidentevente não. Significaria unicamente que as condições em que o proletariado enfrenta a burguesia em escala mundial, serão muito mais favoráveis, mas não pouparão a luta final. E significará, certamente, que a burguesia não mais se poderá dar ao luxo de reinar por meios democráticos e parlamentares e recorrerá à ditadura e ao terror aberto para sobreviver.

Outra opinião muito em voga é a de que na medida em que aumentar o nível de vida na União Soviética e nos demais países socialistas e progredir o processo das reformas socialistas, melhorarão as relações internacionais. É justamente oposta a tendência, num desenvolvimento a longo prazo. Quanto maior o nível de vida, e quanto mais desenvolvida a democracia socialista na União Soviética, mais atração ela exercerá sobre o proletariado dos países capitalistas e isso só pode aumentar os atritos entre os blocos.

Evidentemente, não há fundamento algum na afirmação de que o perigo de uma nova guerra mundial passou definitivamente. O capitalismo, como toda a sociedade baseada na exploração, não pode existir sem guerra para solucionar as suas contradições, que se renovam em níveis mais elevados. O rápido crescimento da capacidade destrutiva das armas modernas tornam a guerra cada vez mais difícil e mais arriscada para a humanidade. Este fato é mais um argumento contra o prolongamento da existência de sociedades exploradoras. Nunca antes o dilema colocado por Marx, "socialismo ou barbaria", se fez tão agudo.

Em tese continua a existir o perigo de a burguesia mundial desencadear uma guerra, antes que o campo socialista se torne demasiadamente forte. Ela ainda levantará a grande chantagem do cataclisma total, da destruição da civilização num mar de explosões hidrogênicas. Que essa ameaça não é completamente infundada, mostra o exemplo de Hitler, que levou a guerra sem perspectivas até o fim, para que o povo alemão, que aos olhos do ditador demente não merecia mais viver, sucumbisse com o Terceiro Reich. Mas também Hitler não conseguiu o seu intuito, e a história nos mostra, como Marx salientou, que a humanidade só se coloca tarefas capazes de cumprir.

#### A TRÊGUA FAVORECE O PROLETARIADO MUNDIAL

10) A classe operária internacional tem todo interesse na continuação de um prolongado período de paz.

Na União Soviética e nos países da Democracia Popular o proletariado necessita de tempo para levar avante o processo de destalinização, que progride lenta e constantemente, e para continuar a expandir as forças produtivas, a fim de levantar o nível de vida. Quarenta anos após a revolução de outubro, após a guerra civil e imperialista, após a realização de uma acumulação primitiva, acompanhada de sacrifícios e conflitos, os povos soviéticos começam a desfrutar dos resultados materiais da transformação social. Seu próximo objetivo é o restabelecimento da democracia socialista, sacrificada no período staliniano e para a qual dispõe hoje de premissas materiais incomparavelmente mais amplas do que havia na Rússia agrária de 1917.

As minorias revolucionárias do Ocidente acompanham esse processo com ansiedade. Até então, a existência da União Soviética foi a grande prova à tese marxista da revolução proletária e da possibilidade de construção econômica em bases socialistas. Mas as formas concretas, que a ditadura do pro-



letariado tomou na União Soviética, o stalinismo e a degenerescência, o terror burocrático e sua política externa depois da guerra, criaram um profundo abismo entre a classe operária dos países mais desenvolvidos do Ocidente e a terra da revolução proletária. Esse estado de coisas teve conseqüências profundas para a situação ideológica do proletariado ocidental. Colocado perante um dilema artificial de soluções revolucionárias, comprometidas pelo stalinismo, e de uma prática reformista, que garantia um nível de vida superior, a vítima principal da conjuntura foi o marxismo revolucionário, que teve de travar uma guerra de duas frentes. Transpor esse abismo e levar a revolução para os países capitalistas mais antigos do mundo continua o problema principal da luta de classe internacional. São os países industrializados, com um proletariado mais desenvolvido, que sancionarão definitivamente a vitória do socialismo e que oferecem possibilidades inéditas para o seu futuro desenvolvimento.

Não é esse, porém, o único aspecto positivo que o prolongamento do período de paz oferece ao proletariado ocidental. Fornece às vanguardas revolucionárias do Ocidente uma trégua para respirar. O desenvolvimento no Bloco Soviético pode favorecer as perspectivas da revolução proletária, mas fazê-la é a tarefa da classe operária dos países capitalistas.

Tudo indica que entramos numa fase de reagrupamento das forças revolucionárias. Desde o 20.º Congresso assistimos a uma efervescência teórica no mundo inteiro, debates estão sendo realizados de país a país e novamente se faz sentir a existência internacional do marxismo militante. Ainda são as discussões que predominam e que caracterizam o movimento. Ainda lutamos para superar as conseqüências de uma fase em que se transportava mecânicamente as particularidades do movimento revolucionário russo para o Ocidente, para países com condições e tradições diferentes. A tentativa de "falar russo, de vêr a revolução no Ocidente sob "óculos russos", de "bolchevizar" o proletariado mundial, contra a qual Lênin já advertira, fracassou definitivamente, seja em sua variante stalinista ou trozkista.

O preço pago por essa experiência foi caro. O "movimento revolucionário", que substituiu a força criadora do método marxista pela imitação de padrões russos e a análise materialista e dialética pela mera vontade subjetiva, levou à derrota da parte mais avançada da classe operária e a um gigantesco desgaste de quadros humanos. Levado às últimas conseqüências, o fenomeno causou a stalinização da Internacional que, antes da sua dissolução, já se tornara mero apêndice da política externa soviética. Os trozkistas, por sua vez, reuniram os restos do seu movimento numa Internacional fictícia, que procura imitar estrutura e vocabulário do finado Komintern e analisar a realidade da luta de classe sob o prisma das lutas de facções no antigo P. C. soviético.

Vencer esse aspecto da degenerescência, fazer um balanço da experiência do passado, aplicar e comprovar os ensinamentos leninistas da revolução proletária às condições concretas de cada país, é uma das premissas da mobilização da classe operária para as lutas decisivas, que se aproximam. É essa hoje a obra de pequenos grupos dentro e fora dos partidos tradicionais, adversos a tôdas as formas de "tele-guia" e publicidade barata, mas que apesar da sua fraqueza numérica representam uma das forças potenciais mais importantes das relações internacionais. Eles se tornarão de novo uma Internacional, de fato e de forma, quando estiverem criadas as bases reais para isso, os partidos marxistas nos países-chaves do mundo burguês. Isso não será resultado de um



novo "voluntarismo revolucionário", mas sim produto de um processo árduo de amadurecimento dos fatores objetivos e subjetivos da luta de classes, que nos permita superar definitivamente a crise do passado. A intensidade dessa evolução varia de país a país, estando mais adiantada na península ibérica, onde hoje se acumulam as energias mais revolucionárias da velha Europa. Uma revolução vitoriosa em qualquer país capitalista, durante a fase da coexistência, modificaria a composição do movimento operário internacional mais radicalmente, do que a modificou a vitória dos bolcheviques em 1917.

### A NOVA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

11) Como vimos, a classe operária do mundo capitalista tem, igualmente, todo o interesse na prolongação da "coexistência pacífica". Não no sentido de coexistir pacificamente ao lado da sua burguesia — ela está em guerra com a sociedade burguesa — mas sim, na coexistência dos blocos, que evite uma guerra mundial.

O tempo trabalha novamente a favor do socialismo e de sua vanguarda revolucionária. Tudo indica um próximo aguçamento das lutas de classes e um novo aprofundamento das contradições inerentes à sociedade capitalista. O reinício do ciclo de superprodução e de crises abalará os alicerces do reformismo. Um novo espectro amedronta a sociedade, a nova revolução industrial, que ameaça levar ao cume a contradição existente entre o caráter coletivo da produção e a apropriação particular do produto de trabalho. O desenvolvimento de novas fontes de energia, provenientes do átomo, e de processos técnicos da eletrônica, a "automatização", prometem aumentar a capacidade produtiva da humanidade até um ponto fatal para o capitalismo.

Os primeiros efeitos dessa revolução industrial, que ainda não passou de inícios mais modestos, já se fazem sentir nas relações internacionais. Nos Estados Unidos, a produção industrial superou este ano o nível de 1957, a fase da crise foi superada mais uma vez, mas assim mesmo existem 3,7 milhões de desempregados, registrados oficialmente. Eis de novo o clássico exército de reserva do capitalismo, abolido pelos economistas burgueses, e que volta agora com a automatização. Na Europa, a crise maior foi evitada essa vez, em virtude de relativo atraso da sua indústria. A queda da produção pôde ser compensada por uma campanha de automatização. As conseqüências não demorarão a surgir.

O único lugar onde se aplicam as últimas conquistas da eletrônica, sem receios para o futuro, e onde elas contribuirão decisivamente para levantar o nível de vida dos povos, é o campo socialista, e aí temos uma amostra do seu papel para a economia socialista do mundo de amanhã. Foi Lênin quem pregou a fórmula do socialismo: soviets + eletricidade. Se ele tivesse vivido mais uma geração, não teria tido dúvidas em citar a automatização como o fator material.

O mundo capitalista não pode deixar de fomentar a revolução industrial, para competir e concorrer, mas com isso acumula explosivos muito mais perigosos do que os estoques de armas nucleares, que deviam assegurar a sua perpetuação.



# Nacionalização e Socialização

LUIZ VIDAL

Um dos grandes problemas da atualidade, não só no terreno econômico, como também no terreno político, é o da nacionalização e o da socialização da produção.

A tendência do capitalismo monopolizador é evoluir para o capitalismo de Estado. No capitalismo de Estado, já previsto por Engels e por Lenin, teremos a nova etapa do sistema capitalista que chegará, desta forma, a sua fase mais elevada.

O capitalismo de Estado pode processar-se, orgânicamente, de modo gradual, como se verifica nas nações altamente industrializadas, ou por meio do salto, do desenvolvimento emergente, tal como se deu na Rússia ou pode dar-se nas nações subdesenvolvidas.

A nacionalização dos meios de produções era considerado como o primeiro passo para o mundo socialista. Acreditava-se que bastava o Estado apoderar-se da terra, das fontes de matéria-prima, da indústria, do transporte, para que se iniciasse a emancipação social que deveria extinguir a iníqua exploração do homem pelo homem.

O caso, porém, da nacionalização exige um reexame cuidadoso de acôrdo com as condições econômicas e sociais do mundo atual.

Na realidade, o termo nacionalização foi empregado, até agora, quase com o mesmo sentido de socialização. Mas é preciso distinguir uma coisa da outra, verificando-se a profunda diferença entre os dois fenômenos que, aparentemente, se confundem.

A verdade é que nacionalização e socialização não só têm entre si um significado diverso como até antagônico, pois, atualmente, se contradizem e se opõem.

A nacionalização pode significar a estatização da economia sem significar, entretanto, a socialização da mesma.

Depende de quem a faz.

Com a estatização da economia, no regime capitalista, o Estado deixará de ser um instrumento para ser o senhor absoluto. Em lugar de subordinar-se aos trusts e monopólios, tornar-se-á o monopolizador de toda a vida econômica. Isto não quer dizer de maneira nenhuma, o aproveitamento das forças produtivas em benefício de toda a sociedade da qual o Estado se transforme em seu representante e administrador. O que se dá, neste caso, é a fusão do capitalismo monopolizador com a burocracia estatal. Unem-se os magnatas do capital financeiro aos técnicos, aos burocratas e aos dirigentes dos partidos políticos que tendem a unificar-se em torno, seguramente, de um governo forte.

Assim a nacionalização dos meios de produção vem em benefício do capitalismo e não como um passo para o mundo socialista. Soluciona, em grande parte, as contradições internas da classe possuidora e dá o golpe mortal no



que ainda resta da livre concorrência que, embora progressista no alvorecer do capitalismo, perdeu, com a própria evolução econômica, a sua razão de existir.

A classe operária nada tem a lucrar com tal espécie de nacionalização. Só tem a perder. Verá a liquidação do mercado interno de trabalho, sendo reduzida, praticamente, à escravidão desde que a sociedade se encaminhe para o totalitarismo econômico e político.

Esta nacionalização representa a socialização dos meios de produção em favor da classe possuidora e não em favor da coletividade humana.

Não servirá de alavanca para o advento de uma sociedade sem classe, pois o triunfo do proletariado, segundo Marx, será a custo de destruir a si mesmo e destruir a classe inimiga.

A nacionalização feita com a burguesia no poder significa um novo processo de preservar a exploração capitalista.

O caráter, evidentemente, da nacionalização está condicionado ao caráter do Estado. O Estado, como sabemos, é o órgão da dominação de uma classe sobre outra. Enquanto houver Estado haverá classes dominadas e dominantes. No dia em que as classes se extinguirem, o Estado, por sua vez, automaticamente se extinguirá. Nacionalizar a produção com a burguesia controlando o Estado é nacionalizá-la de acordo com os interesses do capitalismo. Neste caso, não se trata, absolutamente, de socialização que só poderá verificar-se quando o Estado estiver nas mãos da classe operária e, por isso mesmo, em via de definhando, de deixar de existir, de desaparecer inteiramente.

Temos o exemplo da Rússia. O que ali se vê, presentemente, é a nacionalização dos meios de produção, a planificação da economia, o monopólio do comércio exterior, mas tudo isto não mais controlado pela classe trabalhadora e sim por uma burocracia estatal, que representa a nova classe possuidora, exercendo uma função de burguesia semelhante a dos países capitalistas do mundo ocidental.

A nacionalização, na União Soviética, começou sob o controle direto do partido de Lenine e de Trostsky a fim de destruir o feudalismo, vencer o atraso nacional e encaminhar, para o socialismo, o desenvolvimento econômico e político do país.

O desvio deste objetivo deu-se em consequência do isolamento em que se viu a Rússia e da falta de uma revolução operária vitoriosa ao menos num dos grandes países da Europa.

A concepção stalinista do *socialismo num só país* não passou de um simples pretexto utilizado pela burocracia a fim de iludir as massas e operar, em seu nome, a contra-revolução, suprimindo a democracia interna do Partido e aniquilando as suas alas mais avançadas.

Por este ou aquele motivo, tivesse ou não tivesse culpa Staline, fôsse ele um herói ou um monstro, a verdade é que a nacionalização levou a Rússia ao capitalismo de Estado.

Inicialmente, o partido de Lenine, em seu período revolucionário, controlou a estatização da economia, procurando conduzir o país para o socialismo. Lenine, apesar de seu optimismo, temia pelo sucesso de sua obra, sobretudo nas proximidades da morte, quando tomou corpo a luta entre Trotsky e Staline. Daí o fato de ter exigido o afastamento deste último do secretariado geral do Partido.



A vitória de Staline não foi simplesmente uma vitória individual, nem mesmo a vitória de uma tendência ideológica dentro do seio do Partido. Foi o começo da contra-revolução. Foi o sucesso termidoriano que abriu as portas ao diretório, ao bonapartismo e à restauração.

Apoiada na burocracia, no exército e na GPU (hoje MVD), destacou-se uma nova classe possuidora, que afastou o proletariado do controle do Estado. Bukharine, que apoiou Staline na luta contra Trotsky pode dizer antes de ser fuzilado: "Sofremos uma degenerescência que nos levou a uma espécie de fascismo pretoriano de camponeses enriquecidos".

Não resta dúvida que a grandeza industrial, tecnológica e científica da Rússia edificou-se na exploração do povo trabalhador na cidade e no campo. Não na de toda a população soviética, pois entre os explorados não estão incluídos aqueles que pertencem à nova classe possuidora e parasitária que ostenta um nível de vida muito elevado somente comparável ao da alta burguesia nas grandes nações capitalistas.

A Rússia é o exemplo de que a nacionalização dos meios de produção pode transformar-se no contrário do socialismo. Lá existe a nacionalização, como existiu, aliás na Alemanha, sobretudo no derradeiro período do nazismo. Todavia, é uma nacionalização em proveito da nova classe possuidora, da burocracia, dos técnicos, do exército, dos dirigentes do Partido, que podem dispor de toda a riqueza nacional em seu próprio proveito. Em lugar de definir o Estado fortifica-se cada vez mais, e não só as massas como os indivíduos se vêem privados de todos os direitos, até o de ter consciência, vivendo na miséria e na abjeção, sob a ameaça permanente da repressão policial.

E' preciso, portanto, não confundir nacionalização com socialização. A Rússia não se tornou uma nação socialista apesar da revolução, muito embora sejam ali nacionalizados os meios de produção. Qualquer das demais potências imperialistas poderá realizar, amanhã, um grande programa de nacionalização sem rumar para o socialismo.

Hoje em dia, justamente, a nacionalização entra em choque com a socialização.

A nacionalização controlada totalitariamente pelo Estado, pela classe dirigente, opõe-se à socialização dirigida e fiscalizada, dentro da democracia, pelos órgãos de classe, sindicatos, cooperativas, etc., havendo o maior respeito pela liberdade política e pela dignidade da personalidade humana.

Poder-se-ia dizer que o capitalismo de Estado tem um sentido progressista, sendo, portanto, historicamente necessário pelo que representa no desenvolvimento da economia moderna.

Este modo de ver lembra o de Cunow no começo do século: o imperialismo é o capitalismo contemporâneo — dizia êle; — o desenvolvimento do capitalismo é inevitável e progressivo; por conseguinte, o imperialismo é progressivo. Lenine, que definia de "grosseiro e de cínico" o raciocínio de Cunow, recordava a caricatura que os populistas traçavam dos marxistas na década de 1890: se os marxistas acham que o capitalismo, na Rússia, é inevitável e progressista, devem consagrar-se a abrir tabernas e fomentar o capitalismo.

O erro deste ponto-de-vista está, precisamente, no oportunismo ideológico e político. E' a porta aberta ao reformismo, tendo em vista o desenvolvimento orgânico da economia capitalista, sem levar em conta não só as contradições



históricas no seio da própria classe dominante como também a ação social e política da classe trabalhadora.

Se, de fato, as forças do capitalismo não encontrarem nenhuma resistência farão a estatização econômica sob o controle da burguesia e desenvolver-se-ão indefinidamente.

O proletariado não tem de ajudar o capitalismo a desenvolver-se, resolvendo as suas crises de estrutura porque o desenvolvimento econômico representa um progresso. Tem de lutar pela sua destruição, criando as condições objetivas e subjetivas que forem necessárias para a realização deste grande empreendimento.

De uma coisa devemos ter certeza: O capitalismo de Estado não é o início do socialismo nem tão pouco de um período novo na história da humanidade. É simplesmente a etapa final do sistema capitalista.

Nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, a nacionalização é talvez mais grave do que nas nações adiantadas.

O capitalismo de Estado, na União Soviética, surgiu com a degenerescência do Estado operário, depois de uma revolução, talvez a maior da história contemporânea, que procurou queimar as etapas de transição. Isto, evidentemente, em consequência da falta de um capitalismo financeiro próprio e poderoso, de uma burguesia desenvolvida como nos países altamente industrializados.

É verdade que, ainda hoje, o capitalismo de Estado, na Rússia, não encontrou a estabilidade, achando-se sujeito a fortes pressões das massas trabalhadoras, que obrigam o governo totalitário a manter um regime de permanente vigilância e rigorosa reação.

A revolução política operada com a ascensão de Kruchev e a destruição do bloco stalinista, não restaurou as bases socialistas de 1917, o que nos leva a crer que, para a nova classe possuidora não se consolidar no poder, torna-se necessária, dentro da própria Rússia, a intervenção enérgica e decidida da classe trabalhadora a fim de reconquistar o poder.

Isto não nos impede de julgarmos um passo para a frente a extermínio do stalinismo que é uma prova do aguçamento das contradições internas na União Soviética e abre perspectiva para a transformação da revolução política em revolução social.

A nacionalização, no Brasil, feita pela própria burguesia, tem uma significação altamente contra-revolucionária, pois se fará sem a participação da classe operária e se tiver o seu apoio, dentro de uma orientação colaboracionista, será, de certo, para melhor subjugar-la.

A nacionalização não é, pois, uma palavra de ordem progressista. Não tem o menor parentesco com o socialismo científico. É uma linha inteiramente diversa da de Marx, de Engels, e de Lenine. Seu sentido é fundamentalmente contra-revolucionário, pois é a apropriação dos meios de produção, custeada pelo Estado, em benefício da burguesia e maior exploração do proletariado.

Ninguém nos precisa ensinar. Basta olhar para perceber a voracidade implacável da burguesia nacional.

A nossa divisa é a socialização dos meios de produção, levada avante pela classe operária, que deve preparar-se ideológica, política e partidariamente para a conquista do poder.



## Cartas dos Estados

# O "Plano de Ação" do Governo de São Paulo

Estartalhaço sem precedentes acompanhou o "lançamento" do Plano de Ação do governo do Estado de São Paulo: ampla cobertura jornalística, radiofônica etc., votos de apoio cuidadosamente encomendados de associações profissionais e culturais consideradas representativas, debates e mesas redondas etc. etc. Os objetivos a serem alcançados incluem pelo menos os seguintes: a) arrancar da Assembléia Legislativa um crédito vultoso — Cr\$ ..... 100.000.000.000,00 — cuja manipulação, num quadriênio que abrange duas campanhas eleitorais (presidencial em 60 e de renovação do Congresso e do Executivo e Legislativo estaduais em 62) oferece vantagens políticas inegáveis; b) tirar o máximo proveito do prestígio que a "planomania" desfruta hoje no mundo capitalista, apresentando-se o governo de Carvalho Pinto como êmulo de Monnet, Nehru e tutti quanti.

No período épico da expansão do capitalismo, os seus ideólogos encaravam o Estado como um mal necessário, cuja intervenção no domínio econômico deveria se limitar a assegurar a ação dos particulares, proporcionando-lhes paz interna e segurança externa, obrigando a execução dos contratos e impedindo que associações "conspirativas" elevassem o preço de certas mercadorias ao organizarem a sua oferta (como o tentavam fazer os sindicatos operários, por

exemplo, com o preço da força de trabalho). Os desequilíbrios, se os houvesse, seriam melhor corrigidos pelo livre jogo das forças econômicas no mercado, do que por qualquer medida externa ao mesmo.

Enquanto este darwinismo econômico apenas vitimava os trabalhadores — os "menos aptos" a sobreviver na selva capitalista — os bons burgueses se mantiveram fiéis aos dogmas do "laissez-faire". Porém, a partir de uma certa época, a tendência da baixa da taxa de lucro começou a fazer sentir os seus efeitos: certos investimentos começaram a ser cada vez menos rendosos; o capital perdeu a mobilidade dos seus anos de juventude, recusava encaminhar-se para os ramos de baixos rendimentos, embora dêles dependesse o conjunto da produção capitalista: estradas de ferro, minas de carvão, centrais hidroelétricas etc. Surgiu — ou ressurgiu — então, a idéia de que o Estado deveria tomar a si tais empreendimentos, "suplementando" a ação da iniciativa privada, ou seja, oferecendo estes serviços e mercadorias a preços baixos às empresas privadas, cujos custos de produção seriam, desta forma, convenientemente reduzidos, o que apresentaria uma dupla vantagem: o prejuízo decorrente destas atividades econômicas do Estado seria "equitativamente" repartido entre todos os que pagam im-



postos, trabalhadores e capitalistas, ao passo que estes últimos disporiam de uma margem maior de lucro, já que poderiam vender por preços "compensadores" produtos transportados por fretes baixos em ferrovias do governo, produzidos com energia elétrica barata do Estado etc. Daí a voga dos "planos", que caracteriza a política econômica dos governos capitalistas nos últimos decênios, particularmente nos países coloniais e semi-coloniais, em que estes ramos pouco lucrativos estão particularmente subdesenvolvidos, constituindo pontos de estrangulamento da economia como um todo.

Por menos que tais "planos" tenham em comum com o planejamento da produção reclamado pelos socialistas, estes reconhecem nêles meios de desenvolver as forças produtivas, tarefa de que o capital, neste estágio de sua evolução (e decomposição), não é mais capaz. Porém o Plano de Ação do governo do Sr. Carvalho Pinto não é sequer isso. Menos que uma tentativa de sistematização da atividade do governo, é uma jogada política de alto coturno, que embora encampe também os interesses da burguesia paulista, tem por finalidade precípua fortalecer o grupo político que governa o Estado e tem no Sr. Jânio Quadros o seu expoente.

A verificação dêste fato não é difícil. O plano apresenta um conjunto de despesas distribuído por 4 anos e 3 setores: I — Melhoria das condições do Homem (assim, com agá maiúsculo) — educação, segurança, saúde, água e esgôto — num total de 30,7 bilhões (1) de cruzeiros; II — Infraestrutura — energia, ferrovias, rodovias, pontes, aeroportos, portos e navegação — num total de 42 bilhões (1); III — Expansão agrícola e industrial — armazenagem, abastecimento, fomento e expansão

agropecuária, indústria de base e de bens de produção — num total de 27,2 bilhões (1); adicionando-se a estes totais 0,1 bilhão destinados a aumentar o capital do Banco do Estado alcança-se a cifra de 100 bilhões de cruzeiros

O Plano consiste, em essência, numa enumeração das realizações a serem feitas com estas despesas e de uma tênue justificação teórica da sua necessidade. Quase nada é dito *de onde* deve vir o dinheiro. Um articulista de conhecido matutino paulistano (2) teve que fazer um verdadeiro trabalho de detetive, procurando pistas por todos os cantos do documento, para chegar à conclusão que a realização das obras custará muito mais que os 100 bilhões, que constituem apenas a participação financeira do governo do Estado (ao lado das contribuições do BNDE, prefeituras municipais, Caixa Econômica etc.), e que estes 100 bilhões devem provir de excessos de arrecadação orçamentária. Não se justificaria, neste caso, um estudo de previsão orçamentária dos próximos anos que demonstre que os meios serão exatamente estes e não 20 bilhões ou 200? Afinal, os economistas burgueses, e o Grupo de Planejamento que elaborou o Plano está cheio dêles, gostam de definir a economia como sendo a arte de "distribuir meios escassos entre fins concorrentes". Como é possível partir apenas dos fins, ou seja, das necessidades — cuja satisfação é sempre incompleta — sem antes recensear os meios, por definição, escassos?

A resposta, ao que tudo parece, é que os 100 bilhões constituem uma quantia que o governo resolveu obter e o Plano não passa de uma justificação elaborada "a posteriori". As próprias características da exposição indicam êste fato, pois é curioso que um "Plano de Ação" só se preocupe com o

(1) Os totais são arredondados.

(2) Fôlha da Manhã de 19/7/1959.



aspecto puramente material dos problemas. Assim, na parte do Plano que se ocupa da "Educação", só se menciona a necessidade do aumento do número de prédios escolares, salas de aulas equipamentos etc. Os outros aspectos da questão são referidos nestas palavras: "A melhoria do ensino primário compreende, ainda, uma série de atividades do poder público, que vão desde os problemas especificamente pedagógicos, até aos cuidados indispensáveis com a saúde da criança. Tais problemas serão necessariamente atacados na execução do Plano". (págs. 68/69). Como? Com que diretrizes? Nenhuma palavra sobre isto. O mesmo se pode dizer a respeito da questão da "Saúde", a qual só é tratada em termos de prédios para Delegacias de Saúde, Centros de Saúde, Postos de Assistência Médico-Sanitária, Postos de Puericultura, Hospitais etc.

A 2ª parte do Plano ("Infraestrutura"), que trata de energia elétrica e meios de transporte e comunicações, é composta de uma série de dados globais, sumariamente justificados. Quase a metade da soma total deste setor (20 bilhões em 42) é destinada à pavimentação de 3.000 km de rodovias e à construção de 1.600 km de novas estradas, além de outros dispêndios de menor importância. Onde serão construídas estas rodovias? Por que estas extensões? Nada. Os demais setores, exceto o de energia elétrica, em que há uma relação das usinas a serem construídas ou completadas, receberam o mesmo tratamento: levantamentos gerais de obras a serem feitas, sem qualquer pormenorização, que permita um debate democrático do Plano, através do qual as populações que necessitam estas melhorias possam manifestar suas reivindicações. Um pseudo-tecnicismo dá, além de tudo, a este tipo de planejamento um caráter bem reacionário: as decisões são tomadas em gabinetes fechados, à base de

uma competência técnica surda aos anseios populares.

A 3ª Parte, dedicada à agricultura e indústria, destina quase 2/3 da soma total à ampliação do crédito a empresas privadas e à participação direta do governo do Estado em algumas delas. E a parte mais diretamente "intervencionista" do Plano e ela é justificada em termos da necessidade de uma política anti-cíclica por parte do governo, em face da recessão que estaria ameaçando a indústria paulista. Ora, já se argumentou — e com razão — que o instrumental necessário a uma política anti-cíclica, principalmente controle sobre a moeda e sobre o crédito, está totalmente nas mãos do Governo Federal. Nestes termos a expansão do crédito por parte do Banco do Estado de São Paulo, a não ser que seja conjugada com a ação do Governo Federal (o que não está previsto, mesmo porque a responsabilidade pela recessão é precisamente atribuída ao Governo Federal) é praticamente inútil. O que resta é o fato de que crédito a juros de, no máximo, 12% ao ano, num período de inflação em que a moeda perde 30% ou mais do seu poder de compra por ano, convém imensamente aos fazendeiros e industriais, pois, além de receberem crédito, o pagam a juros negativos, ou seja, reallizam ganhos líquidos em termos de poder de compra, pois a quantia amortizada (principal + juros) no fim do período do empréstimo tem menos poder de compra que a quantia inicialmente recebida. É verdade que estes negócios da China serão realizados com o dinheiro dos contribuintes, cuja maioria é constituída por trabalhadores, que não têm direito a crédito, mas isto para os "Planejadores" são outros quinhentos bilhões de cruzeiros...

Em suma, não se pode dizer que o povo paulista não será beneficiado em nada com o Plano de Ação do governo



do Estado. Está sendo preparada uma edição popular de 500.000 exemplares do Plano, ilustrada com fotografias, em que o Estado é comparado, numa imagem feliz e original, com uma grande família... Comandos serão organizados para distribuir os volumes em locais de trabalho, logradouros públicos etc.

Lançou-se mão da dialética para achar uma sigla para o Plano, que seja de fácil aceitação pelo povo. Será PAGO. Como diz o autor da idéia: "E o povo fará a associação: o Plano de Ação já está pago". É pena que não esteja. (Do correspondente).



## AOS NOSSOS LEITORES, AMIGOS E COMPANHEIROS

"Movimento Socialista" necessita da colaboração dos militantes e simpatizantes do movimento operário em todo o país para poder realizar a sua missão. Pedimos aos companheiros, independente da sua filiação organizatória, que informem e comentem sobre a situação e os acontecimentos nos Estados e Municípios, e que participem dos debates sobre os problemas nacionais. As matérias enviadas serão aproveitadas devidamente pela redação

MOVIMENTO SOCIALISTA

Av. 13 de maio, 23 - 9.º - s/922

Rio de Janeiro



# A História do Sindicalismo no Brasil

(Das origens até a Primeira Guerra Mundial)

HERMÍNIO LINHARES

## 1) Início do movimento sindical.

O movimento sindical brasileiro surgiu nos primórdios d'êste século e foi introduzido por marítimos e imigrantes europeus. Existiam nessa época várias entidades de classe, denominadas Ligas de Resistência, que se assemelhavam a sindicatos. A principal finalidade era a melhoria de salários e a defesa contra as injustiças e abusos dos patrões. A Constituição de 1891 não cogita da questão sindical; apenas o art. 72 parágrafo 8.º, assegurava a liberdade de associação. "Notou-se, logo após a República, um movimento de agremiação dos trabalhadores que, talvez, melhor do que qualquer outro represente o início do sindicalismo" (1). O Código Brasileiro de 1850, por seu art. 79 e 80 antecipava-se à legislação protetora do trabalho quanto aos riscos e acidentes.

Em 1900 o engenheiro Carlos Alberto Menezes defendia, em tese apresentada no 1.º Congresso Católico Brasileiro, a mutualidade operária. Organizou, nesse ano, a Corporação Operária de Camaragibe. Em 1900, o comandante Vinhaça, da marinha mercante, fundava o Círculo Operário do Distrito Federal.

Em 1901 fundou-se a Liga dos Artistas Alfaiates, com o objetivo de arremeter a classe para a defesa de suas reivindicações (em 1906 deliberaram a mudança de nome para Sindicato dos Artistas Alfaiates; em 10-5-1909 passou a denominar-se União dos Alfaiates; em 1923 editaram no Rio — O Alfaiate — de tendência socialista).

Em 1902, realizou-se o Congresso Católico de Pernambuco, sendo criada a Federação Operária Cristã, sob a presidência do engenheiro Menezes. Neste Congresso foi apresentado, por José Inácio Tosta, um projeto sobre sindicatos agrícolas, transformado depois no decreto 979 de 6-1-1903.

Em 1903 o engenheiro Luís Correia de Brito fundou o Sindicato Agrícola do Município de Goiânia, em Pernambuco. Havia, já em 1903, algumas Uniões Operárias; ocorreu nesse ano um movimento visando desunir os operários, que redundou em fracasso. Em 1-5-1903, no Rio, houve um grande desfile comemorativo do dia do trabalho, no qual participaram cerca de 12.000 operários.

(1) Segadas Viana, J. 1943. Organização sindical brasileira. Rio.



Nesse ano trabalhadores do Estado do Rio fundaram a Federação das Associações de Classe, mais tarde denominada Federação Operária Regional Brasileira, com sede no Rio.

O decreto 979, de 6-1-1903, autorizou o funcionamento da Associação de Agricultura e das Indústrias Rurais. Esse decreto permitia aos "profissionais da agricultura e indústrias rurais, de qualquer gênero, organizarem entre si sindicatos para o estudo, custeio e defesa de seus interesses", assim como "reunião em uniões ou sindicatos centrais com personalidade jurídica própria, cuja jurisdição podia estender-se a circunscrições territoriais diversas". Foi o primeiro estatuto pôsto em vigor para regulamentar o sindicato moderno. "Evidencia-se de logo, um chocante paradoxo histórico-social: a precedência do sindicalismo rural. Porque, em realidade, sendo o sindicato fruto da concentração industrial ocorrida em tórno das grandes fábricas da indústria moderna, nos centros urbanos, surgiu, em tôdas as sociedades, primeiramente, como órgãos associativos de operários industriais urbanos, e somente depois é que o sindicalismo se infiltrou entre as massas camponesas, florescendo, então, nas populações rurais. Mas, o legislador brasileiro de 1903, parecendo ignorar a origem normal do fenômeno sindical moderno, passou por cima da realidade histórica e social, criando, inicialmente, no Brasil, ao contrário dos demais países, os sindicatos rurais, antes da ocorrência natural do fator sindical nos centros das cidades industrializadas" (2). O governo considerava o sindicato como simples associação privativa, cooperativista, sem qualquer função pública, sem influência política e jurídica — daí tôda a liberdade de ação.

Em 1902 funcionava em Campos, Estado do Rio, o Centro Operário de Campos, que editou, em 1-5-1902, o jornal 1.º de Maio, número único, comemorativo.

Em S. Paulo, em 1903, começaram os operários a formar suas Uniões de resistência e seus sindicatos, sendo fundados os de Chapeleiros, Gráficos, Sapateiros e, depois, os dos Tecelões, Marceneiros, Metalúrgicos, Marmoristas, Construções Civas, Pintores, etc.

Em 5-1-1904 o governo concedia privilégio "para pagamento da dívida proveniente de salários do trabalhador rural". Nesse ano fundou-se, por iniciativa de Ernesto Justino, o Círculo Operário Fluminense. Em fins de 1904, quinze corporações operárias e uma federação de sete associações, representando um total de cerca de 6.000 operários dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, dirigiram ao Congresso Nacional uma petição solicitando a promulgação de uma lei sôbre sindicatos profissionais. Em 4-12-1904 fundou-se em Piracicaba, São Paulo, a Cooperativa Operária Internacional, cuja maioria de sócios pertencia à fábrica de tecidos Aretusina. Por outro lado a Associação de Artes Gráficas e o Centro Tipográfico Paulistano fundiram-se, formando a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo; em 10-4-1904 houve a aprovação dos estatutos da nova União, cuja sede era na rua Marechal Deodoro, 2.

Em 1-5-1905 a União dos Chapeleiros de S. Paulo, lançou seu mensário "O Chapeleiro". Em agosto desse ano fundou-se em Campinas a União dos Trabalhadores Gráficos, filiada à de S. Paulo; em Campinas gruparam-se ope-

(2) Leonelli, D. 1954. Problemas do Sindicalismo. Curitiba.



rários de vários ofícios e criaram, em dezembro, a Liga Operária; em 24 de dezembro Everardo Dias pronunciou nessa Liga uma notável conferência sobre "Jesus-Cristo, agitador social". Em setembro desse ano fundou-se em Piratininga no Amazonas, o Grêmio Operário, destinado a lutar pelos interesses da Classe

Em 2-2-1906 fundou-se o Sindicato dos Trabalhadores em Mármore, em S. Paulo, cuja primeira reunião teve por objetivo a luta por 8 horas de trabalho; em 4-2-06 fundou-se o Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilhos em S. Paulo, que aderiu à Federação Operária de S. Paulo. Em 11-3-06 fundou-se no salão do Centro Operário Internacional, a Liga Operária de Jundiá, São Paulo, constituída na maior parte por operários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Em 25-3-06 fundou-se a Liga Operária de Rio Claro (São Paulo). Nesse ano, fundou-se no Rio o Centro das Classes Operárias e realizou-se o Congresso da União dos Operários de Pedreiras. Já nessa época existiam numerosos sindicatos. No Rio, em 12-5-06, fundou-se o Instituto Central do Povo, sociedade beneficente, para prestar auxílio e assistência social aos habitantes do Morro da Favela, que era, a essa época, a única favela existente

O dia 1.º de Maio foi comemorado no Rio, com grande comício em praça pública, falando diversos oradores que acentuaram ser a data um dia de luto e de luta para o proletariado. Em Pôrto Alegre apenas os operários e calçados da Cia. Progresso Industrial fizeram uma passeata, e um grande churrasco. Em S. Paulo realizou-se, à tarde, grande comício em frente à Federação Operária, na Praça da Sé, tendo falado entre outros Donato Donatelli e Glúlio Sorelli; por outro lado o Grupo Filarmônico Libertário realizou um espetáculo noturno em prol das famílias de revolucionários russos mortos e deportados. Em Campinas, Everardo Dias pronunciou uma conferência sobre "Trabalho livre e trabalho escravo", na sede da Soc. Beneficente Italiana. Em Jundiá foi feito grande comício no teatro local, sendo o ato encerrado por Edgard Leuenroth.

Em junho de 1906 fundou-se em S. Paulo a Liga de Resistência dos Operários Metalúrgicos e a Associação de Resistência dos Construtores de Veículos, que aderiu à Federação Operária de S. Paulo. No mesmo mês começou a circular, em Juiz de Fora, "O Progresso Operário", órgão do Centro das Classes Operárias. Em julho criou-se a Liga dos Operários Ourives de S. Paulo, que conseguiu a jornada de 8 horas; organizou-se a Associação das Costureiras de Sacos, sendo no ato inaugural presos os organizadores; no Rio, fundou-se o Sindicato dos Barbeiros. Em Taubaté, S. Paulo, criou-se, em agosto, o Centro dos Operários Livres, a fim de defender o direito dos trabalhadores; nesse mês apareceu "A Luta Operária", órgão da Federação Operária de S. Paulo, ao mesmo tempo que começou a circular no Rio a "Gazeta Operária", sob a direção de Mariano Garcia. Em setembro fundou-se no Rio Grande do Sul o Sindicato dos Marmoristas e o Sindicato de Resistência dos Chapeleiros; no mês seguinte, os sindicatos dos Gráficos, dos Pedreiros e Anexos, dos Empregados em Madeira, dos Metalúrgicos e dos Ofícios Vários, todos em Pôrto Alegre.

De 6 a 8 de dezembro realizou-se a Conferência Operária Estadual, em S. Paulo, promovida pela Federação Operária de S. Paulo, com a adesão de todas as Ligas Operárias do interior do Estado.



## 2) O I Congresso Operário Brasileiro.

O I Congresso Operário Brasileiro foi realizado entre 15 e 20 de abril de 1906, no Rio, no Centro Galego, por iniciativa da Federação Operária Regional do Rio de Janeiro, que já era uma continuação da Associação de Classe, fundada em 1903. Compareceram numerosos delegados estaduais, principalmente de S. Paulo. Aderiram 28 organizações e 4 jornais; compareceram 43 delegados. Neste Congresso foram assentadas as bases para a fundação da Confederação Operária Brasileira (C.O.B.) de que fariam parte as seguintes associações:

Rio — Ass. Protetora dos Chapeleiros, Centro dos Operários Marmoristas; sindicatos dos: Carpinteiros, Pedreiros e Anexos, Trabalhadores em Ladrilhos e Mosaicos, Operários em Pedreiras, Pintores, Sapateiros. São Paulo — Sindicatos dos: Trabalhadores Gráficos, Trabalhadores em Veículos, Metalúrgicos, Trabalhadores em Fábricas de Tecidos, Transportadores de Tijolos, Trabalhadores em Pedra Granito, Trabalhadores em Olarias, Oficiais Alfaiates; Vidreiros de Água Branca, Ofícios Vários de S. Bernardo, Pintores (Santos); Liga dos: Trabalhadores em Madeira, Pedreiros e Anexos, Pintores, Costureiras em Carreção, Operária de Campinas, Operária de Amparo, Operária de Jundiá; União Operária de Ribeirão Preto. Rio Grande do Sul — Sindicato dos Marmoristas de Porto Alegre.

As teses apresentadas versaram sobre orientação, organização, ação operária e questões suplementares. O Congresso desenvolveu intensa atividade durante os dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20, sendo selenemente encerrado no dia 22, domingo, no Teatro Lucinda. Foi aprovada a seguinte resolução:

“Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas; que a única base sólida de acôrdo e ação são os interesses econômicos comuns a toda a classe operária os de mais clara e pronta compreensão; que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora de sua vontade e ação, reconhecem a necessidade inludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legatários não há lei que valha; o Congresso aconselha o proletariado a organizar-se em sociedade de resistência econômica, agrupamento essencial, e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral”.

Nasceu assim, a Confederação Operária do Brasil, cujo pleno funcionamento teve início em 1908, central sindical inspirada nos moldes da C.G.T. francesa, a primeira organização sindical brasileira de âmbito nacional. A COB, em 1908, ficou composta de cerca de 40 organizações sindicais do Rio, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Ceará, Alagoas (Distrito Federal: União dos Operários das Pedreiras, Associação de Resistência dos Trabalhadores em Carvão Mineral, Centro dos Operários Marmoristas, União dos Operários Estivadores, Centro dos Empregados em Ferrovias, União dos Chapeleiros, União dos Corrieiros e Artes Correlativas, Liga Operária Italiana, Liga dos Artistas Alfaiates, União dos Carpinteiros e Artes Correlativas, União dos Manipuladores de Tabaco, Associação de Resistência



dos Trabalhadores em Trapiches de Café, Centro dos Operários do Jardim Botânico, Liga das Artes Gráficas, União dos Maquinistas Terrestres, Liga dos Carpinteiros e Calafates Navais, União dos Recebedores em Ferrocarril, Sociedade de Classe dos Marceneiros, Sociedade Protetora dos Operários Funileiros, Bombeiros e Gazistas, União Operária do Engenho de Dentro, Centro Internacional dos Pintores; S. Paulo: Federação Operária, União dos Trabalhadores Gráficos, União Operária de Ribeirão Preto, Liga Operária de Campinas, União dos Artistas Sapateiros, Sociedade Internacional dos Operários (Santos), União dos Trabalhadores Gráficos de Campinas; Ceará: Centro Artístico Cearense (Fortaleza); Pernambuco: Centro Protetor dos Operários; Alagoas: União Operária Alagoana; Bahia: Federação Socialista Bahiana (Salvador); Estado do Rio: Centro Operário de Campos, Centro Operário Fluminense (Niterói); Rio Grande do Sul: União Operária; Minas: Junta Auxiliadora dos Operários (Nova de Lima), Centro das Classes Operárias (Juiz de Fora).

A atividade principal desta confederação anarquista, com base federativista franca, foi promover agitações populares de ordem geral. Em 1908 a COB organizou magnífica campanha popular contra a guerra e contra a lei que estabeleceu o sorteio militar obrigatório. Essa lei foi aprovada devido à campanha alarmista, de fundo imperialista, que tentou indispor o Brasil com a Argentina, falando-se em possibilidade de guerra. A COB criou então a Liga Anti-Militarista que editou o jornal "Não Matarás!". No Rio e nos Estados foram feitos comícios, conferências e distribuídos manifestos e volantes pró-paz. No relatório de suas atividades, em 1908, registra-se: 'A 1.º de dezembro deste mesmo ano, realizava a Confederação uma estupenda manifestação de protesto, na qual tomaram parte cerca de 200 associações operárias do Rio e delegados de diversas sociedades de fora, formando um cortejo superior a 10.000 pessoas. E assim foi lançado pelo operariado brasileiro o primeiro grito de guerra contra a guerra'.

No ano seguinte a COB fez grande demonstração pública de protesto contra o fuzilamento de Francisco Ferrer, na Espanha; houve desfile e passeata no centro da cidade, com a participação de mais de 5.000 pessoas.

### 3) Período 1907-1912.

A Constituição Federal de 1891 assegurava o direito de associação e as leis 979, de 6-1-1903, e 1.637, de 5-1-1907, regularam a formação dos sindicatos profissionais. Essa última instituiu as sociedades cooperativas, estendendo o direito de organização em sindicatos a todos os profissionais, inclusive os de profissões liberais. A lei 1.637 foi sancionada pelo presidente Afonso Pena, sendo Ministro da Agricultura Miguel Calmon. O sindicato já não mais estava nos moldes primitivistas da lei 1903; o art. 8.º dizia: "Os sindicatos que se constituírem com o espírito de harmonia entre patrões e operários, como sejam os ligados por conselhos permanentes de conciliação e arbitragem destinados a dirimir as divergências e contestações entre o capital e o trabalho, serão considerados como representantes legais da classe integral dos homens do trabalho, e, como tais, poderão ser consultados em todos os assuntos da profissão". Facultou, assim, aos profissionais liberais, se sindicalizarem livremente, sem ingerência do Governo, quando sua finalidade fôsse o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e os interesses profissionais



de seus membros. Tais sindicatos gozariam de personalidade civil. Essa lei sindical de 1907 produziu, nos primeiros tempos de sua aplicação, conflitos violentos que, na época, não foram bem interpretados. Os sindicatos existentes, mesmo nas metrópoles, não impressionavam nem ao governo nem aos patrões. O movimento sindical no Brasil de 1903 a 1930, por não ter organização adequada e sistemática, não ganhou as devidas proporções nem teve influência nítida na vida social brasileira. Todavia, as uniões e associações de empregados do comércio, apesar das circunstâncias inadequadas, chegaram a ser entidades de projeção. Outrossim, os motoristas profissionais e os trabalhadores no comércio de armazéns, organizaram as suas Uniões e Resistências que foram geradoras dos atuais sindicatos.

Mas, voltemos a 1907. Em 2 de fevereiro fundou-se o Sindicato dos Tecelões, em S. Paulo; nesse ano reorganizou-se o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira e o Sindicato dos Sapateiros, em S. Paulo; em janeiro haviam sido lançados os jornais "O Baluarte", órgão da Associação de Resistência dos Chapelheiros, e "O Sindicato", órgão da Ass. dos Operários Barbeiros; em fevereiro funda-se o Sindicato dos Operários em Fábrica de Tecidos S. Paulo); em 20-6 os vidrelhos de S. Paulo criam seu sindicato, aderindo à Federação Operária; no dia 24-6 funda-se em Amparo (S. Paulo) a Liga Operária, filiada à Liga Operária de Campinas e no dia 26-6 a Liga Operária de São Bernardo, ambas aderentes à Federação Operária.

O 1.º de Maio desse ano foi comemorado em diversas cidades do Brasil, principalmente no Rio e em São Paulo, onde houve comício. Em São Paulo, a polícia não permitiu manifestações em praça pública, sendo o ato realizado na sede da Federação Operária, sendo presos diversos operários ao término do ato.

Em 1908 o Congresso autorizou o Poder Executivo a conceder subvenção a sindicatos ou cooperativas agrícolas que cultivassem trigo. Nos anos de 1907-08 as massas operárias se movimentaram através dos seus sindicatos contra a Lei do Serviço Militar Obrigatório, que se encontrava no Congresso, e contra a ameaça de um conflito armado.

Em 28-11-1909 fundou-se em Sorocaba, São Paulo, a Liga Operária. Ao ato compareceu grande número de operários, principalmente pedreiros, tecelões, carpinteiros, chapeleiros e pintores.

Em 1910 continuaram os operários nas lutas por seus direitos e suas reivindicações. Comemoraram o 1.º de Maio em ato público, ou em recinto fechado. Assim, por exemplo, em Franca do Imperador (S. Paulo) o Grupo Dramático Francano representou o drama de Batista Machado: "Gaspar, o serralheiro — A greve dos operários".

Em 1911 os trabalhadores de Bauru fundaram sua Liga Operária; o grupo de "O Proletário", de Santos, procurou organizar a Federação Operária de Santos.

Em 1911 o deputado Nicanor Nascimento apresentou na Câmara um projeto de lei fixando os horários de trabalho, o funcionamento dos estabelecimentos comerciais e as garantias e proteção de operários, em casos de acidentes de trabalho. Esse projeto, esboço de legislação social protetora dos operários e comerciários, sofreu terrível campanha por parte dos deputados reacionários e dos comerciantes, não conseguindo aprovação.



Em 7-9-11, a União Operária de Franca inaugurou sua primeira escola, com 46 alunos, sendo professor o militante socialista Teófilo Pereira; em 15-9, reorganizou-se a Liga Operária de Sorocaba, fechada pela polícia e ao mesmo tempo foi criada uma escola noturna; em 21-9, fundou-se em Livramento, R. G. do Sul, a União Operária, reunindo os trabalhadores em geral; em 21-11, fundou-se em Espírito Santo do Pinhal, S. Paulo, a Liga Operária, constituída em sua maioria de operários da construção civil.

Em 1912: funda-se em: janeiro — Liga Operária Internacional, em Rio Prêto, S. Paulo, cuja finalidade era "a defesa dos interesses econômicos e morais da classe trabalhadora"; em 2-3, a Liga Operária Machadense, na cidade de Machado, Minas; em abril, o Centro Sindicalista da Classe Trabalhadora do Pará; em maio, no dia 23, reunião de linotipistas, tipógrafos, encadernadores, etc., em S. Paulo, para criar a União Gráfica; em 28-5, a União Operária Têxtil, S. Paulo; em 28-9, a Liga Operária de Cravinhos (S.P.); em 27-9 o Sindicato dos Pintores (Rio); em outubro a Liga Operária São-Joanense, em S. João da Boa Vista, S. Paulo.

O 1.º de Maio desse ano foi comemorado intensamente. Em S. Paulo o povo lotou o Salão Celso Garcia, à rua do Carmo, pela manhã, para um comício; numerosos operários chegaram cantando A Internacional, o que fez delirar a assistência; à noite os acadêmicos organizaram um comício no Largo de São Francisco, que foi prejudicado pela chuva. Em outras cidades do interior do Estado, como Santos, Sorocaba, Jundiá e Rio Prêto, comemorou-se a data em recinto fechado. Também no Rio houve diversas festividades em comemoração da data magna dos trabalhadores. De um modo geral, o tema principal dos discursos foi a luta contra a carestia de vida, por melhores salários e por melhor organização sindical.

Os sindicatos voltaram a se mobilizar e em 19 de maio delegados dos alfaiates, gráficos, marceneiros, etc., realizaram movimentada reunião na rua General Câmara, 335 para revigorar a Federação Operária; esta realizou em 2 de junho um comício de protesto contra a polícia paulista, que agira com intensa selvageria contra o operariado paulistano em greve; consegue também apoio de deputados que lançaram da tribuna da Câmara seu protesto.

Em setembro, o operariado mineiro, filiado à Federação do Trabalho de Minas Gerais, resolveu organizar o I Congresso Operário Mineiro, no mês de outubro, em Belo Horizonte.

Em nossas principais cidades portuárias houve numerosos e graves conflitos, no período de 1910-12, entre os assalariados da estiva. "Eram os pró-dromos de nossa organização sindical e os portos do Rio de Janeiro, de Santos e da Bahia contavam já a esse tempo com vasta legião de trabalhadores do cais. O trabalho rural se desorganizara e começava a afluência para as cidades, de homens do campo, robustos e afeitos a pesadas tarefas... A 1.º de maio de 1912 fundava-se na capital da Bahia a Sociedade União de Estivadores, filiada à associação de classe de igual nome já existente no Rio de Janeiro. Eram os primórdios da organização sindical decorrente da lei de 1907. O movimento inicial dos trabalhadores de estiva não foi pacífico" (3). Houve

(3) Madureira de Pinho, P. 1952. Notas à margem do problema agrário, Rio.



seríssimos conflitos, com diversas mortes, até que se organizasse em definitivo este sindicato.

Na Câmara Federal foi, ainda nesse ano, apresentado o projeto dos deputados Figueiredo Rocha e Rogério Miranda, fixando a jornada em 8 horas e, em casos de acidentes em serviço, que viessem a inutilizar o operário, ser-lhe pago 2/3 da diária. O projeto foi rejeitado e a comissão julgou-o "anarquista, subversivo e imoral".

"Se o período que vai de 1908 a 1912 se evidenciou por uma série de medidas de repressão policial e patronal bem sistematizada, também foi esse período de hábeis ensinamentos para o proletariado, que ganhou na adversidade inolvidável experiência. Também esse período se distinguiu por uma notável coincidência: a visita periódica de figuras representativas da intelectualidade mundial, de passagem para a Argentina e Uruguai, os dois vizinhos países em grande e intenso movimento cultural e social e onde começava a tornar-se sumamente aguda a luta de classes. Recebemos a visita de escritores, artistas, historiadores, publicistas, pensadores, criminalistas, políticos dos mais ilustres e em evidência na Europa: Enrico Ferri, Guglielmo Ferraro, Gina Lombroso, Anatole France, Belém Sarraga, Jorge Clemenceau, Jean Jaurés, Jules Guesde, Guido Podreca, — enfim, uma plêiade seleta dos mais autorizados e eruditos representantes do pensamento avançado da época, dando conferências no Rio e em S. Paulo e que tiveram o condão de movimentar os principais intelectuais brasileiros, a começar por Alcindo Guanabara, Sílvio Romero, José Veríssimo, Martim Francisco R. de Andrade e os espíritos mais adiantados e progressistas de todo o país, com o concurso caloroso e entusiasta da massa popular, que acorreu não só à chegada desses visitantes, mas também aos teatros, tôdas as vezes que se anunciavam conferências, demonstrando assim que o povo brasileiro não ficava recuado dos demais povos esclarecidos e vanguardeiros do mundo" (4).

#### 4) Congresso Operário.

Em novembro de 1912 realizou-se no Rio, no Palácio Monroe, dos dias 7 a 15, um congresso de pelegos sob a égide do Governo. Tomou o nome de IV Congresso Operário Brasileiro, não nos sendo possível apurar a que outros três anteriores se refere. Houve muito discurso demagógico, promessa de melhores salários, de jornada de 8 horas de trabalho, etc.; tudo feito sob a orientação do deputado Mário Hermes da Fonseca, filho do presidente da República, logo aclamado presidente de honra da Confederação Brasileira do Trabalho, criada durante o Congresso. A classe operária não se deixou confundir, respondendo aos apelos com total indiferença. Numerosas teses foram debatidas e aprovadas. No encerramento fundou-se a Confederação Brasileira do Trabalho, como Partido Político, cujo fim seria o de "promover por todos os meios eficazes o melhoramento contínuo, intenso, rápido e indefinido das condições econômicas, sociais, intelectuais e morais do proletariado". Fizeram-se representar 57 entidades, entre federações, uniões, sindicatos, ligas e centros. Sobre o conclave editou-se um livro: "Confederação Brasileira do Trabalho. 1913. Conclusões do IV Congresso Operário Brasileiro. Rio".

Essa confederação organizou o seguinte programa de ação política:



1 — Nacionalização do operariado, criando-se um vasto Partido Político Operário, com sede na Capital da República e Comitês Regionais em todos os Estados e Cidades de grandes indústrias no Brasil.

2 — Trabalhar ativamente para que o dia normal de 8 horas de labuta diária de todos os operários e trabalhadores no Brasil seja uma realidade.

3 — Conseguir a instrução primária obrigatória.

4 — Batalhar para que o govêrno federal consiga dos governos estaduais medidas imediatas para a construção de casas para operários.

5 — Solicitar providências enérgicas para que os operários possam, com facilidade, tornar-se eleitores e as eleições sejam simplificadas e sempre a expressão das urnas.

6 — Procurar unificar o operariado para que tenha sempre em mira concorrer para: a — abolição de todos os monopólios; b — abolição de todos os privilégios; c — decretação do impôsto territorial sôbre a grande propriedade; d — impôsto sôbre o capital morto; e — gravar pesadamente os objetos e artefatos de luxo importados; g — diminuir, até extinguir, impostos sôbre gêneros alimentícios e matéria-prima destinada às indústrias progressivas ou a criar no País; h — instituição de comitês ou assembléias revisoras de salários; i — organização de sindicatos obreiros, a que incumbam trabalhos públicos e particulares; j — criação de caixas de proteção e auxílio comum para a defesa dos interesses das corporações operárias; k — instituições de corporações protetoras dos velhos, das mulheres e das crianças; l — direito de aposentadoria aos operários do Estado, atendendo-se à idade, tempo de serviços prestados, natureza dos ofícios e grau de competência de cada um; m — direito à pensão a todos quantos se invalidem em seu mister nas oficinas e trabalhos do Estado; n — responsabilidade criminal de todos os técnicos, patrões, mestres e contramestres, por abuso, imprevidência ou imperícia de que forem os operários vítimas de desastres; o — legislação atinente à defesa e amparo do operário nas fábricas e oficinas particulares ou empresários; p — legislação regulamentar sôbre o trabalho das mulheres e menores nas fábricas e oficinas, tendentes à sua extinção.

Contudo, êsse belo programa elocubrado pelos pelegos de então não foi pôsto em prática. Os 187 delegados que tiveram passagens gratuitas, etc., regressaram felizes do passeio fornecido pelo Govêrno, e nada mais fizeram.

### 5) II Congresso da C.O.B.

Em fins de 1912 a Confederação Operária Brasileira resolveu convocar novo congresso sindical, de âmbito nacional. Em 2-10-1912, na sede da Federação Operária do Rio de Janeiro, reuniram-se os delegados de sindicatos do Rio, para traçar normas e receber sugestões e planos para o futuro congresso. Para propaganda e preparo reeditaram, a partir de 1-1-13, "A Voz do Trabalhador", quinzenário que atingiu a considerável tiragem, para a época, de 4.000 exemplares. Os centros operários de todo país começavam a lutar contra o projeto de lei que expulsava os estrangeiros, principalmente se eram operários militantes em sindicatos. A C.O.B., ante a lei ignominiosa, convocou os operários para um comício simultâneo, em 24-3-13, no Rio e em diversas cidades gaúchas e mineiras, assim como em Santos e São Paulo. Os operários foram então esclarecidos sôbre a situação, aproveitando-se para falar no próximo congresso. Foram ainda, enviados pela C.O.B., delegados a



Portugal, Espanha e Itália, para que lá soubessem o que se passava no Brasil em relação aos emigrantes; mostraram que a propaganda feita nesses países para atrair novas levas de trabalhadores, operários e camponeses, para o Brasil, era falaz a respeito da decantada liberdade democrática. Apesar de todas as manifestações, o projeto foi rapidamente aprovado e expulsos do Brasil dezenas de trabalhadores; antes mesmo de ter chegado às mãos presidenciais para aprovação, o governo expulsava operários estrangeiros esclarecidos, capazes de orientar seus companheiros nas lutas pelas reivindicações, não como agitadores ou revolucionários, mas como ladrões!

Ao mesmo tempo em que prosseguia na organização do congresso, a C.O.B. promovia comícios de protesto contra o crescente aumento do custo de vida, em diversos Estados do Brasil. No Rio, foram feitos cerca de 15 comícios em bairros e, finalmente, um comício-monstro no Largo de São Francisco, em 16-3-1913, do qual participaram mais de 10.000 operários; ao terminar organizou-se um grande desfile que percorreu as principais ruas do centro da cidade. O aumento do custo de vida, as condições de trabalho, certos sinais de crise, toldavam a paz na classe operária e forçavam-na a lutar por seus interesses mais rudimentares.

O Congresso realizou-se no Centro Cosmopolita de 8 a 13 de setembro.

A seção inaugural do II Congresso da C.O.B. foi em 8 de setembro de 1913, no Rio, sendo secretário-geral Astrojildo Pereira, militante sindical. Aderiram ao Congresso duas Federações Estaduais, 5 Federações locais, 54 sindicatos, sociedades e ligas; e 4 jornais operários.

117 delegados de vários Estados do Brasil (Amazonas, Pará, Minas, E. do Rio, S. Paulo, R. G. Sul e D.F.) reuniram-se e realizaram uma reunião memorável, traçando normas de conduta e de unificação para as lutas futuras. Se bem que o Congresso não desse os frutos desejados, foi um grande passo para maior estreitamento dos laços da união operária e serviu para orientação nos futuros e próximos embates em prol da paz, de melhores salários, de jornada de trabalho, etc.

Na constante luta pela paz, os congressistas aprovaram a moção: "Considerando que as guerras, com todos os seus horrores, são a seqüência lógica das ambições burguesas em detrimento exclusivo da classe trabalhadora, que é a única que vai derramar o seu sangue na defesa de sinistros interesses que não lhe pertencem, o Congresso aconselha ao proletariado do Brasil para, em caso de guerra externa, declarar-se em greve geral revolucionária". Seria a transformação da guerra externa, imperialista, na guerra interna revolucionária, sob a forma de greve geral, que poderia levar ao sistema anarco-sindicalista, como era desejo dos mais combatentes congressistas.

#### 6) Período de 1913-14.

Em 1913 continuou agitado o movimento operário, com greves reivindicatórias de melhores salários, reuniões e comícios em defesa dos interesses de classe, sobressaindo o já citado Congresso da C.O.B.

O 1.º de Maio foi comemorado em diversas cidades, em comícios ou reuniões em ambiente fechado, sendo o tema principal o protesto contra a famigerada Lei Adolfo Gordo. No Rio, a Federação Operária realizou no Largo de São Francisco, gigantesco comício, falando numerosos oradores; à noite, na sede da Liga Operária do Distrito Federal, houve sessão solene muito con-



corrida, sendo orador oficial o jornalista e militante sindical Orlando Corrêa Lopes.

Em S. Paulo, como no ano anterior, comício matinal, organizado pela União dos Canteiros, no Salão Celso Garcia, à rua do Carmo; terminado o comício, os operários em perfeita ordem desfilaram pelas ruas principais da cidade. À noite, por convocação da União de Ofícios Vários, houve outra comemoração no Salão Alhambra. Em Santos também realizou-se brilhante comemoração: as 2 horas da tarde grande comício na praça Monte Alegre, usando da palavra numerosos líderes sindicais, dentre eles Eládio Antunha, Manuel Campos e Manuel Perdígão; em seguida, cerca de 10.000 pessoas desfilaram pelas ruas centrais da cidade entoando "A Internacional", "Filhos do Povo" e "Primeiro de Maio". No interior do Estado de S. Paulo, diversas cidades realizaram desfiles e comícios, sobressaindo Amparo, Campinas, Cravinho, Jaú e Ribeirão Preto.

No Estado do Rio, a Liga Operária Petropolitana realizou um comício, seguido de desfile, que foi muito concorrido. Também em Niterói houve ato público.

Em Minas Gerais algumas cidades comemoraram o 1.º de Maio na sede de sindicatos, como ocorreu em Belo Horizonte, Juiz de Fora e S. João Del-Rei.

Durante todo o ano, até a realização do Congresso da C.O.B., continuou a luta tremenda contra a Lei Infame, Lei Adolfo Gordo, que determinava a expulsão sumária dos trabalhadores estrangeiros que se imiscuissem em organizações sindicais. Para os nacionais aplicar-se-ia os dispositivos dos artigos 205, 206 e 304 do Código Penal, com seus parágrafos e itens, acrescidos do revigoreamento dos decretos 1.162, de dezembro de 1890, e 6.994, de 19-6-1908. De um modo geral todo militante poderia facilmente ser taxado de agitador. Reagindo à Lei Infame a C.O.B. organizou diversos comícios: no Rio o Ato de Protesto foi em 1-6-13, onde numerosos oradores fizeram acusações candentes ao governo e à maioria parlamentar que tentava sufocar o movimento sindical incipiente; sobressaíram, em suas acusações, os líderes sindicais Cecílio Vilar, João Gonçalves, Leal Júnior e Orlando Xavier, sendo ainda muito aplaudido o jornalista Orlando Corrêa Lopes. No Estado de S. Paulo, onde eram numerosas as organizações operárias, realizaram-se também comícios de protesto, sobretudo, em S. Paulo, Santos (dissolvido violentamente pela polícia), Jundiaí, Campinas, Rio Claro e Ribeirão Preto.

Em 1914 os industriais brasileiros, mormente os paulistas, aproveitando a crise que se acentuava paulatinamente desde o segundo semestre de 1913, abalando o preço do café e dificultando a expansão de outros produtos, resolveram dispensar operários, diminuir salários e aumentar a jornada de trabalho. Pelo visto aos operários cabia a culpa dos abalos sistemáticos do mundo capitalista. Em fevereiro começou a dispensa em massa dos operários de numerosas indústrias; ficaram desempregados gráficos, pedreiros, pintores, chapeleiros, tecelões, marceneiros, sapateiros, etc. As fábricas de tecidos do Rio, S. Paulo e Minas, diminuíram muito a produção, algumas só funcionando três vezes por semana.

A vida cada vez mais difícil levou o operariado paulista a realizar um grande comício de protesto, no bairro de Bom Retiro, em 8 de março, sendo orador principal o conhecido jornalista e anarquista Oreste Ristori.



Proseguiram freqüentes manifestações operárias contra as dificuldades de vida cada vez maiores. Eram reuniões, comícios, manifestos, volantes, etc., que se sucediam. O operariado se sentia sufocado. No Rio, um comício realizado em 15 de agosto, contra a alta dos gêneros alimentícios, degenerou em assalto aos armazéns de trapiche, em busca de alimentos, não conseguindo a polícia conter a multidão exaltada. Por sua vez, o Comitê Proletário de Defesa Popular, convocou o povo paulista para um comício em 26 de agosto, no salão Celso Garcia, a fim de protestar contra a carestia crescente. A polícia dissolveu a bordoadas o comício, realizando ainda numerosas prisões. Nos bairros proletários paulistas, como Brás, Moóca, Belenzinho, Lapa, Bom Retiro, fizeram-se comícios relâmpagos, no dia 13 de setembro; os industriais começaram a especular, surgindo fortunas rápidas, mas o povo sofria faminto e desempregado. A polícia dissolvia as reuniões e comícios de protesto, violentamente. A indignação popular crescia; a 18 de novembro a União Geral dos Trabalhadores, de São Paulo, que reunia diversos sindicatos, lançou um manifesto citando o povo em geral para organizar-se a fim de combater eficazmente a exploração capitalista.

Novas organizações operárias continuaram a surgir; os empregados de restaurantes, bares, confeitarias e cafés fundaram em 11 de abril, em S. Paulo, sua organização de classe denominada A Internacional; em Poços de Caldas, Minas, fundou-se, em 10 de julho, a Liga Operária, filiada à Federação Operária; em Uberlândia, Minas, fundou-se em agosto, a Liga Operária, que se filiou à Confederação Operária Brasileira.

A polícia continuou agindo com violência contra o proletariado e seus sindicatos. Em 25 de maio prendeu os dirigentes da União dos Trabalhadores Gráficos de Belém do Pará, e os enviou para o Rio; foram apontados como elementos extremistas, agitadores, etc. No decorrer do ano (26 de agosto), houve em Santos o julgamento dos líderes sindicais Adolfo Anta e Manuel Perdigão que, apesar de toda a pressão dos patrões para que tivessem um castigo exemplar, capaz de atemorizar o operariado, foram absolvidos. Famosos advogados paulistas foram contratados para tentar condenar os dois operários. Em vão; a defesa foi feita pelo jornalista e advogado Benjamin Mota, conseguindo absolvê-los.

Numerosos foram os comícios realizados no decorrer do ano. Como sempre, o 1.º de Maio foi comemorado em diversas cidades. No Rio, não se realizou o tradicional comício do Largo de São Francisco, que fôra previamente ocupado pela polícia. A massa popular reuniu-se dentro e em frente à Federação Operária, na rua General Câmara, onde, das sacadas, diversos oradores falaram ao povo. A polícia, sabedora do comício, dirigiu-se para lá, invadiu a sede, agrediu populares, prendeu oradores, criando um conflito de grandes proporções; numerosos foram os presos e feridos.

No Largo da Sé, em S. Paulo, o comício foi concorridíssimo; os oradores protestaram contra a carestia de vida, alta dos gêneros de primeira necessidade, alta dos aluguéis, desempregos em massa, baixa de salários, etc. Foram feitas acusações violentas aos capitalistas e ao Estado que só aos primeiros protegia. Em Petrópolis, E. do Rio, a Confederação Operária iniciou um comício, logo dissolvido pela polícia, que prendeu o representante da C.O.B., Elias da Silva.



Polônia, 1959

Dentre todas as Democracias Populares, que se rebelaram contra as deformações do socialismo, é certamente a Polônia, a que mais progrediu no caminho da desestalinização. Infelizmente, dificuldades lingüísticas, entre outras, impediram até agora que se conheça melhor, no Brasil, as frutíferas discussões realizadas naquele país, durante os últimos anos, em torno das experiências do passado e sobre o futuro do socialismo.

Pretendemos contribuir para remediar essa falha, apresentando aos nossos leitores dois trabalhos, um teórico e o outro literário, mas que no fundo tratam do mesmo assunto e que dão uma idéia dos argumentos e temas levantados. Tanto o "Socialismo contra Mitologia", quanto a "Crítica do Poema para Adultos" foram divulgados em publicações lançadas pelas edições do Estado da Polônia.

## Socialismo Contra Mitologia

WLADISLAW BIENSKOSKI

Encontramos, ainda, indivíduos que preferem calar-se, ou que, inconscientemente, admitem que tudo o que se faz em nome do socialismo é justo. Nós somos responsáveis pelo fim para o qual tendemos. Mas é como se este fim inatacável nos liberasse, de alguma maneira, de toda responsabilidade pelos acidentes ocorridos no caminho. Como se a *santidade* do fim se projetasse para trás e justificasse os meios.

Não se trata, contudo, de utilizar ainda uma vez a antiga máxima do fim justificando os meios, que é apenas um caso extremo e particular desta atitude. Trata-se sim de outra coisa. Esta atitude, com efeito, parece atribuir aos meios que empregamos, um caráter metafísico e irracional, não levando em conta a necessidade de confrontar continuamente os métodos aplicados, com a realidade objetiva, que nos faz agir, negligenciando o controle incessante da eficácia de nossa atividade.

Pode-se anumerar dois fatores *genéticos* que determinam esta atitude. O

primeiro, que se pode chamar sociológico, é a convicção historicamente fundada, de alguma maneira, segundo a qual é necessário submeter a maior parte da sociedade às mudanças operadas nas estruturas sociais e econômicas. A maior parte, aí incluídas as classes no interesse das quais se processam esta mudança — sob a ação conjugada do hábito, do tradicionalismo, de uma reticência espontânea para tudo o que é novo e da ação conjunta das classes hostis às mudanças — lhes opõem sempre uma resistência mais ou menos confessa.

No correr dos séculos, as massas aprenderam a desconfiar dos políticos e dirigentes; disto somos agora os tributários, e, para ser sincero, é necessário confessar que não temos feito grande coisa até o presente, para mudar este estado de espírito. Em definitivo, estas apreensões bastante fundadas, da maioria social, fazem com que os políticos se creiam, frequentemente, autorizados a levar em conta apenas



uma parte da opinião crítica das massas pretendendo que o restante seja apenas o efeito de seu conservantismo inato senão, de uma atitude francamente retrógrada.

Isto pode ter suas consequências graves e perigosas.

Os escrúpulos se esfumam e o freio que a opinião pública constitui para os atos inconsiderados e falsos, cessa pouco a pouco de funcionar. Este estado de coisas arrisca produzir dissensões (e os produz mesmo inevitavelmente), de toda sorte entre os dirigentes e o povo — conduzindo a uma situação contrária, por definição, aos princípios do marxismo e ao regime socialista. Em uma tal situação, o problema de salvaguardar a relação racional entre o fim que se persegue e os meios pelos quais se os persegue (entre o futuro, postulado e a realidade concreta de cada dia), é apenas o resultado do acaso, dependendo apenas do talento individual de certos dirigentes, de seu senso de responsabilidade, de sua sabedoria e previdência, sobre a qual, como a história nos ensina, não se pode prever nada. Por outro lado, quando cessamos de levar em conta a opinião pública (mesmo se, no início, tivéssemos as melhores razões do mundo) uma vez engajados neste caminho, vemos que a marcha ulterior dos acontecimentos obedece a uma dinâmica própria.

Torna-se, então, extremamente difícil freiar ou fazer uma volta, cada volta é acompanhada, necessariamente de um choque brutal.

O segundo fator em questão é puramente mitológico. Consiste em considerar o termo "socialismo" como suficiente a si mesmo e não necessitando de ser continuamente confrontado com a realidade. "Socialismo" torna-se, *a priori*, sinônimo de "melhor", "mais elevado", "mais perfeito" e nos cremos dispensados de dever procurar o que é efetivamente melhor em certo fenômeno

qualificado como socialista. E desde que temos, naturalmente, tendência a generalizar, a pretender que tudo o que ocorre ou exista em um Estado Socialista, seja necessariamente socialista, nos vemos assim diante de cruéis desenganos na vida social. Disto provêm frequentemente as situações em que os militantes do socialismo pregam a excelência de um fenômeno, a despeito da opinião reticente e frequentemente crítica das massas. E, nesta situação, em lugar de trabalhar para tornar mais claro aos olhos de todos a excelência de tais fenômenos, nos contentamos apenas em reforçar a propaganda.

Enquanto se desenvolvia o movimento revolucionário, *elementos* saídos das utopias pré-marxistas, cujas variedades ocorreram com frequência no século 19 penetram subrepticamente, ou foram conscientemente introduzidas na teoria Marxista.

As especulações teóricas, com respeito ao desenvolvimento da futura sociedade socialista, de seu caráter etc., eram outros tantos fatores propícios à floração das plantas da utopia. Uma das primeiras deformações do Marxismo foi crer que os princípios teóricos estabelecidos por Marx e Engels constituíam uma base suficiente para a elaboração, *a priori*, de uma concepção do Estado Socialista como tal.

Outra deformação do Marxismo foi crer que o Estado Socialista realizaria uma liberdade quase absoluta e resolveria, por definição, todos os conflitos entre os indivíduos e a sociedade. E mesmo a *inversão* desta utopia, por Lenin, em razão de sua tese sobre a "ditadura do proletariado", enquanto etapa intermediária indispensável, não resolveu todos os problemas práticos do poder socialista, os quais não poderiam sê-lo senão em circunstâncias históricas concretas. Esta mesma "ditadura do proletariado" pode e deve se revestir de formas sociais diferentes em um país



provido de longa tradição democrático-burguesa e avançado economicamente, daquelas de que ela se revestirá em um país que não seguiu a mesma curva do desenvolvimento.

A convicção puramente mitológica e, entretanto, fortemente espalhada entre os militantes da revolução social — segundo a qual a queda do capitalismo marcaria uma linha fronteira, além da qual tura seria diferente, além da qual velhas leis cessariam de ser aplicáveis, a sociedade mudaria e os homens também — se demonstrou bastante perigosa. A luta heróica pela revolução, luta que tem feito tantas vítimas, criou miragens, levou os homens a creem que no momento em que o poder fosse tirado aos capitalistas tudo mudaria como por encanto.

Era uma atitude puramente fideísta, baseada na fé, na propriedade mágica da palavra "socialismo". Foram necessárias experiências difíceis e por vezes cruéis, nos primeiros anos de realizações, para que se compreendesse que a edificação do socialismo não é um salto no desconhecido, onde as leis da gravitação não têm mais vigência, em um mundo onde a matéria social torna-se perfeitamente maleável e submissa às transformações que lhe infligem os homens.

As leis do desenvolvimento econômico, as leis das transformações estruturais e a vida social permaneceram as mesmas que devemos ao gênio de Marx e que este queria empregar na racionalização e na precipitação do desenvolvimento social. Numa palavra, a revolução social não constitui ainda, por si mesma, um salto no "país da liberdade absoluta", nem para "governados", nem para "governantes". Hoje chega-se mais e mais à convicção de que há mesmo uma cousa de comum entre capitalismo e socialismo — é que em cada um destes é necessário trabalhar bem. (Durante muito tempo, muitos creram que

no regime socialista o bom trabalho podia ser substituído vantajosamente pela "boa-vontade", "uma atitude socialista" e outras frioleiras deste gênero).

É verdade que o regime socialista oferece possibilidades novas de aumentar consideravelmente a efetividade do trabalho humano e do esforço social (por razões demasiado longas para se enumerar). Mas oferecer possibilidades não significa, de maneira alguma, provocar estas possibilidades. Trata-se pois, de explorá-las.

Quando se lê hoje os prognósticos e previsões dos políticos e economistas de 1948 (quando defrontávamos o primeiro plano sexenal), o que salta aos olhos é o seu romantismo utópico, por vezes desarmante. Descobre-se aí, mais de uma vez, a convicção de que nos libertamos, uma vez por tôdas, das leis da gravitação e que podemos já atingir níveis tão elevados quanto queiramos, ou quase.

Hoje sabemos que as leis do desenvolvimento econômico numa sociedade socialista não diferem nada das que observamos na sociedade capitalista (segundo nos ensina Marx) com a única e tremenda diferença que o caminho do desenvolvimento social foi desembaraçado de numerosos obstáculos, tornado mais cómodo, mais praticável, que o motor do desenvolvimento, em vista disso, foi decuplicado. Mas isto não quer dizer que todos os obstáculos foram eliminados — alguns obstruem ainda o caminho e nós adicionamos às vezes outros.

É um resíduo desta atitude utópica e mitológica em relação ao socialismo, que poderíamos observar após a revolução socialista e que às vezes podemos observar ainda hoje, com respeito à impaciência que caracteriza um grande número de militantes. Eles querem transformar tudo o mais rapidamente e as resistências que lhes oferece a matéria social e o ritmo mais lento, a seu



ver, destas transformações, colocam-nos freqüentemente em um estado de irritação extrema.

É um problema de importância prática e que não se deverá superestimar. Com efeito, quando se considera uma transformação realizável em cinco ou vinte anos, serve-se de meios diferentes, empregam-se métodos diferentes.

Decidir sobre o tempo indispensável às transformações e particularmente no domínio da consciência social — a ideologia e a cultura — as formas de vida social, traz implicitamente o perigo da convicção idealista, segundo a qual podemos transformar à vontade estes fenômenos independente das condições materiais que ocasionam sua formação.

Quanto erros e tolices não foram cometidos, não cometemos nós em particular, em relação a esta convicção idealista, errônea, de que atualmente tôdas as transformações (sobretudo no que concerne à consciência) não são mais de que questão de boa-vontade.

Cometíamos e cometemos ainda faltas graves ao querer acelerar o desenvolvimento do socialismo além das leis de seu desenvolvimento. Quantas vezes não nos contentamos com as aparências, quantas vezes não exibimos com arrogância a conta credora de nosso livro de contas, fechando os olhos à nossa conta devedora? É a todos estes impacientes que Lenin se dirigia ao escrever: "é preferível menos, mas melhor". O *melhor* na contabilidade de Lenin, significa precisamente *mais* — não o *mais* ilusório de hoje, mas o *mais* verdadeiro de amanhã. Hoje ainda, em mais de um militante se percebe a impaciência, quando não a irritação, ao constatar que nem tudo se desenvolve segundo planos pré-fabricados. Freqüentemente se procurou explicar estes equívocos pela luta de classes. Seria interessante analisar mais de perto o fenômeno complexo e extremamente importante para a nossa prática, que é a

luta de classes, mas aqui nos contentamos em afirmar que, mais de uma vez, ela se revestiu do caráter de uma causa mítica, bem cômoda para explicar tudo o que, na dinâmica da vida social, parecia incompreensível e pouco claro (ou por vezes desagradável de constatar). Quantas vezes esta fórmula não serviu para nos desculpar de nossas faltas e erros, quantas vezes não nos dispensou ela de lhes pesquisar as causas mais profundamente?

A prática que consiste em envolver por mitos os fenômenos e noções tem conseqüências sociais. Temos em vista dois processos: o primeiro consiste em destacar as generalizações do contexto verificável que constitui a realidade e o segundo ao contrário, em formular diretrizes práticas com base nestas construções "puras", livres de todo empirismo terreno.

A linguagem é a melhor peça de convicção deste esfumaçamento de noções. A palavra de ordem que lançamos à nação: "Nós construímos o socialismo" é seguramente comovente e grandiosa. É a abreviação metafórica de um grande programa de mudanças em todos os domínios da vida social, de um programa de transformações decisivas das condições materiais de nossa existência e das relações sociais. O conteúdo concreto desta noção está explícito nos planos de ação detalhados, aplicáveis hoje ou amanhã.

Há perigo, onde esta grande generalização começa a substituir os conteúdos detalhados, quando empregamo-la onde são necessárias diretrizes concretas. É então que a noção do socialismo vem em socorro de nossa preguiça, ou incompetência, de nossa pusilanidade ou ignorância.

Quantas vezes ela nos dispensa da análise crítica de certo setor da realidade ou de alguma conseqüência de nossos atos, quantas vezes ela nos dispensa pura e simplesmente de pensar.



Quantas exposições, discussões, diretrizes, se reduzem freqüentemente ao seguinte esquema: Qual é, para nós, a tarefa mais urgente? — A construção do Socialismo. Em que sentido queremos transformar as relações sociais? — Em um sentido socialista. Por meio de que métodos? — Por métodos socialistas. Como educar a nova geração? — De maneira a fazê-los construtores do socialismo. Qual é o nosso ideal educativo? O ideal socialista etc., etc. Pode-se multiplicar os exemplos ao infinito — entre as respostas se encontrará também a resposta à pergunta: Qual deve ser a nossa literatura? Socialista é claro (e realista!).

Pode-se sustentar que isto é apenas uma maneira de falar, característica de nossa época, que é apenas um ritual de nossa vida. Infelizmente são múltiplos

os exemplos de situações onde este gênero de frase deveria bastar para todas as diretrizes; prática que alardeia as exigências da vida e ignora as leis da vida.

As vezes deseja-se conjurar os indivíduos a não abusar das palavras "socialismo" e "socialista". Seria tempo de formular outra coisa além de metáforas ou de generalizações, seria tempo de dizer o que convém fazer e como fazê-lo, seria tempo, enfim, de pensar!

Seria tempo de tapar as fendas através das quais a utopia que enxotada outrora, por Marx, do pensamento socialista, se infiltra de novo em nossa ideologia sob forma de nuvens míticas.

O marxismo plantou bem sólidamente em terra o pensamento humano, permitindo-lhe crescer e desenvolver-se. Cabe-nos preservar-lhe suas raízes.

## Crítica do Poema Para Adultos

ADAM WAZYK

Uma jovem mulher,  
velha comunista,  
levanta os braços e grita:  
tirem-me os farrapos dos dogmas  
e dêem-me um manto comum.

Cheia de feridas, despertou.  
Parecia estigmatizada.  
Brotam da sua testa gotas  
do sangue dos assassinados,  
nos cárceres da burocracia.

Nenhum bálsamo nos cura.  
Trago-te uma catarse  
e um manto comum.  
Infeliz —  
levanta os braços e grita:  
pasquim.

Os que se reúnem na tenda mais alta,  
os que domam serpentes,  
os que possuem cartões de entrada  
aos armazéns especiais,  
onde se vende cuecas bordadas  
com o dogma da infalibilidade,  
pensadores  
que geram teses  
jamaís compreendidas  
pelas massas,  
que nos dias comuns produzem  
70 mil questionários  
e nos feriados  
distribuem doces ao povo.  
Inquisidores,  
pregadores,  
carrascos,  
espartanos,



vistam as calças de gala.  
O Reino de Deus na terra  
começa  
daqui a duas semanas.

Há um último banquete:  
Leviatã com mostarda.  
Começa-se pelo rabo  
que o peixe fede primeiro na cabeça.  
E depois as comidas escolhidas:  
realismo socialista com cogumelos  
preparado  
no cume da super-estrutura.  
Repetir-se-ão os brindes:  
"Lutamos pela pureza das latas de lixo".  
Livres as discussões  
no mar do silêncio.  
Servirão depois  
tríplices melbas de pedra.

Uma moça de calças  
vem correndo  
diretamente do trabalho:  
— Dêem carne  
que estou morta de fome.  
Trabalho de dia,  
à noite me defendo.  
Já fiz dezesseis anos.

Abordei um poeta.  
Perguntei a hora.  
O poeta olhou o relógio.  
Que burro!  
São êsses os que escrevem poemas para  
[adultos?

Ele não me chega ao umbigo.  
Vou à rua,  
Vou à rua,  
seguida pela minha curta biografia:  
já fiz dezesseis anos.

Levanta-se aos poucos a cortina da  
[tenda.

Um homúnculo fanático  
publica a resolução:  
— a moça mente.  
Esse não é um apetite comum,  
seu ventre abriga diabos,  
lúcifers do desvio de direita,  
belzebús da reação pequeno-burguesa,  
capetas do cáos da intelectualidade.  
A moça está possessa.  
A moça rejeita melba de pedra.  
Exorcizemos o Satanaz.

Eles viviam da aurora  
e semearam a escuridão.  
Eles viviam da idéia  
e se afastaram do homem.  
Eles viviam do sonho  
e a mentira tornou-se o pão de cada dia.

Dos olhos medievais,  
das orelhas medievais,  
dos narizes medievais,  
dos cérebros medievais,  
dos métodos medievais  
o Partido libertará a corrente da  
[revolução,  
tornar-se-á um partido de Lênin.

## Livros e Revistas

FUNDAMENTOS, OBJETIVOS E BASES DO MERCADO REGIONAL LATINO-AMERICANO

*Pinto de Aguiar*

LIVRARIA PROGRESSO — EDITORA SALVADOR

AMÉRICA LATINA — O IMPERATIVO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

*Pinto de Aguiar*

LIVRARIA PROGRESSO — EDITORA SALVADOR

A tendência da economia para organizar-se em bases internacionais apresenta-se hoje como premente necessidade do desenvolvimento histórico dos povos. Mais do que uma necessidade, um imperativo, torna-se ainda para aqueles que, atrasados, precisam queimar as etapas e alcançar os cimos da civilização.

A Livraria Progresso Editôra, recentemente, lançou duas obras, do professor Pinto de Aguiar, estudioso dos assuntos econômicos, sobre os "Fundamentos Objetivos e Bases do Mercado Regional Latino-Americano" e "América Latina — o imperativo da integração econômica", positivando aquele princípio.

É uma utopia pensar no desenvolvimento independente do capitalismo nacional, como o de qualquer outro país da América Latina, precisamente numa época de concentração e centralização da economia mundial nas mãos de uns quatro ou cinco grupos financeiros dos Estados Unidos. É a própria burguesia que reconhece, como demonstram as resoluções votadas nas últimas conferências econômicas, a sua incapacidade e a impossibilidade da industrialização independente dos países da América Latina, aventando a idéia do mercado regional.

O professor Pinto de Aguiar reúne, nos "Fundamentos Objetivos e Bases do Mercado Regional Latino-Americano",

todos os documentos relativos à matéria e, em "América Latina — o imperativo da integração econômica", traça as linhas gerais da evolução histórica da economia continental, mostrando que "o grande problema da humanidade será mobilizar, no sentido da organização e da produtividade, o que equivale a dizer pelo planejamento, todos os seus recursos naturais e humanos".

Mas, poderá a burguesia latino-americana, raquítica e impotente, realizar essa tarefa de integração econômica e eliminar o desnivelamento entre os países subdesenvolvidos do continente e as nações mais adiantadas, particularmente os Estados Unidos, numa época de crise mundial do capitalismo

Já dizia Lênin que "o capital financeiro e os trustes não atenuam, mas, ao contrário, aprofundam a diferença entre o ritmo de crescimento das distintas partes da economia mundial". A confirmação mais brilhante daquela previsão de Lênin, feita no seu trabalho sobre o "Imperialismo — etapa superior do capitalismo", está nos "Estudos Econômicos da Operação Pan-Americana", publicado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Afirma o citado documento que "o padrão de vida dos povos subdesenvolvidos continuará a decrescer continuamente quando comparado com o dos demais povos". O produto nacional bruto, dos países industrializados e dos integrantes do bloco comunista vem subindo à razão de 4,5% ao ano, enquanto que o dos países subdesenvolvidos não ultrapassa 2,5%. O professor Pinto de Aguiar, aliás, ressalta, no prefácio ao "Fundamentos, Objetivos e Bases do Mercado Regional Latino-Americano", que a conclusão daquelas estatísticas é que "retardar-nos-emos, cada vez mais, no caminho para a civilização".

A tentativa da burguesia, expressa em estudos e conferências, de criar um



mercado regional como primeiro passo para a integração econômica latino-americana significa um esforço de internacionalização dos fatores de produção e superar algumas contradições do imperialismo. Revela, por outro lado, que já não se pode encarar o problema do desenvolvimento da América Latina em termos de Estado nacional.

O professor Pinto de Aguiar limita-se apenas a equacionar o problema. E subsiste a pergunta: poderá a burguesia latino-americana realizar essa tarefa ao crepúsculo do capitalismo?

Só uma classe que possa desenvolver uma solidariedade internacional e fazer a planificação econômica, para o aproveitamento de todos os recursos naturais e humanos, queimará as etapas que separam os países subdesenvolvidos da América Latina dos mais adiantados, preparando as bases para a integração universal.

Essa classe é o proletariado.

M. B.

## A TRAGÉDIA DA HUNGRIA

*Imre Nagy*

EDITORA SAGA — RIO DE JANEIRO

A memória de Imre Nagy, que a Editora Saga traduziu sob o título de "A Tragédia da Hungria", apresenta um valor puramente histórico, pelo seu sentido de luta contra a burocracia, mas falho do ponto de vista teórico e político. Nagy, ao combater o stalinismo, não se desprendeu dos seus princípios e, na luta contra Rakosi e Geroe, procura apoiar-se nas palavras de Kruchitchev, Molotov, Malenkov e Kagano-vitch. Queria mostrar que êle, e não os dirigentes da Hungria, era mais fiel ao Kremlin. Não pôde explicar, assim, porque, num país chamado socialista, se tornou possível o abuso do poder, o autoritarismo, a intolerância, o culto da personalidade, a fabricação de procosos contra camaradas, o clima de terror

e de desespero, provocado pela polícia política, que se transformava no órgão supremo da sociedade.

Nagy constatou um sistema de métodos brutais e previu que os dirigentes da Hungria levavam o povo à revolta. Mas a sua insuficiência ideológica o impediu de aprofundar-se numa análise do problema. As raízes da crise não se achavam na Hungria e sim na própria União Soviética, na degenerescência do Estado operário, instituído com a revolução de 1917. E, se havia alguma contradição entre o governo da Hungria e os interesses das massas trabalhadoras, é que algo estava errado. Tão errado que não se enquadrava nos esquemas do stalinismo.

Falho do ponto de vista teórico, não trazendo nenhuma contribuição ao estudo do stalinismo, resta à memória de Nagy o valor histórico. O documento fôra escrito antes do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética e do relatório secreto de Kruchitchev e Nagy já condenava, nos desmandos da camarilha Rakosi-Geroe, os métodos brutais do stalinismo. Uma voz que se levantava. Uma voz rebelde.

Nagy, ao tentar aplicar as suas teses, quando a insurreição o levou ao poder na Hungria, fracassou. Decepcionara as massas com a sua atitude débil, fraca e indecisa. Proclamara a neutralidade da Hungria, quando as tropas soviéticas já se encontravam fora de Budapeste e apelou para a ONU, para as potências burguesas, ao invés de dirigir-se ao proletariado internacional. Capitulara ante as forças da direita, que desvirtuavam o movimento de operários e estudantes contra a burocracia.

A sua execução, porém, transformou-o em mais um mártir da burocracia, integrando a lista, a imensa lista dos que tentaram limpar a bandeira do socialismo dos opróbrios que Stalin lhe legou.

M. B.

# Marxismo e Existencialismo

AUGUST THALHEIMER

August Thalheimer, doutor em filosofia, testamentário literário de Franz Mebring, foi um dos fundadores do "Spartakusbund" e do Partido Comunista Alemão. Rompeu com este em 1928, na fase da política ultra esquerdista imposta pelo stalinismo, tornando-se um dos dirigentes da Oposição Comunista Alemã, que pregava a frente única da classe operária contra a ameaça nazista. Quando Hitler tomou o poder, Thalheimer teve de emigrar, primeiro para a França e posteriormente, à Cuba, onde faleceu em 1948. Das suas obras foi traduzida para o português a "Introdução ao Materialismo Dialético", série de 6 conferências feitas inicialmente para estudantes chineses da Universidade de Berlim. O presente "Marxismo e Existencialismo" foi publicado pela primeira vez em português, pelo "Estado de São Paulo" em 1947, de cujo texto nos valem.

## MAIS CONFUSÃO, AINDA?

A análise crítica das mais recentes tentativas de completar o marxismo pela "fenomenologia", é tarefa ingrata, mas que se impõe.

Ingrata porquanto a filosofia burguesa depois de Ludwig Feuerbach deixa de encerrar conteúdo científico positivo (constituindo exceções a apreciação matemática da lógica e a apresentação e estudo críticos de material novo por parte dos historiadores da filosofia) e, conseqüentemente, essa análise crítica terá de se haver com moinhos de vento.

Os ensaios de enriquecimento "fenomenológico" do marxismo devem ser atacados de rijo, visto ameaçarem desnortear ainda mais as mentes no campo do movimento operário, já desorientadas pela própria confusão reinante neste após-guerra.

A crítica seguinte visa o artigo de Tran-Buc-Thao "Marxismo e Fenomenologia", publicada em "Revue Internationale", Paris, 11-2-46.

Importa, no caso, focalizar o discípulo e não os seus mestres: Husserl, Heidegger e Paul Sartre, por ter êle selecionado na fenomenologia precisamente o que lhe parece representar um complemento ao "marxismo ortodoxo", enriquecimento considerado necessário tanto teórica como praticamente. Poupa-se, assim, o trabalho de uma tal seleção. Além disso, a "fenomenologia" pura oferece menos pisco de confusão do que a que vem revestida de disfarce marxista.

Que o perigo não seja de pouca monta o evidenciam os dois primeiros números de "Revue Internationale". A linguagem do "existencialismo" aí se



manifesta, não sômente nos artigos dedicados ao assunto, mas também em muitos outros. Dir-se-ia que se confirma como moda literária na França, e aparentemente na Inglaterra, a "filosofia existencialista" que se vai apoderando dos intelectuais de ambos os países, sendo justo temer-se que tal fato tenha influência no movimento operário.

### OS VENCIDOS CONTAMINAM OS VENCEDORES

Se a filosofia burguesa posterior a Feuerbach não mais dispõe de conteúdo científico positivo (com as ressalvas mencionadas) tem entretanto, como ideologia, uma certa significação sendo sintoma de uma particular situação efetiva da burguesia e das necessidades dela decorrentes.

Explica-se, assim, o aparecimento da "fenomenologia" ou "existencialismo" na França e na Inglaterra após a derrota da Alemanha nazista.

Em resumo, e sem mais preâmbulos, tal aparecimento indica que o nazismo, embora militarmente vencido, contaminou seus adversários burgueses.

A apresentação de Heidegger, como o porta-voz do nazismo, faz-se necessária para os familiarizados com o assunto. Heidegger, porém, é o legítimo continuador de seu mestre Husserl. O próprio Husserl integra uma daquelas figuras tragi-cômicas da filosofia acadêmica alemã dos últimos vinte e trinta anos, as quais sem o saber e involuntariamente, mas de fato, prepararam o terreno ideológico para o nazismo, sendo posteriormente por êle vitimados, duma ou doutra forma. Havia igualmente — note-se — outros representantes da filosofia acadêmica alemã conscientemente reacionários e contra-revolucionários.

O contágio se processou por terem amadurecido, entre os próprios vencedores burgueses, as premissas sociais para o fascismo, devido à guerra e suas conseqüências.

### AS "ORIGENS" DO MARXISMO NÃO SÃO O MARXISMO

O autor, com argúcia instintiva, procura a ponte entre a "fenomenologia" e o marxismo nas "origens" do marxismo.

As "origens" em questão são de certo a fase feurbachiana de Marx e Engels, em sua evolução até a constituição de sua própria doutrina, fase a que o autor e outros "existencialistas" se reportam.

Segundo o testamento de Friedrich Engels a primeira formulação pública do materialismo histórico apareceu em "A Sagrada Família", no ano de 1845. Houvera, anteriormente, como explica Engels, uma fase "em que todos nós, por um momento, fomos feurbachianos". Em "Ideologia Alemã" (1846) Marx e Engels "prestaram contas de sua consciência filosófica". Significa isso que romperam radicalmente com todo o idealismo e tôda a ideologia, isto é, com tôda a filosofia como ciência isolada diferente da ciência positiva, da ciência natural e da história. Essa obra continha uma crítica da filosofia de Feuerbach (crítica que se perdeu). Por tal motivo, Engels, msis tarde, repetiu-a em seu opúsculo sôbre Ludwig Feuerbach.

Querer, atualmente, reportar-se à fase feuerbachiana no desenvolvimento de Marx e Engels é apenas uma tentativa, de conservar o marxismo na casca do ovo, que êle deveria romper, para se transformar no que hoje é.

Por que, então, não retroceder ainda mais nas "origens"? É sabido que Marx e Engels partiram de Hegel. Participaram, não como discípulos, mas como espíritos criadores, de todo o movimento crítico que indo de Hegel e Friedrich Strauss, aos Bauer e a Feuerbach levou-os ao seu próprio ponto de vista. Mas se se pretende fazer tôda essa ligação é mister que se saiba que assim não mais se trata do marxismo, e sim da filosofia idealista alemã e das diversas etapas e formas de sua desagregação, as quais, sem exceção, se detiveram, no idealismo, sendo portanto, filosofia burguesa.

### O PROGRESSO E A REGRESSÃO

Há, entretanto, uma diferença essencial entre o fato de terem Marx e Engels passado por tal fase na evolução do movimento histórico progressivo que levou ao materialismo dialético ou histórico, e à atitude de querer, decorridos cem anos, retroceder a tais etapas iniciais.

Na realidade não é possível voltar. "É impossível banhar-se duas vezes na mesma corrente". Aquilo a que se volta é bem diverso já do caminho percorrido pelos outros a seu tempo. No movimento de ascensão das referidas doutrinas o que importa são os seus elementos capazes de desenvolvimento, e é desprezado o envólucro destinado a se desfazer. Em "marcha ré" verifica-se o oposto, sendo a êsse envólucro que se atende. Necessariamente assim o é, mas, entretanto, as sementes passíveis de germinação o fizeram de fato constituindo uma doutrina nova, independente e viva. A afirmação é válida para tôdas essas "voltas": a volta a Fichte, a Hegel, e agora a Feuerbach. Igualmente o seria para uma volta às filosofias materialistas do passado, por exemplo, ao materialismo inglês ou francês dos séculos 17 ou 18.

Sabe-se que no ponto de retôrno de uma curva o movimento muda de direção.

### O PAPEL HISTÓRICO DO HUMANISMO DE FEUERBACH

Partindo do "marxismo ortodoxo", passando pela "fenomenologia" ou "existencialismo" e chegando ao humanismo de Feuerbach, o retrocesso demonstra claramente a reviravolta da direção do movimento, considerado sob o ponto de vista da luta de classe. O paralelo histórico do "existencialismo" com o humanismo de Feuerbach em relação ao papel de ambos nas lutas de classe de suas épocas o esclarece nitidamente.

Observamos primeiro o papel histórico do humanismo de Feuerbach nas lutas de classe de seu tempo e meio. A doutrina de Feuerbach surge e se desenvolve na Alemanha na última fase da preparação da revolução burguesa em transição para a verdadeira luta revolucionária. Um aspecto sintomático é o fato de continuar Hegel sendo professor acatado da Real Faculdade Prussiana de Berlim, o "filósofo do Estado prussiano", ao passo que tanto Bruno Bauer como Ludwig Feuerbach já não se enquadravam no ambiente da burocracia acadêmica.



A doutrina de Feuerbach foi o mais avançado reduto ideológico do campo burguês daquela época. Era a pequena burguesia democrática e revolucionária da Alemanha que ocupava esse posto avançado. A doutrina de Feuerbach é a ideologia que corresponde à pequena burguesia nessa determinada fase da luta de classe na Alemanha. Essa pequena burguesia era a classe mais numerosa na Alemanha da época. O proletariado ainda é fraco em número e em consciência de classe. Ele aparece então praticamente como força propulsora e crítica da revolução burguesa, embora já tivesse formulado através de Marx e Engels seu próprio objetivo de classe, o qual ultrapassa a sociedade burguesa.

O rompimento de Feuerbach com a religião oficial, o seu materialismo, foi uma declaração de guerra à classe dominante da época, ao Estado semi-absolutista existente e à sua máquina administrativa, da qual a Igreja era parte essencial. Essa pequena burguesia sentiu-se, como nos tempos anteriores à Terceira República na França, a representante de todos os interesses revolucionários de todas as classes, ou do interesse da revolução burguesa acima das classes. Por isso, o "homem" torna-se centro da doutrina, abstraindo-se as diferenças de classe no próprio campo revolucionário, de um lado, da grande burguesia, e de outro, do proletariado. O homem feuerbachiano sem história, livre das classes, é a expressão geral dessa situação. O "amor" é o cimento moral que deve manter unido o campo revolucionário. As reivindicações comunistas do próprio proletariado foram reduzidas ao amor generalizado entre todos os seres humanos. Isto é, as arestas revolucionárias das reivindicações específicas do proletariado foram assim aparadas e rebalxadas ao nível pequeno-burguês. O materialismo de Feuerbach é somente um materialismo das ciências naturais. No campo das ciências sociais, da História, não era capaz de superar o idealismo. Essa superação só é possível de um ponto de vista crítico no tocante à propriedade privada, categoria fundamental da sociedade burguesa, ponto de vista que considere essa propriedade privada como fenômeno histórico, isto é, transitório e a própria sociedade burguesa como um fenômeno histórico cujo princípio traz em si próprio o seu fim. Só encarado desse ângulo torna-se compreensível o mecanismo da sociedade burguesa, e se consegue uma perspectiva da possibilidade de dominação material da vida social em conjunto. Só assim é possível a aplicação de um materialismo conseqüente à natureza e à sociedade.

A pequena burguesia não é capaz de dar semelhante passo, mesmo em sua fase mais progressista e revolucionária. Para ela a propriedade privada não é uma categoria histórica, isto é, temporária, mas natural, isto é, eterna. Não se consegue pular por sobre a própria sombra. Assim ela não pode romper completamente com o idealismo. Daí vemos em Feuerbach a negação da religião oficial, mas não da própria religião; a condenação da moral oficial, porém não a de certos preceitos morais "eternos". A eternidade da propriedade burguesa corresponde à eternidade da "moral" — da "moral humana" — entende-se — e a incapacidade de transpor os limites do idealismo filosófico. Para a pequena burguesia a revolução representa a realização e a manutenção da propriedade privada em geral, a restauração da propriedade privada pequeno-burguesa e particular, ameaçada de um lado pela grande burguesia e de outro pelo proletariado.

A expressão filosófica da expropriação da propriedade pequeno-burguesa é "alienação" (Entfremdung), e a de sua restauração "reapropriação" (Wiederaneignung). Tais categorias são especificamente pequeno-burguesas. Se Marx de início se utiliza de tais categorias não o faz como comunista amadurecido, mas como feuerbachiano em vias de se tornar comunista.

Para Marx essas categorias "alienação" e "reapropriação" representavam etapas transitórias no desenvolvimento para o comunismo: da "reapropriação" individual para a social, o que realmente implica em negação da propriedade burguesa. Se os "fenomenologistas" estão novamente ciscando no velho lixo filosófico para reviver aquelas categorias, trata-se efetivamente de restaurar e manter a propriedade pequeno-burguesa, a qual se debate, agora, entre dois fogos cruzados.

A diferença assinalada não é apenas subjetiva, mas baseia-se no fato de há cem anos estar a revolução burguesa na ordem do dia, enquanto que hoje na Europa central e ocidental o ciclo da revolução burguesa já terminou, e só é possível a revolução socialista.

### AS NECESSIDADES IDEOLÓGICAS DO PEQUENO BURGUES PROLETARIZADO

O autor não deixa dúvida de que no enriquecimento ou correção "fenomenológica" do "marxismo ortodoxo" se cogita das necessidades do "pequeno burguês proletarizado" e das "camadas aburguesadas" do proletariado (mais acertado seria dizer camadas pequeno-aburguesadas), porquanto o "marxismo ortodoxo" corresponde às necessidades das camadas pauperizadas do proletariado do capitalismo inicial.

Para tais camadas quais são as falhas do marxismo ortodoxo?

"A desvalorização sistemática da ideologia", como diz o autor, "deixa-os saudosos dos valores da tradição. Daí a traição constante dos quadros pequeno-burgueses nos momentos decisivos da ação, que acarreta o fracasso das revoluções européias". Max e Engels teriam negligenciado a elaboração de uma ideologia para a sociedade socialista. "Uma obra dessa natureza teria interessado a pequena-burguesia", prossegue o autor, "mas ela permaneceu, por sua situação objetiva, demasiado ligada ao capital para que se pudesse esperar conquistá-la como classe. Marx, por seu turno, pensador prático, tinha de concentrar toda sua atenção na infra-estrutura".

Hoje, entretanto, todas essas camadas tomam consciência de sua situação "objetivamente revolucionária" devido às crises econômicas e às guerras. "Mas o êxito de semelhante tarefa (conquistá-las para a revolução socialista) acha-se comprometido pela incapacidade do marxismo clássico para satisfazer as aspirações das novas camadas revolucionárias que se orientam em direção do absurdo de um socialismo mais ou menos idealista". "Impõe-se uma revisão precisamente pelas exigências da prática".

### A REVISÃO "FENOMENOLÓGICA" DO MARXISMO

Se examinarmos mais detidamente essa revisão descobriremos:

1) — Uma nova variante do idealismo subjetivo — Após essa pomposa explicação do absurdo do socialismo idealista poder-se-ia esperar uma posição



materialista indubitável. É precisamente o contrário que fica patente. Ao mesmo tempo tenta o autor dar à teoria uma aparência de materialismo. Sucede assim, com os adeptos da "fenomenologia" a desgraça de se tornarem vítimas duma mania em voga entre muitos filósofos: a de trocar as expressões da linguagem comum pelos seus antônimos. Sabe-se, por exemplo, que em Hegel aquilo que, na linguagem comum, é denominado concreto, isto é, o objeto isolado, sensorial e material, se chama "abstrato"; e o que a linguagem comum denomina de abstrato, isto é, a generalização, obra do pensamento, é chamada de "concreto". Cita, então, o autor com grande satisfação a palavra de ordem do seu mestre Husserl: "às coisas em si" ("Zu den Sachen selbs").

Consideradas mais de perto, essas "coisas em si" revelam-se como sendo os nossos bem conhecidos "objetos da consciência", as "coisas" tal como aparecem no pensamento humano, quer dizer, o conteúdo da consciência. Para não deixar dúvidas o autor rejeita expressamente o materialismo das ciências naturais, ou como o denomina, o materialismo "físico": "Evidentemente não se trata do objeto físico definido por um sistema de equações, mas de tudo aquilo que para nós existe exatamente no mesmo sentido em que existe para nós".

A negação da primazia do mundo físico tinha que tornar possível a compreensão da "existência concreta" na sua plena significação... Regresso à consciência individual, onde o sentido oculto das coisas, "alienado" na vida cotidiana, se revelasse.

Reportando-se a uma citação da fase feuerbachiana de Marx, continua explicando:

"Esse texto parece-nos dar a verdadeira significação do materialismo histórico em sua oposição ao materialismo vulgar. A realidade é aquilo mesmo que nós produzimos, não somente no plano físico, como também num sentido mais geral que engloba toda a atividade humana, inclusive as atividades "espirituais".

Mais adiante diz: "Esta realidade, é o mundo de muitos sentidos no qual nós vivemos, e a que nossa vida dá precisamente um sentido: a natureza tornada humana pelo trabalho de muitas gerações".

Julgo que tais citações sejam suficientes para orientar o leitor crítico sobre a posição filosófica da "fenomenologia" ou "existencialismo". É uma regressão que vai além de Feuerbach, e, com exatidão, a duas etapas anteriores ao materialismo histórico. O materialismo histórico ou dialético ultrapassa o materialismo das ciências naturais como se apresenta em Feuerbach, mas, no sentido progressivo, o inclui, conservando essa base. O autor, discípulo dos seus mestres "fenomenologistas" ou "existencialistas", partindo dessa base regride e encalha no idealismo subjetivo.

O materialismo dialético também modifica o materialismo das ciências naturais; desenvolve-o, levando sempre em conta os avanços das pesquisas nessas ciências, e aplicando o pensamento consciente e dialético ao aproveitamento desses resultados. Tudo isso, porém, não altera o fato de continuar o materialismo dialético a ser materialismo no sentido mais literal da palavra. Para ele, portanto, a consciência representa o secundário, o dependente, o derivado e o ser à parte da consciência o primacial, o original, e independente.

Alguns discípulos de Husserl procuram dar a impressão de que o primitivo método do mestre estava acima da contradição entre materialismo e idealismo, e que Husserl somente na fase posterior caiu num idealismo declarado e "unilateral" em consequência de aplicação errônea do seu método.

É falso. O método, de antemão e em essência, era o idealismo subjetivo. O "mestre", no decorrer do seu pensamento ulterior, resultante de conclusões tiradas, acentuou mais a natureza idealista do seu primitivo método. Pode isso ser desagradável a vários de seus discípulos que gostariam de manter essa aparência de estar o método acima da contradição entre idealismo e materialismo, o que implicaria em superar a contradição, mas que representaria de um modo de pensar até agora inexistente. O que existe de novo no caso é a forma do disfarce, não o disfarce em si mesmo. A pretensão de estar acima da contradição entre idealismo e materialismo é uma característica de todo idealismo subjetivo. Interpretando o mundo material, em última instância, pela consciência humana, essa contradição realmente desaparece, de maneira que um dos lados da contradição, o lado material, é considerado inexistente, autônoma e independentemente do pensamento. Onde resta apenas um objeto, tôdas as relações se anulam, e portanto, a contradição é automaticamente superada. Assim, o problema das relações tornou-se "absurdo", sem conteúdo — descoberta milagrosa, de que o idealismo subjetivo, em suas diversas formas, muito se orgulha.

Em que consiste a novidade desse disfarce da "fenomenologia" ou "existencialismo?" Simplesmente em que a consciência, o pensamento o eu, ou qualquer outra designação que se escolha, não mais aparece na pureza abstrata em que se encontra nas formas clássicas do idealismo filosófico, mas mistificado pelos mais diversos atributos concretos, como "vida", "existência" etc. Não se requer grande perspicácia para que se descubra a "velha consciência" sob esse fundo falso. A cada momento depara-se com o pensamento humano, ou a consciência, representando o elemento ativo, predominante, essencial. Tudo passa a ser, em última análise, determinado pelo pensamento, tornando-se, em última instância, uma modalidade do pensamento.

Por processo análogo, como é sabido, passou o pensamento filosófico alemão, desde Hegel: à "idéia" de Hegel vai-se corporificando, individualizando-se cada vez mais, transformando-se em "sujeito", e posteriormente em "auto-consciência" (para Bruno Bauer), e, por fim, no "ser humano" (para Feuerbach).

O autor incorre em erro total quando diz que "em Marx, na inversão dialética do idealismo em materialismo, ficou conservado todo conteúdo espiritual que já fôra desenvolvido pelo hegelianismo".

Como seria possível conservar o espiritualismo no materialismo?

Em Marx o que foi conservado do hegelianismo é o seguinte:

a) O papel ativo e criador do espírito humano — o que caracteriza tôda a filosofia clássica alemã. Esse papel passa, entretanto, de um absolutismo fantástico e soberano, a condicionado e limitado. Condicionado pelo conhecimento das leis materiais da natureza e da sociedade. Limitado, por sua vez, pelas próprias e inevitáveis limitações que esse conhecimento tem em cada época. Tais limitações são variáveis, mas existem em cada momento dado.



Além disso, esse conhecimento é restringido pelo volume das forças limitadas de que o homem dispõe em cada época:

- b) A inversão do método dialético, passando de sua forma místico-idealista para a racional e materialista;
- c) Um tesouro apreciável de análises reais de acontecimentos sociais e das ciências naturais, que em Hegel se acham velados por uma exposição místico-idealista;
- d) A lei do desenvolvimento, sob a forma dos contrastes na história e na natureza, também em base materialista (para Hegel a natureza não tem desenvolvimento no tempo).

Para Hegel essa lei é definida como a lei mais geral do movimento ou a forma do movimento geral da dialética. Nesse sentido ela se destaca das leis particulares da dialética.

O "espiritualismo" de Hegel, no entanto, não consiste no reconhecimento do papel ativo e criador do espírito humano em geral, mas na exaltação absoluta e mística do "espírito".

Marx, suprimindo esses aspectos, suprimiu o espiritualismo, sem, todavia, suprimir o papel histórico do espírito humano em geral. Precisamente, como materialista, ele conserva o núcleo racional do misticismo hegeliano, e retoma o absoluto de Hegel em suas limitações e condições naturais e sociais. É inútil querer mistificar ou "espiritualizar" o materialismo histórico.

2) A idealização das "condições econômicas" é uma consequência lógica das premissas idealistas dadas, efetuando-se mediante a categoria idealista do "sentido". Se o material, o real, nada mais é senão o "sentido" cristalizado, quer dizer algo que corresponda às finalidades humanas, as condições econômicas materiais de que o materialismo histórico deve tratar obrigatoriamente, devem apresentar uma essência idealista. Com tal recurso processa-se o milagre do enquadramento do materialismo histórico no sistema filosófico idealista. Sem dúvida, é a colocação do materialismo histórico com os pés para cima.

"O mundo — diz o autor — nos é dado com a plenitude de sentido humano com que existe para nós enquanto nêle vivemos".

As condições econômicas materiais são, portanto, no fundo, de natureza ideológica e a aceitação de que sejam elas o "elemento determinado" da "existência humana" implica em que seu "sentido" venha a ser determinado de antemão pela própria "existência humana". Trata-se, assim, em última instância, da determinação de um elemento idealista através de outro, em que os **objetivos humanos** são, em suma, os determinantes.

"Bastaria — afirma o autor — tomar-se consciência do significado objetivo desta existência (a humana) para se encontrar nas condições econômicas o elemento que determina, em última análise, a estrutura geral da experiência do mundo".

Em seu ardor de construir o materialismo econômico em base idealista, o autor ultrapassa o que é permitido no determinismo econômico. Na determinação natural, entretanto, é precisamente a base em que os fatores sociais se ligam, formando-a e transformando-a. Tal "esquecimento" não é obra do acaso. É consequência da amputação do materialismo das ciências naturais, do corpo do materialismo histórico ou dialético.

Os efeitos da idealização das condições econômicas são visíveis, e importantes no que concerne à significação prática e sentido da "fenomenologia". As finalidades humanas são do domínio do homem. No campo do ideal, o homem é soberano. Assim sendo, as limitações e contradições objetivas e materiais do capitalismo caem por terra. Por conseguinte as classes burguesas e pequeno-burguesas e indivíduos isolados conseguem no campo econômico libertar-se plenamente das condições materiais da economia capitalista, pelo menos na imaginação. Não mais existem leis objetivas que levem essa economia à ruína, não há mais desespêro! Tudo depende da vontade — também a salvação.

Na medida, porém, em que essa interpretação torna a assegurar às classes burguesas e pequeno-burguesas uma liberdade de ação aparentemente ilimitada, priva-as simultaneamente de qualquer critério objetivo, qualquer orientação, entregando-as mais seguramente às forças naturais cegas dos acontecimentos e fatos econômicos do mundo capitalista.

A imaginária liberdade absoluta transforma-se em lenda diante das necessidades impreteríveis; a planificação do particular resulta na anarquia do todo. O otimismo temporariamente feito desfaz-se na catástrofe incompreensível que, de tal ponto de vista, permanece inexplicável — num "crepúsculo dos deuses", — em que apenas se trata de submergir dramaticamente e de arrastar no próprio naufragio tudo o que existe.

3) A "autonomia da super-estrutura" o autor descreve-a da forma seguinte: "A autonomia da super-estrutura é tão essencial à compreensão da história quanto o movimento das forças produtivas. Mas, como apreendê-la se não passa de simples "reflexo" do processo real"

Do ponto de vista do idealismo objetivo, o ideal (a super-estrutura) naturalmente não pode ser um "reflexo" do material. Não há possibilidade de relações causais entre as duas ordens, sendo para êle ambas ideais.

Mas, se as super-estruturas são consideradas ideais, no sentido estrito e específico, autônomas, isto é, auto-determinantes, são impossíveis as relações entre elas e uma "infra-estrutura" econômica definida idealisticamente.

Encontramos assim um fator análogo ao famoso "auto-movimento" da idéia de Hegel, se bem que o autor e a escola com boas razões evitem tal expressão. Com boas razões, porquanto a idéia hegeliana ainda é a razão dotada de movimento, porém com os existencialistas a razão volatilizou-se.

Além do mais, é ignorância notória considerar "ilusões" todos os reflexos da infra-estrutura econômica. Também a ciência econômica é reflexo, isto é, retrato da realidade econômica. Reflexo não quer dizer senão "retrato". Esse retrato pode ser falso ou verídico, ficção ou ciência.

É igualmente falso querer privar a ilusão da sua natureza ilusória, isto é, de retrato falseado, transtornado da realidade material em que se baseia, simplesmente por atuar ela sobre os homens, ao mesmo tempo, como motivo real. Serve de ilustração uma citação do conhecido trabalho de Antonio Labriola sobre o materialismo histórico: "As intenções conscientes, os meios políticos, as ciências, os sistemas jurídicos etc., antes de se tornarem meios e instrumentos para esclarecimento da história, são precisamente o que primeiro deve ser esclarecido, pois dependem de determinadas condições e situações. Mas isso não significa que sejam êles meras aparências e bôlhas de sabão. O



fato de serem êsses aspectos derivados de outros não quer dizer que não sejam atuantes, mas que, durante séculos, apareceram à consciência não científica e à ciência em via de formação como os únicos verdadeiramente eficazes".

Ou, ainda, com Friedrich Engels: "O materialismo histórico não pensa em negar a eficiência dos motivos, isto é, o impulso consciente do homem. Coloca, entretanto, a questão: "Quais as causas históricas que se transformam dentro dos cérebros humanos nestes motivos?" e, diversamente "quais são os motivos desses motivos"? isto é, quais as causas determinantes?

"A inconseqüência (do materialismo limitado às ciências naturais, como em Feuerbach) não consiste simplesmente em admitir motivos "ideais", mas está em tomá-las como ponto de partida, sem voltar-se para suas causas determinantes. E estas, afinal, são causas materiais" (Friedrich Engels: Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã).

4) **A reabilitação da religião** — O autor não se refere por acaso à "autonomia da superestrutura", que, logicamente, leva à reabilitação da religião — de toda e qualquer religião. Pois, toda religião não é um "conteúdo da consciência", uma "coisa", para empregar o termo de Husserl, ou uma "experiência", como diz outra escola mais antiga, do idealismo subjetivo? E é suficiente que seja um "conteúdo da consciência" para tornar-se legítimo.

"Os textos clássicos do marxismo", diz o autor, "definem, na verdade, o primado da economia de forma inaceitável para o fenomenologista. As superestruturas são tidas como simples ilusões refletindo as relações "reais" no plano ideológico, enquanto que a originalidade da fenomenologia consistiu precisamente na legitimação do valor de todas as significações da existência humana".

O autor equivoca-se quanto à originalidade da fenomenologia, em virtude de falhas em seu conhecimento da história da filosofia. O jovem Hegel já se tinha metido com os "fatos da consciência" que se legitimariam por si mesmos. Essa pretensão foi refutada por ele, rude e convincentemente. A originalidade da fenomenologia, ou melhor, a daqueles pertencentes à escola que pretende completar o marxismo, reside apenas na pretensão de querer harmonizar a fenomenologia e o materialismo histórico. Efetivamente, essa atitude é original, inexistente até agora. Mas a circunstância de darem os fenomenologistas e existencialistas aos velhos e bem conhecidos "fatos da consciência" uma designação nova, freqüente como é entre eles a rotulação de trivialidades, as mais banais, com vocábulos novos e esquisitos, não nos impede de negar a sua originalidade. Ou, dever-se-ia considerar original a pretensão do descobrimento do lugar comum, passado e repassado mil vezes na história da filosofia e da apologética religiosa, de que Vitzillputzli (figura mitológica germânica) e a queda dos corpos sejam ambos "fatos do consciente", "experiências", que atuem ambos, e porisso estejam legitimados? Querem eles que vejamos nisso a originalidade de fenomenologia e do existencialismo? Para tanto estamos prontos.

A religião, afirma o autor, também continuará existindo na sociedade sem classes.

"Na sociedade "sem classes" o sujeito se apropria do objeto ao reconhecer-se nele. Agrada-lhe contemplar-se em sua própria obra. O absoluto

da coisa é compreendido como identidade com o Eu. A vida neste mundo assume um sentido místico, não por referência a uma transcendência, mas pelo gozo de sua realização. É falso dizer que a supressão da alienação acarretará o desaparecimento de toda religião: a apropriação da realidade humana estende-se numa religião de pura imanência, onde a "beatitude não é a recompensa da virtude, mas a própria virtude".

Em que se distingue essa tautologia do "culto do homem" (abstrato) de Feuerbach? Apenas em que Feuerbach sabia exprimir sua religião em linguagem humana. Na verdade, isso representa um retrocesso para além de Feuerbach, mesmo para além de Hegel. A religião feuerbachiana repele e critica todas as anteriores, o cristianismo inclusive. Para Hegel, o reconhecimento de uma entidade divina não indicava ainda o reconhecimento da religião. A religião fenomenológica, se a expressão cabe, reconhece também todas as outras como legítimas. Compreende-se que essa tolerância não tem apenas um ângulo histórico e teórico, mas igualmente um ângulo muito prático, o qual diz respeito às relações práticas dos "revolucionários" fenomenologistas, com as religiões existentes, quer com o cristianismo na Europa, quer com o islamismo, o induismo, o budismo, etc. no Oriente.

O autor faz bem em colocar entre aspas a sociedade sem classes.

Querendo-se saber qual é a realidade social que corresponde à descrição da sociedade sem classes, que nos dá o autor, e na qual o "sujeito" — isto é, o indivíduo — reconhece seu Eu no "absoluto da coisa"; que suprime a "alienação" e que se reconhece, em seu trabalho, "a apropriação da realidade humana", verificamos que em hipótese alguma se trata de uma sociedade socialista baseada na indústria moderna. Pois nessa sociedade a "alienação" não é suprimida de forma alguma para o indivíduo; o produto não é trabalho individual, e sim o resultado de trabalho social imediato. O indivíduo fornece apenas uma parcela, não podendo, portanto, reconhecer a "identidade com o seu Eu". A obra, o produto, contém, se quisermos utilizar essa surrada linguagem idealista, só uma parcela do seu Eu. Além disso, numa sociedade socialista também há "apropriação" no sentido literal do termo, a qual não é imediatamente individual, mas imediatamente social, e só imediatamente individual de que o indivíduo se apropria — o que é apenas válido para com o que se relaciona com os restos da velha economia individualista que se conservam no seio da nova, como, por exemplo, os produtos dum pedaço de terra cultivada individualmente dum camponês do "kolkoz" na URSS, ou duma horta que um operário faça.

Da mesma forma, porém, numa sociedade socialista baseada na grande indústria o trabalho não é, como já o indicou Marx, a auto-satisfação do Eu, mas, simplesmente, uma contingência natural. A situação da liberdade e da auto-satisfação é dada pelo tempo livre, lazer que o trabalho social cria, em determinadas condições, para todos, em escala ascendente. Entretanto, nem é ao simples produtor de mercadorias, ao artesão, ao pequeno camponês que trabalha sozinho, que corresponde tal descrição, visto que uma sociedade de simples produtores de mercadorias não é possível sem troca, e, portanto, sem "alienação". O original dessa descrição é um artifício filosófico-idealista típico, e que em parte alguma pode se realizar como sociedade.



Ou trata-se de produtores meramente individuais que trabalham para o próprio consumo imediato, isto é, duma economia rural de campesinato primitivo, ligada a artesãos igualmente primitivos que produzem exclusivamente para o próprio consumo. Essa estrutura pode ser "sem classe", mas não representa sociedade alguma a ser constituída no futuro, e sim pertence ao passado da organização do trabalho humano.

Ou é a construção de uma sociedade de simples produtores de mercadorias, sem troca, um mundo ideal, pequeno — burguês — ideal, porque não leva em conta as contradições que inevitavelmente conterà e as quais farão surgir sempre uma sociedade de classe.

Poupar-nos-emos a demonstração de que tal sociedade idealizada de produtores individuais não possa dispensar a religião, sob qualquer forma, como núcleo desta construção da "sociedade sem classes" do autor. Revela-se o velho sonho pequeno — burguês duma sociedade idealizada de produtores trabalhando individualmente — a qual se furta às contradições que fatalmente encerra — aquêlo reino do ideal que Schiller canta:

"Só não envelhece aquilo que nunca  
e em parte alguma aconteceu".

"O homem", diz o autor, "realiza-se em sua eternidade". Refere-se êle a uma "renovação contínua" — "uma renovação contínua que se afirma como uma eterna realização de si mesmo".

Lembra isso a eterna mística da "auto-realização da concepção" de Hegel, com a diferença de que, no caso, a mística se torna duplamente mística, visto faltar ao que então se realiza a razão hegeliana.

E, ao lado de todos êsses absurdos místicos, encontraremos por fim a cessação da história, já que alcançada a "eterna auto-realização do homem" a "contínua renovação" torna-se mera aparência.

A monotonia insuportável da "vida eterna" no mundo do Além é transplantada para êste, e nos é apresentada como a "sociedade sem classes do futuro"; o paraíso fenomenologista ou existencialista, o coração da religião fenomenologista do futuro.

De nossa parte, agradecemos.

## A REFORMA FENOMENOLÓGICA

Evidenciaremos, a seguir, duas aplicações do método fenomenológico a material concreto.

"A Reforma, segundo Marx, seria a forma ideológica que no século XVI assumiu o esforço da burguesia para se libertar da dominação papal; o reflexo ilusório duma luta de interesses "reais". É claro que uma tal explicação suprime a significação própria do fenômeno a ser estudado como fenômeno religioso. A constituição da Igreja em força temporal foi necessária na Idade Média para a manutenção da vida espiritual contra a brutalidade dos costumes feudais. Com o desenvolvimento da burguesia e do poder central apoiado por esta, voltava a segurança, que permitia uma vida regular, a qual

podia ter um sentido espiritual. Já não havia necessidade de deixar o mundo para adorar a Deus: bastava o cumprimento honesto da tarefa cotidiana imprimindo-lhe um sentido absoluto, na medida em que cada coisa era interpretada como uma manifestação da vontade divina. O culto de "Deus extra-terreno", possível apenas na época das desordens da feudalidade, foi espontaneamente substituído na vida prática por um culto de "Deus intra-terreno" através da prática das virtudes burguesas: honestidade nos negócios, no casamento, no trabalho e na parcimônia.

"Com o progresso da burguesia e com as novas condições da existência material, no início dos tempos modernos, a organização eclesiástica, com seu aparato de ritos e regras, apresentava-se inútil, sem relação com a vida religiosa. A Reforma do século XVI teve, ao contrário, êxito duradouro, porque exprimia as exigências de uma experiência autêntica. O culto do "Deus intra-terreno" implicava no abandono dos claustros, na supressão dos ritos e da hierarquia.

"O protestantismo é a religião da burguesia, a forma em que ela pode viver uma vida religiosa autêntica. A fé, foi assim facilmente preservada nos países protestantes. A burguesia francesa, ao contrário, forçada pelo poder da Realeza a conservar o catolicismo que não mais correspondia a uma experiência efetiva, caiu no anticlericalismo e no ateísmo".

Citamos na íntegra esse trecho sobre a Reforma, para não nos tornarmos suspeitos de ter suprimido algo que o autor pudesse considerar essencial.

A essência dessa explicação pode ser resumida em poucas frases.

Existe "autônomamente" uma necessidade de religião, uma vida religiosa. Como é autônoma, não se pode indagar quais as fontes sociais que lhe dão origem, e qual o conteúdo concreto do credo da Igreja na Idade Média e de sua transformação. Ficamos cientes apenas de que a forma exterior da organização eclesiástica na Idade Média foi determinada pela necessidade de conservar a vida espiritual em meio ao turbilhão feudal. Para tal fim a própria Igreja católica tinha de tornar-se uma organização feudal. A necessidade de religião é algo primário que dispensa maiores explicações. Tampouco nos esclarece sobre a "divindade extra-terrena" do catolicismo da Idade Média. Ao término desse turbilhão feudal, com a vinda à tona da burguesia, e com o aparecimento de um poder estatal monárquico, forte e centralizado, a organização eclesiástica da Igreja redonda supérflua e contraproducente. O protestantismo cria a nova organização da Igreja para satisfazer a necessidade de religião que permanecia, a qual é impossível explicar. Essa necessidade da religião então se satisfaz por um "Deus intra-terreno". Impedida, por forças exteriores, de satisfazer suas necessidades religiosas com o protestantismo, a burguesia francesa passa a ser anticlerical e irreligiosa. A sua necessidade de religião, já que não houve possibilidade de satisfazê-la autênticamente, simplesmente desaparece.

É possível discutir seriamente sobre essa fábula pueril que nem sequer alcança o nível das interpretações idealistas da história da Reforma, dadas por acreditados historiadores burgueses? Mesmo a história burguesa da Igreja e dos dogmas devia tomar conhecimento mais amplo e substancial das relações do desenvolvimento da Igreja, e dos dogmas com a vida material, muito embora as explicasse de forma idealista, errônea, segundo a qual não é o



desenvolvimento burguês em determinadas condições históricas, que se exprime no calvinismo com a sua organização e dogmas, mas, inversamente, é um desenvolvimento religioso determinado que cria as premissas para o capitalismo, aliás, como seria de esperar (vide Max Weber).

De resto, essa infantil construção dos fenomenólogos é pulverizada por uns tantos fatos bastante conhecidos.

A "existência extra-terrena" de Deus é, como se sabe, dogma oficial da Igreja protestante da mesma forma como da Igreja católica. A católica, pelo contrário, desde a Idade Média, foi dominada pela divindade "intra-terrena", como ensinamento dos místicos em todos os países de tal fé. O misticismo protestante que representa uma continuação do misticismo católico da Idade Média, nunca foi considerado ensinamento oficial da Igreja. Constitui somente uma das correntes no seio do protestantismo.

Se se explica a irregularidade da burguesia francesa do século XVIII pela circunstância de ter sido ela impedida pela força de adotar o protestantismo, então como entender que a mais radical crítica ao cristianismo e à religião em geral tenha surgido precisamente no século XIX na Alemanha e no campo do protestantismo? A citação dos nomes de Friedrich Strauss, Bruno Bauer, Ludwig Feuerbach, que eram todos protestantes, e partiram da crítica ao protestantismo, é suficiente.

Como se explica "fenomenologicamente" que a mesma burguesia francesa que no século XVIII perdeu suas necessidades religiosas por falta de oportunidade de exprimi-las numa forma protestante, tenha-se tornado na segunda metade do século XIX e no século XX, súbitamente clerical e religiosa — e precisamente católica? Podemos deixar de repetir a explicação histórico-materialista já bem conhecida e divulgada.

Para uma comparação do método fenomenológico com o do materialismo histórico, na análise da religião e da história da igreja, seja-nos permitido citar um trecho do ensaio de Labriola sobre o materialismo histórico.

É evidente ser apenas um estudo sumário. É o seguinte o trecho:

"Como nos colocamos em um ponto de vista que está além das opiniões ideológicas graças às quais os autores da história tiveram consciência de sua própria obra, e nos quais encontraram eles muito frequentemente os motivos e a justificação de sua ação, podemos crer falsamente que essas opiniões ideológicas foram uma pura aparência um simples artifício, uma pura ilusão no sentido vulgar da palavra. Martinho Lutero, como os outros grandes reformadores contemporâneos, nunca soube, como o sabemos hoje, que o movimento da Reforma era um momento do futuro Terceiro-Estado, e uma rebelião econômica da nacionalidade alemã contra a exploração da corte papal. Ele foi o que foi, como agitador e como político, porque o foi supondo ver no movimento das massas, o qual dava impulso à agitação, um retorno ao verdadeiro cristianismo e uma necessidade divina no curso vulgar das coisas. O estudo dos "efeitos à longa distância", isto é, a força crescente da burguesia das cidades contra os senhores feudais, o aumento da dominação territorial dos príncipes a expensas do poder interterritorial e superterritorial do imperador e do papa, a repressão violenta do movimento dos camponeses e do movimento mais propriamente proletário dos anabatistas nos permitem agora refazer a história autêntica das causas econômicas da Reforma, particularmente

no modo pelo qual terminou esta, o que é a melhor das provas. Mas isto não quer dizer, que nos seja permitido separar o acontecimento do modo de sua realização, e do assunto das circunstâncias simultâneas por uma análise póstuma, inteiramente subjetiva e simplista. (...) Mas que o fato aconteça precisamente como aconteceu, que êle tome tais formas determinadas, que se revista de tal aparência, que tome tal coloração, que ponha em movimento tais paixões, que se manifeste como êsse fanatismo, é nisso que consiste sua circunstancialidade específica: nenhum talento de analista pode fazer que êle não seja como foi. Sômente o amor do paradoxo, inseparável sempre do zelo dos vulgarizadores apaixonados de uma doutrina nova pode ter levado alguns a crer que para escrever a história é suficiente pôr em evidência unicamente o "momento econômico" (freqüentemente ainda desconhecido e freqüentemente difícil de conhecer), para em seguida lançar por terra todo o resto como um fardo inútil que os homens tenham caprichosamente carregado, como um acessório, em suma, uma simples bagatela, ou mesmo algo de inexistente". (Antônio Labriola, "Del Materialismo Histórico", pág. 22-23).

Supomos que a comparação demonstre dois pontos: 1 — que a crítica fenomenológica ao materialismo histórico é uma crítica a uma caricatura dêste; 2 — que a tentativa de explicação fenomenológica que o autor nos dá da Reforma é uma perfeita infantilidade — e não só por falta de conhecimentos dos fatores primordiais, mas como decorrência do próprio método que estaca no momento preciso em que começa a colocar-se a questão do porque e do como, das formas e do conteúdo da consciência histórica dados.

### A REVOLUÇÃO FENOMENOLÓGICA E A VERDADEIRA REVOLUÇÃO

A segunda aplicação do método refere-se à teoria da revolução. A parte decisiva reza:

"O curso da história não se explica senão pela luta de classes, cuja dialética se funda na autonomia das superestruturas... As relações de produção têm de mudar, quando são ultrapassadas pelas forças produtivas. Essa transformação entretanto exige uma luta e se realiza sob a forma de uma revolução, precisamente porque as antigas relações se mantêm graças à enorme superestrutura que persiste, embora perdida a sua base econômica".

Como parecem simples os fatos à luz da fenomenologia! Devido a sua "autonomia", a velha superestrutura subsiste, enquanto a infra-estrutura se modificou. A revolução é a luta entre a infra-estrutura, e a superestrutura, pela qual se cria nova infra-estrutura — novas relações de produção.

De pronto se percebe tratar-se de uma teoria idealista da revolução. Onde a não ser no idealismo, é possível uma superestrutura, no caso uma superestrutura enorme, que perdeu a própria base econômica?

Semelhante "teoria" é um autêntico ninho de ratos, um emaranhado de contradições sem nexos.

A que pertencem as relações de produção? Naturalmente, à "infra-estrutura". Elas representam as relações das classes de determinada sociedade com os meios de produção decisivos. A contradição entre as relações de produção



e as forças produtivas é, pois, uma contradição existente na própria infraestrutura da sociedade. Mais ainda: a superestrutura persiste, quando já perdeu sua "base econômica". De que maneira poderá ela conservar as velhas relações de produção, que fazem parte de uma "infra-estrutura" que deixou de existir? E ainda: se a "superestrutura" corresponde às velhas relações de produção, de onde tira a força necessária à transformação dessas relações de produção. E a luta de classes revolucionária que muda essas relações de produção. Essa luta é política, é uma luta pelo poder do Estado. O poder do Estado pertence à "superestrutura". É da superestrutura que vem a energia ativa da revolução que muda, transforma a infra-estrutura enorme" é a força conservadora das velhas relações de produção. Isso, indutivelmente, são contradições, mas não dialéticas, porém, sem sentido, e uma consequência da "autonomia" das superestruturas, ponto básico idealista dos fenomenologistas.

Talvez, contudo, seja a "infra-estrutura", a economia, tão outônoma como a "superestrutura", e o choque revolucionário uma colisão entre duas autonomias?

Mas quem diz colisão diz inter-relações primitivas e coloca ambos os fatores em questão, ou na relação de causa e efeito, ou na de efeitos recíprocos.

Nesse caso, porém, a autonomia é superada, pois autonomia significa a existência legítima, independente de diversas espécies de fatores. E, de duas uma: ou cal a revolução ou a autonomia.

A simples diferença entre as leis inerentes às duas esferas não pode ser o ponto de referência, já que diferença pressupõe identidade, contém uma conexão comum originalmente, e só por meio dela é possível a influência recíproca de ambas as esferas. Todavia, o principal dogma da fenomenologia consiste justamente em que uma conexão de origem entre as duas esferas é impossível; as leis que lhes são inerentes não são apenas diversas, mas "toto coelo" diferentes. Não têm relação entre si, como nas monadas de Leibnitz, as conexões que surgem constituem falsa aparência, são ilusões, e somente o milagre divino contínuo pode criar conexão entre coisas desconexas. A conexão que não tinha possibilidade de surgir por meio material e natural, somente poderá realizar-se por meio irreal e antinatural.

O método fenomenológico, destarte, malogra desesperadamente no problema da evolução.

Se colocarmos entretanto a conexão em si, de pés para baixo, veremos que se desfaz a confusão idealista.

As reações são diferentes na revolução burguesa e na revolução socialista. Na revolução burguesa as formas de produção capitalista desenvolvem-se ao lado das feudais, no seio da própria sociedade feudal. O capital monetário, o comercial e o industrial sob a forma da manufatura aparecem nas cidades ao lado do artesanato das corporações. No campo, domina a economia rural feudal, mas repontam as primeiras ilhas de economias camponesas independentes.

Encontramos a contradição na infra-estrutura econômica. Mas, existe igualmente na superestrutura. As classes burguesas enfrentam as feudais, assumem a liderança política de todas as classes não feudais. Nas grandes massas da população, a ideologia burguesa revolucionária vence a feudal reacionária. São

as classes feudais — que não paíram no espaço — que dispõem do poder estatal (uma peça essencialíssima da superestrutura), e que querem conservar as velhas relações de produção feudal, pois representam a base econômica da sua posição de classe privilegiada. São as classes burguesas, os líderes do povo que desfecham o ataque contra as velhas relações de produção, e conquistam a parte da superestrutura — que se chama poder estatal — e que, mediante êsse poder estatal revolucionário suprimem as relações feudais ainda sobreviventes: antes de tudo as corporações das cidades, a economia feudal rural. Depois de ter efetivamente dissolvido a velha economia feudal na luta revolucionária pelo poder estatal, em ligação com a incursão revolucionária das massas campesinas na propriedade feudal rural, substituem o direito feudal pelo burguês — o que significa mais uma alteração na superestrutura feudal.

Examinando êste esboço dos traços essenciais da revolução burguesa relativamente ao esquema fenomenológico da relação entre a infra-estrutura e a superestrutura, cujo conflito seria a pedra angular e à "autonomia" de ambas as esferas, veremos:

a) que a contradição aparece em ambas as esferas na infra-estrutura e na superestrutura;

b) que a contradição na esfera econômica é básica, e as contradições na superestrutura aí têm origem;

c) que ambas as esferas estão em correlação estreita e múltipla;

d) que as diversas partes da superestrutura desempenham papel muito diverso. O Estado absolutista constitui uma parte da superestrutura. No período da revolução está ainda a serviço das classes dominantes, e emprega céus e inferno para manter a posição econômica e o poder político dessas classes. A ideologia, no sentido mais restrito do termo, também pertence à superestrutura, formando, por assim dizer, a sua cúpula.

A ideologia revolucionária tem um papel essencial, tanto na luta contra a base feudal da economia (infra-estrutura), como contra o Estado, absolutista (superestrutura), e igualmente contra a igreja organizada à feição feudal (e que representa, como potência econômica, uma parte da infra-estrutura feudal, e como porta-estandarte de certa ideologia, uma parte da superestrutura);

e) a própria luta revolucionária se dirige, de modo parcial, diretamente contra a economia feudal (o levante dos camponeses contra os latifúndios, etc.); e também diretamente contra a superestrutura (a luta política contra o poder estatal absolutista), e indiretamente contra a velha infra-estrutura (mediante o poder estatal revolucionário);

f) a contradição no campo econômico evidencia-se no fato das formas econômicas capitalistas existentes ao lado das feudais, em que o seu desenvolvimento está sendo dificultado pelas formas feudais, e em que por si mesmas elas atuam como desintegrantes das antigas. A existência simultânea de ambas as formas contraditórias de economia, em certo momento, leva a uma queda absoluta da produção; nenhuma das classes existentes pode sobreviver à permanência dessa contradição, mas a força ativa da revolução só pode ser proporcionada pelas classes que, de um lado, sofrem mais com essa contradição, e



de outro representam a força que levará positivamente à nova forma de economia e de sociedade.

Finalmente, para maior ilustração do esquematismo inerte da teoria fenomenológica da revolução, basta propor a simples questão: a que esfera pertencem essas classes, pilares da luta de classe, em relação à infra-estrutura e à superestrutura?

Como agentes econômicos são, sem dúvida, do domínio da infra-estrutura; como forças políticas, da superestrutura.

Como porta-bandeira de uma ideologia de classe elas pertencem à cúpula da superestrutura. Como a infra-estrutura e a superestrutura podem ser autônomas, já que representam somente aspectos diversos da atuação de um só sujeito coletivo?

Isso não implica na falsidade da diferenciação da superestrutura e da infra-estrutura, e tão pouco que seja insignificante, mas evidencia, que a afirmação da autonomia dos dois lados é sem sentido, pois dá margem à suposição de que esses lados não estejam em conexão natural e causal, apesar da existência de diferentes aspectos da atuação de um só sujeito.

Tal conexão pode ser concebida de modo idealista, como mais ou menos o fez Hegel, resumindo numa fórmula idealista todos os aspectos da vida grega; pode-se concebê-la de maneira materialista, como no materialismo histórico, mas, suprimi-la sem mais aquela é um contra-senso, a bancarrota de toda a concepção histórica.

Se para Hegel a história é a realização da Razão, aqui se converte no irracional existente, o qual na melhor das hipóteses pode ser descrito, mas não compreendido.

Passamos a considerar agora a contradição na infra-estrutura econômica da sociedade capitalista. Essa contradição é especificadamente diversa da verificada na sociedade feudal decadente.

A forma socialista de produção não pode desenvolver-se em maior escala no seio da sociedade capitalista com a qual não pode coexistir, nem crescer e manter-se por muito tempo. A razão é simples. O estabelecimento industrial capitalista surgiu como estabelecimento isolado. Em virtude de sua natureza econômica, pode aparecer e conservar-se como excrescência que destrói outras formas econômicas, como, por exemplo, a feudal. O setor econômico-capitalista que se constitui no campo da economia feudal representa então simplesmente uma soma de estabelecimentos individuais e independentes.

A economia socialista, pela sua própria essência, e por suas condições de existência, é de antemão e imediatamente social. Os seus componentes individuais são determinados pelo conjunto. Tal circunstância implica em que só uma economia socialista mundial lhe dê a forma inerente e apenas assim tenha definitivamente assegurada a sua existência.

A contradição básica na infra-estrutura da sociedade capitalista, da qual todas as demais são conseqüências, é a manifestada entre a forma social da produção e a forma individual da apropriação, no sentido da distinção entre os verdadeiros produtores e os que se apropriam do produto social. Essa contradição básica evidencia-se na superestrutura como a contradição entre a classe capitalista, que representa os apropriadores individuais (igualmente

quando o Estado capitalista assume a maior parte das funções da classe patronal) e a classe operária, que é o agente direto da forma social da produção.

Seria supérfluo o exame minucioso do esquema fenomenológico. Sua incongruência é patente.

A superestrutura sem base econômica torna-se despautério ainda maior no caso da revolução socialista do que no da burguesa. Que é o Estado capitalista na época dos monopólios, das grandes corporações, dos sindicatos patronais, etc., senão o instrumento de execução daqueles monopólios? Não vimos como durante a guerra a direção desses monopólios se transformou direta e pessoalmente na chefia estatal da economia em seu todo? Não houve uma fusão do Estado capitalista (supra-estrutura) com a economia capitalista (infra-estrutura), integrando um conjunto único e gigantesco? Não vimos como o conjunto da "ideologia": imprensa, rádio, escolas, igrejas, ciências, artes, etc., invés de seguir as prescrições fenomenológicas e de se manter autônomo, transformou-se num simples departamento de organização da guerra?

A guerra, entretanto, não é uma anormalidade que suprima o caráter capitalista da sociedade. Ao contrário, aí se manifesta em sua forma mais aguda o caráter capitalista da sociedade.

### O MATERIALISMO HISTÓRICO ESTÁ APENAS NO INÍCIO

Como se viu, o método fenomenológico, além de colocar o materialismo histórico de cabeça para baixo, não o completa e não representa nenhuma extensão do método do materialismo histórico. Ao contrário, êle fecha sistematicamente um imenso campo de pesquisas no terreno histórico e social, negando qualquer conexão causal entre a base econômica e as supra-estruturas, entre as quais as ideologias no sentido restrito do termo.

Justamente aqui um campo gigantesco de elaboração científica está por ser explorado. O materialismo histórico está apenas no início, apesar de já fazer aproximadamente cem anos que surgiu. Seus teóricos são poucos; estiveram, e por muito tempo estarão assoberbados pelas necessidades mais imediatas urgentes da luta de classes. Antônio Labriola já chamou a atenção para isso, traçando um paralelo entre a atividade desenvolvida no tratamento da teoria darvinista e do materialismo histórico. A diferença não é casual. A teoria darvinista, assim como as mais recentes teorias da evolução dos seres vivos, ainda cabem nos quadros da ciência burguesa oficial. Todo um exército de cientistas burgueses está à sua disposição. O materialismo histórico é um fato revolucionário diante da sociedade burguesa. Esta não somente não tem interesse em favorecê-lo, mas por necessidade de auto-conservação mobiliza todas as suas forças intelectuais para combatê-lo. Entre estas, a "filosofia" não é das últimas. Pode-se mesmo dizer que campos inteiros da ciência burguesa são dominados pelo esforço de combater o materialismo histórico e desacreditá-lo, falseá-lo ou cortar-lhe as asas. Hoje, que a sociedade burguesa luta corpo a corpo com a revolução socialista, que caminha para combates decisivos, também a luta ideológica se torna mais encarniçada. E, assim com ela procura dar à contra-revolução uma aparência revolucionária na figura do fascismo, do mesmo modo procede no campo ideológico. O idealismo



filosófico apresenta-se com máscara materialista ou semimaterialista. A dialética surge de novo, mas com a cabeça no lugar onde Marx e Engels lhe colocaram os pés, mais profundamente mistificada que em Hegel, e convertida, de método do pensamento racional, em método de apologia do sinistro e irracional instinto de auto-conservação de uma classe que é levada a privar-se da luz da razão para poder combater a corrente da razão histórica.

Devido a isso, quase não se examinaram as formas pelas quais as relações materiais, sociais, se traduzem nos seus correspondentes ideais, nos cérebros das diversas classes. Friedrich Engels já apontou a falha e, desde então, muito pouco se fez para saná-la, devido a razões já expostas. A ciência burguesa ideológica ou idealista apegar-se com avidez a essa lacuna. Ela coligiu os mais diversos materiais mas, metódicamente, é incapaz de dominar e expor de maneira verdadeiramente científica êsse material, o que somente pode ser feito deduzindo-se os reflexos ideológicos da sua base material.

A verificação das relações entre as séries materiais e ideais, mediante o materialismo histórico, é tarefa básica e metódicamente decisiva, mas a base não representa ainda o edifício.

Seja-nos permitido servirmo-nos de um exemplo do campo da matemática. A verificação de que, de duas grandezas variáveis, uma é a independente e outra a dependente, é fundamental para o seu exame. Mas muito pouco sabemos de uma função matemática se soubermos apenas isso. Tal verificação representa um ponto de partida e nada mais.

Tomemos um exemplo: o exame das categorias do pensamento e, em particular, a pesquisa das conexões internas com sua base material natural e social ainda está por fazer-se em sua parte essencial. A isso se acrescenta o problema de seu desenvolvimento histórico, o estudo comparativo dêste em diversos povos e culturas, e suas influências recíprocas. Finalmente, temos a questão de suas origens, de sua pré-história. Esta última nos leva às categorias gramaticais da língua: o imenso material que nos conduz além de qualquer história escrita, até a pré-história humana, não está, daquele ponto de vista, sequer externamente classificado, nem analisado ou estudado em função das relações sociais e do desenvolvimento da técnica de trabalho.

Certamente estas não são hoje as tarefas mais urgentes para o materialismo dialético. Refiro-me a elas para mostrar aos jovens que são levados mais ou menos ingenuamente pela ciência burguesa a aceitar que o materialismo histórico ou dialético esteja superado, "passé", e deveria ser substituído ou completado pela velha xaropada idealista; para mostrar, repito, que o materialismo histórico ou dialético, em verdade, está apenas em seu início: que um imenso campo de pesquisas está à espera dos estudiosos; que o próprio método está em vias de amadurecimento, e poderá desenvolver-se mediante o tratamento contínuo do material colhido.

Mas para poder contribuir ativamente para êsse desenvolvimento, é necessário libertar-se por completo da velha chapa idealista e colocar-se naquele novo ponto de partida, da mesma forma que, na moderna astronomia, se pode progredir depois e somente depois de romper com o sistema ptolomaico, adotando-se o ponto de vista de Copérnico. Ou como se pode progredir, no estudo da história da evolução dos organismos, somente depois de abandonar o princípio de invariabilidade das espécies, tomando-se o ponto de partida de Darwin.

Por sua vez, a relação que existe entre o materialismo histórico e a "infra-estrutura" é a mesma que existe entre os fenômenos psíquicos e os físicos. Devido aos preconceitos idealistas, as questões mais elementares esperam ser abordadas por um tratamento materialista metódico e longe estão de ter sido respondidas. Nesse campo, talvez seja necessário termos maior progresso das pesquisas físicas e químicas e do método fisiológico antes de podermos encarar os problemas mais simples de um ponto de vista verdadeiramente científico. Que processos materiais (para usar a expressão mais geral) correspondem à transmissão, pelos nervos, de uma impressão visual no sistema nervoso central dos animais superiores? Que corresponde materialmente a uma sensação visual? Que corresponde materialmente a uma imagem, etc., etc.?

Numa época em que se gastam milhões de dólares para produzir gases e outros meios que permitam paralisar a atividade dos nervos dos exércitos inimigos, não podemos esperar que se dê muita atenção àqueles problemas.

Sómente quando, em uma nova sociedade, as necessidades mais urgentes forem satisfeitas, o materialismo histórico e o materialismo em geral poderão empreender o seu vôo, sem empecilhos, para o domínio do saber pelo saber, como a atividade mais elevada e digna da humanidade, e poderão começar a ser estudados os problemas mais elementares que hoje, nas ciências positivas, não foram sequer colocados e onde, por isso, o charlatanismo encontra um campo em que possa instalar-se impunemente.

### A NOVA SITUAÇÃO DA PEQUENA BURGUESIA E SEU REFLEXO IDEAL NA FENOMENOLOGIA E NO EXISTENCIALISMO

A filosofia de Feuerbach reflete a situação da pequena burguesia alemã diante da revolução burguesa que se aproximava. Cerca de 100 anos mais tarde, vemos refletir-se na fenomenologia e no existencialismo a nova situação da pequena burguesia.

Em que consiste a mudança essencial desta situação?

Em primeiro lugar, modificaram-se as características gerais da época, e com estas, o terreno em que se movimentam as classes pequeno-burguesas.

Na Europa, há muito passou o tempo da revolução burguesa. Lá o capitalismo não está apenas em declínio, está em derrocada. O traço geral da época consiste na contradição entre a revolução socialista e a contra-revolução capitalista.

Mesmo onde a revolução democrático-burguesa ainda está na ordem do dia (por exemplo, em muitos países do Oriente) esse movimento é subordinado à contradição predominante entre a revolução socialista e a contra-revolução capitalista.

Ao mesmo tempo, todos os movimentos pequeno-burgueses locais subordinaram-se à luta entre a expansão imperialista, liderada pelos Estados Unidos, e a expansão socialista da União Soviética. Todos os movimentos revolucionários se polarizam devido a esse antagonismo geral e predominante.

Esclareçamos com o exemplo de dois países que geograficamente se distanciam muito: a Espanha no extremo ocidental e a China na parte mais oriental do continente euro-asiático. Consideremos primeiro a Espanha. Em



si mesma, devido às condições internas do país, a revolução antifeudal democrático-burguesa ainda está por se fazer. Mas também esse movimento se subordina à disputa geral entre a revolução socialista e a contra-revolução capitalista e ao mesmo tempo à contradição entre o bloco anglo-americano de um lado e a União Soviética, na sua zona de influência, de outro lado.

A China, no outro extremo, está submetida às mesmas leis.

Por isso, vemos agora em toda parte a classe operária e seus partidos revolucionários também como forças "líderantes" da revolução democrático-burguesa.

As revoluções democrático-burguesas, em toda parte onde estão por se fazer, tornaram-se apenas movimentos da mais elevada e mais universal contradição: a da revolução socialista e da contra-revolução capitalista.

Cem anos atrás as irrupções revolucionárias socialistas representavam "excessos" no curso da revolução democrático-burguesa. A classe operária era praticamente parte integrante do campo pequeno-burguês democrático. Hoje, ao contrário, as revoluções democrático-burguesas são apenas simples etapas para as revoluções socialistas (com possíveis pausas ora curtas, ora longas entre a "ouverture" e a peça propriamente dita).

Eis a situação geral da pequena burguesia de hoje diante da revolução socialista.

A pequena burguesia de hoje encontra-se comprimida entre a alta burguesia e a classe operária. Não há saída, não há solução para os problemas no terreno da pequena burguesia. Vista por este prisma, nem sequer é possível compreender sua posição, seu destino.

Tudo o que ela faz econômica e politicamente para conservar-se como pequena burguesia produz resultados contrários sem que ela própria saiba por que. Ela não pode conformar-se com a situação existente, que a pulveriza entre as mãos do capitalismo monopolista. De tal forma que ela se torna "revolucionária" — nos limites da pequena burguesia. Levanta a bandeira do socialismo pequeno-burguês. Mostra-se disposta a aplicar extremos de violência para conservação da propriedade pequeno-burguesa, da independência econômica pequeno-burguesa. Mas dadas as condições gerais da época, o que subjetivamente é interpretado, por parte da pequena burguesia, como revolução pequeno-burguesa, objetivamente se revela como contra-revolução fascista. Para defender a sua propriedade, a pequena burguesia defende a propriedade da alta burguesia. Depois da vitória da contra-revolução fascista, a propriedade pequeno-burguesa é destruída mais rápida, profunda e bárbaramente pelo grande capital, com a ajuda do Estado fascista.

A pequena burguesia aparentemente ganha, com a contra-revolução fascista, o poder político exclusivo. Em toda parte ela fornece a massa do partido fascista, o "führer", todos os novos senhores inclusive os "gauleiters". Mas, socialmente, como classe, ela se torna mero instrumento executivo do grande capital.

Procura a paz, mas encontra a guerra.

Renega a democracia burguesa, e todo pequeno burguês quer tornar-se senhor. Mas no regime dos "führer", todos os novos senhores inclusive os de maior projeção tornam-se também escravos de uma imensa e cega máquina partidária.

As tradições de cultura burguesa e pequeno-burguesa são destruídas mediante a volta à selvageria, a religião transforma-se em superstição primitiva, pagã. O patriotismo se realiza numa capitulação e derrocada nacional. O almejado domínio da nação sobre todas as outras transforma-se na execração da própria nação pelas demais.

A família é decomposta e dissolvida pelo estado fascista.

Também a revolução socialista inclui a perspectiva da supressão da propriedade pequeno-burguesa, mas, simultaneamente, a propriedade se transforma em propriedade social coletiva.

Isto representa a única saída real para a propriedade pequeno-burguesa. Mas tal só se torna possível mediante a negação da propriedade individual. Da mesma forma, a auto-determinação econômica individual é substituída pela coletiva.

Esta situação material e suas contradições encontram reflexo característico na esfera ideal.

As leis racionais da sociedade capitalista determinam a derrocada da pequena burguesia como classe.

Por isso, ela se apega ao irracionalismo nas suas formas mais diversas. A forma extrema é a crença em milagres e a crença no "salvador" taumaturgo todo poderoso, que lembra os tempos de decomposição da sociedade antiga — os meios espirituais que levaram ao aparecimento do cristianismo.

A pequena burguesia acredita estar acima das classes, porque está colocada entre a classe capitalista e a operária. A expressão filosófica desta crença é o idealismo subjetivo que supõe estar acima da contradição materialismo-idealismo. Este idealismo subjetivo procura ao mesmo tempo apresentar-se com a aparência de materialismo, da mesma forma que a contra-revolução fascista reveste a aparência revolucionária.

A dialética aparece como reflexo das contradições a que a pequena burguesia é impelida. Mas, para esta, tais contradições são incompreensíveis, cegas, incontroláveis. Semelhante dialética se torna, por isso, irracional, mística, idealista. A "autonomia da ideologia" leva ao "mito" ou à "mística"; na prática política, ao ludíbrio grosseiro das "massas" pela "elite".

Para a "revolução fenomenológica", a infra-estrutura econômica desaparece sob a velha "supra-estrutura". Assim, não há mais objeto para a transformação revolucionária das relações de propriedade. Dêste modo, a propriedade burguesa continua, e apenas muda freqüentemente de mãos.

Além disso, a suposição de que o sujeito pode manejar livremente a economia capitalista traz como conseqüência o "capitalismo de estado", i.e., supressão do capitalismo privado, dentro dos quadros do capitalismo e, com isso, simultaneamente, o agravamento extremo das suas condições inerentes.

A religião se conserva, mas privada de seu conteúdo. Trata-se da religião, qualquer que seja ela. A religião só pode existir de fato como uma religião determinada, excluindo e repelindo todas as outras. A salvação da religião "em geral" é ao mesmo tempo a sua volatilização. A indiferença contra uma forma determinada torna-se um meio para um fim, torna-se um fim estatal do mesmo valor que outros "mitos".

O terror contra-revolucionário se reflete na ilusão da onipotência do sujeito, do sujeito como criador do mundo. O objeto não é nada, é "meu pro-



duto" e somente isto. Daí o nihilismo, a praga da destruição ilimitada. A derrocada do "sujeito" significa a derrocada do mundo.

### SÓ PELA NEGAÇÃO, HÁ PERSPECTIVA POSSÍVEL

Só o materialismo histórico ou dialético, a ciência social, desenvolvida no âmbito da classe operária, permite à pequena burguesia, não apenas uma compreensão da sua situação e de suas perspectivas, mas também uma correspondente ação como classe, um verdadeiro domínio e construção do próprio destino. Isto inclui, no campo ideológico, um rompimento completo com o idealismo, com toda "filosofia", com toda ideologia e com as "tradições" da pequena burguesia.

O que a pequena burguesia perde em base individualista, recupera numa base coletiva; não há outro caminho, com exclusão aliás, de suas ideologias específicas, inclusive a religião.

Uma forma de sociedade que, em princípio e de maneira crescente, domina praticamente de modo racional a natureza e a sua própria vida social, não tem mais necessidade de religião nem de qualquer outra mística. Seu lugar é preenchido pela arte e pela ciência.

Mas a passagem para essa fase mais elevada só se verifica pela negação. Este é um duro encargo para a pequena burguesia. O materialismo histórico ou dialético não tem raízes nas condições de vida da pequena burguesia. Para a classe, em toda a sua extensão, o rompimento com sua própria ideologia, em regra, não será o ponto de partida para a reorganização revolucionária. Isto quando muito, poderá acontecer para indivíduos isolados. O ponto de partida será a ação revolucionária que se desenvolve sob a imposição inevitável de necessidades materiais extremas. A ação muda as condições materiais dos próprios agentes e conseqüentemente, abrirá novos horizontes para seu pensamento e ajudará a romper o envoltório de sua "ideologia autônoma". A "sociedade socialista" não necessita mais de uma ideologia específica pequeno-burguesa, nem de qualquer outra "ideologia".

"A queda da púrpura precede a do duque" (Schiller).

## História do Movimento Operário

# A Guerra Civil na Espanha

B. D. WOLFE

O fascismo espanhol comemora este ano o vigésimo aniversário da sua vitória, conseguida com o apoio direto da reação internacional. É conhecida a luta heróica que a classe operária espanhola travou durante quasi quatro anos, antes de depor as armas: menos conhecidas, entre nós, são todavia as causas da sua derrota. Aproveitamos essa triste data para levantar o problema dos ensinamentos da revolução espanhola, ensinamentos que são parte inseparável do patrimônio teórico do marxismo militante.

A Guerra Civil na Espanha, de certo modo, representa um capítulo final no desenvolvimento do movimento operário europeu de antes da guerra. Foi nas barricadas da Catalunha e de Madrid, que uma classe operária pegou pela última vez em armas, numa tentativa de assalto à sociedade burguesa, antes que o Continente mergulhasse na conflagração imperialista. Foi na Espanha, também, que morreu a Terceira Internacional. A sua dissolução decretada poucos anos mais tarde, em Moscou, não passou de um atestado de óbito preenchido com atraso. Morreu porque tinha deixado de ser o Partido Mundial da Revolução, tornando-se uma simples tropa de choque da burocracia stalinista no Ocidente. Foi na Espanha onde a tragédia do comunismo encontrou o seu auge antes da guerra. Durante anos a fio os comunistas esperavam a revolução no Ocidente, que devia romper o cerco capitalista em torno da URSS. Esperavam-na, fomentavam-na, procuravam fazê-la, inven-

tando e decretando "situações revolucionárias". Como essas duvidosas táticas, que culminaram no ultra-esquerdismo, falharam, a liderança stalinista da Internacional chegou à conclusão do que qualquer tática revolucionária estava condenada ao fracasso no Ocidente. Como os PP.CC. se tinham revelado incapazes de fazer a revolução, deviam, pelo menos, servir à URSS para que esta pudesse sobreviver num mundo capitalista. Nessa nova função só tinham utilidade se renunciassem das suas veleidades revolucionárias, capazes de assustar a "burguesia democrática e progressista", o cobiçado aliado contra a Alemanha Nazista. A estratégia diplomática de Stálin falhou — o sinal foi o Tratado Germano-Soviético de 1939. Quem cimentou finalmente a aliança entre a URSS e as Potências anglo-saxônicas, foi o próprio Hitler, que não deixava escolha aos seus adversários.

Quando, nessas circunstâncias, quasi vinte anos depois da tomada do poder pelos bolchevistas, se realizaram as previsões de Lênin e se criou realmente uma situação revolucionária no Ocidente da Europa — a classe operária espanhola opunha a revolução proletária ao golpe facista — a Terceira Internacional já tinha deixado de ser comunista e tinha gasto as suas energias revolucionárias em aventuras e lutas de facção. A revolução socialista na Espanha sucumbiu sob os golpes simultâneos da reação monarco-facista e do neo-reformismo stalinista, que impunha suas teses da "revolução de-



mocrático-burguêsa" com a arma do terror burocrático.

O movimento revolucionário, entretanto, como Fênix saindo das cinzas, ressurge sempre de novo. Das ruínas do Partido Comunista da Espanha saiu o POUM, — o Partido Obrero de Unificación Marxista — a vanguarda revolucionária do proletariado espanhol. Sua ação e sua história foram descritas pelo jornalista americano B. D. Wolfe, que foi à Espanha, como cola-

borador do jornal "Labour Age" e cujo trabalho publicamos, de forma condensada. A "Guerra Civil na Espanha" foi redigida em 1937, ainda durante a luta e fornece aos leitores um quadro vivo da época. Em seguida publicamos as teses de Andrés Nin, o dirigente do POUM assassinado pela GPU num subúrbio de Barcelona, as quais levantam os problemas teóricos da revolução espanhola.

EME



O chefe do governo republicano recbeu, no dia 16 de julho de 1936, uma nota confidencial comunicando que o há muito planejado levante militar arrebentaria em Marrocos, na manhã seguinte. Sua única resposta foi um horrível trocadilho: Um grupo de pessoas foi ao Congresso e num dos corredores fêz parar o Presidente do Gabinete, Casares Quiroga e confidencialmente comunicou o fato de que o pronunciamento militar era iminente. Ele ouviu despreocupadamente, respondendo: "Então vocês me garantem que os militares vão se levantar. Pois bem, senhores, deixem que se levantem; eu vou me deitar".

No dia 17 de madrugada, de acôrdo com o plano preconcebido, os oficiais da Legião Estrangeira declaram-se revoltosos e recorreram às guarnições para secundar o movimento. Um após outro, os corpos de oficiais de outros destacamentos os seguiram. No entanto, nem assim, o governo da Frente Popular que há tanto tempo sabia o que se estava preparando, tomou alguma medida para sustar a revolta.

Durante os dias 17, 18 e 19 de julho, recusou dissolver o exército, recusou libertar os soldados do dever de obedecer aos oficiais, e recusou também re-

correr a êles para prender os generais revoltosos.

Os trabalhadores, sem esperar por qualquer ordem, declaram a greve geral, ofereceram seus serviços para esmagar a rebelião e, como tantas vezes tinham feito, durante os inquietos meses de inércia governamental, pediram armas. Mas os políticos republicanos, que tinham menos medo de uma ditadura militar do que das massas armadas, recusaram abrir os arsenais.

O governo fêz esforços insanos para chegar a um acôrdo qualquer com a rebelião, para reconhecer o poder da ditadura militar conservando exteriormente a forma republicana, em resumo, para render-se "com dignidade".

Para tentar a reação a aceitar uma acomodação, organizou vários governos de "transição" em rápida sucessão, cada um mais da direita que o predecessor. Casares Quiroga passou o cargo de primeiro ministro a Martínez Barrio; Martínez Barrio a José Giral. Os políticos da direita, que tinham abertamente se oposto à Frente Popular, foram incluídos nos gabinetes que sucessivamente se formaram e os representantes das massas, dos sindicatos e dos partidos operários, foram excluídos. Mas os generais, experimen-

tando o gosto da vitória, desprezaram essas manobras e recusaram-se a aceitar a "rendição com dignidade". Não precisavam mais desses miseráveis fantoches que já tinham auxiliado bastante com a sua inércia. A rebelião não tinha o exército inteiro consigo? Qual

a necessidade de acordo? Só aceitariam a fuga ou a demissão dos políticos republicanos e o estabelecimento de uma indisfarçada ditadura militar. Tudo estava acabado, só faltava a divisão do espólio. Então, o inesperado, o incrível aconteceu!

## A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA COMEÇA

No dia 19 de julho, os trabalhadores de Barcelona, praticamente desarmados, atacaram as casernas.

Tinham umas poucas pistolas, escondidas em suas casas, das buscas dos funcionários da República — um pouco de dinamite arranjado pelos trabalhadores em construções, algumas espingardas de caça tiradas de casas de artigos esportivos, alguns caminhões e automóveis apreendidos nas ruas. Tinham paralelepípedos para barricadas e a coragem de homens acostumados a enfrentar a tropa sob a monarquia e a república, e estavam determinados a impedir a implantação de uma ditadura fascista-militar.

Este feito épico dos trabalhadores de Barcelona podia ter salvo a Espanha e mudado o curso da história de nossos tempos. Imediatamente toda a covardia, tentativa de acordo, indecisão, acabaram-se: os militares tinham encontrado uma força capaz de se lhes opor. No dia seguinte, 20 de julho, animados com o heroísmo do proletariado de Barcelona, os trabalhadores de Madrid atacaram o Quartel Montaña na extremidade do Parque do Oeste. Ajudados desta vez por um grupo de Guardas de Assalto, tomaram as casernas num relâmpago e Madrid pôz-se em contato com Barcelona. Ao mesmo tempo a revolução proletária rebentou em toda a Catalunha. Em todos os lugares, trabalhadores da C.N.T., F.A.I., U.G.T. e do P.O.U.M. uniram-se

para opor a força do proletariado à dos militaristas. Em uma semana, toda a Catalunha, Valencia e Castela estavam nas mãos dos trabalhadores e eles avançam paratomar o resto da Espanha. Em todo lugar surgiram comitês — mais ou menos análogos aos soviéticos na Rússia de 1917 — órgãos espontâneos de luta e administração, que o proletariado organiza de maneira absolutamente democrática, como a grande arma das massas, cada vez que toma por conta própria a direção dos acontecimentos. Tendo o governo recusado arma-lo, o proletariado armou-se a si próprio. O governo não tinha dissolvido o exército; os trabalhadores, ajudados por seus companheiros dos quartéis, dissolveram o exército, prenderam e executaram os oficiais fascistas, desarmaram as forças da reação. Comitês de fábricas tomaram as fábricas e passaram a dirigi-las; comitês de alimentação se ocupavam das provisões e suprimentos; comitês de transporte requisitavam caminhões e automóveis e ônibus e trens; comitês camponeses se apossavam dos grandes latifúndios; tomavam a administração de cidades e aldeias, comitês de patrulhas desencovavam fascistas, examinavam viajantes suspeitos, suprimiam conspirações, faziam a justiça revolucionária. Paralelamente ao governo republicano, que tinha desertado do povo na hora em que era mais necessário, um novo governo começou a aparecer sob forma embrionária. Para ele as massas se



voltaram, a fim de receber orientação, direção e ordens. Era a carne de sua carne e sangue de seu sangue; gozava

de sua confiança porque era uma expressão democrática e enérgica de sua própria vontade.

### O GOVERNO DUPLO

Mas em Madrid outro governo mantinha-se estranhamente inativo. Não recusava mais armas aos trabalhadores, porque eles as tinham tomado e se armado. Não tentava mais acôrdo com o fascismo, porque o heroísmo dos anarco-sindicalistas e poumistas de Barcelona tinham tornado impossível qualquer rendição ou acôrdo. O primeiro ministro Casares Quiroga, que tinha procurado enfrentar um levante militar, deitando-se, desapareceu. Manuel Azaña, Presidente e ex-ministro da Guerra, que tinha mantido os generais fascistas em seus postos, por cinco anos, até que tivesse terminado seus planos de revolta, fugiu para um convento. Os deputados que tinham enchido a Câmara com seus gritos líricos, silenciaram e a maior parte escondeu-se ou procurou a segurança em Paris. Não tendo passado às massas o governo, eram obrigados agora a apelar para os representantes das massas para que integrassem governos "republicanos", impedindo assim que as massas consolidassem governo próprio, de comitês, um governo de trabalhadores e camponeses. Os políticos republicanos, os que tinham coragem suficiente para ficar, ofereceram-se para chefiar o governo, para freiar o desenvolvimento da revolução proletária.

Nos lugares em que se dirigiam a si mesmos, por alguns momentos, os trabalhadores avançaram a passos gigantes. Tendo reconquistado a Catalunha, retomaram Castela e a província de Valência. Mas a sombra desmoralizada do governo de Madrid continuou a marcar todos os seus atos com vacilação, incompetência e medo das

fôrças colossais com as quais tinha que tratar.

Se acreditarmos em Leon Blum, e em sua declaração pública sobre o assunto que nunca foi desmentido, o governo de Madrid concordou secretamente com a vergonhosa política de "não-intervenção", quando esta lhe foi proposta.

Possuía uma reserva de 2.400.000.000 pesetas, uma das maiores do mundo, excessão feita a um grupo de grandes potências; enquanto não fez nenhuma tentativa séria de comprar armas em larga escala durante muitos meses, até que fôsse demasiado tarde. Nem então removeu os velhos oficiais monarquistas onde a rapidez de ação da classe trabalhadora os tinha impedido de se declarar pelos rebeldes, obrigando-os a afirmar sua "lealdade" à república. Nos meses vindouros todas as derrotas seriam devidas a êsses dois fatores: falta de armas e traição de oficiais.

A Espanha estava sendo governada por dois governos: um, o gabinete de políticos republicanos burgueses que tinha provado sua incompetência e que era indigno de confiança, um governo que derivava sua autoridade de inércia e do hábito, e, de um apoio teórico do parlamento, que tinha cessado de funcionar e que tinha desaparecido; o outro, um governo, formado ainda só apenas em parte, de comitês, conduzindo as massas, não totalmente consciente de sua autoridade e de seu papel. O futuro da Espanha dependia da decisão de qual seria a fonte de autoridade destes dois órgãos distintos de governo — gabinete nominalmente parlamentar ou os comitês que eram os germes dos soviets.



## A TRANSFERÊNCIA DO PODER ARMADO

No dia 17 de julho de 1937, a república burguesa, o governo de Frente Popular de Azaña, provou ser incapaz de se opor à rebelião armada, da mesma maneira que já tinha sido incapaz de desarmar a monarquia feudal durante cinco anos de regime republicano. O mesmo fato social de êle temer mais as massas armadas que a reação armada, paralisou-o como já o tinha paralisado antes. A guerra contra o fascismo não podia nem começar enquanto o povo não iniciasse a revolução. A 19 de julho quando os trabalhadores tomaram a direção dos acontecimentos, desprezaram o governo covarde e traiçoeiro que estava tentando negociar a capitulação, violaram a decisão governamental de não armá-los e organizaram suas próprias forças armadas, começaram portanto simultaneamente a guerra e a revolução. Nada pode obscurecer êste fato; nem certas inconsistências para conduzir a revolução a seus últimos, nem certas fraquezas na direção de algumas fases da guerra. Na verdade, nisso também as duas são inseparáveis, pois a direção da guerra sofreu na proporção direta da fraqueza e inconseqüência do proletariado na consecução da revolução. Mas dêste fato só uma coisa fica absolutamente clara: *se não houvesse revolução, não teria havido guerra.*

Nas grandes cidades, principalmente em Barcelona, os trabalhadores vitoriosos, de arma na mão e diante da necessidade de abastecer e equipar suas

fôrças armadas, procederam à imediata requisição de fábricas, dos estoques existentes de materiais e comestíveis e dos meios de transporte. Graças a isso, foram capazes por curto período de tomar a ofensiva e avançar pelo Aragão a dentro e por grande parte do resto da Espanha. É digno de nota que, uma vez que os trabalhadores perderam a iniciativa *de governo*, renunciando a se constituírem em governo, a Espanha legalista nunca mais, até o presente momento, assumiu a ofensiva.

O presidente e o Gabinete, impotentes para impedir a ocupação das fábricas pelos trabalhadores, fizeram o possível para limitá-la e restringi-la. Seus decretos têm como objetivo a restrição de ocupação só a fábricas cujos donos se tinham declarado favoráveis aos rebeldes. Mas como os trabalhadores tomaram as principais cidades industriais num relâmpago, poucos dias depois de ter estalado a rebelião (Barcelona em dois dias, Madrid em três, Valencia em menos de uma semana), a maior parte dos proprietários de indústria não tiveram nem tempo nem quiseram se declarar fascistas. Entre êstes proprietários de fábricas "legalistas", e latifundiários "legalistas" em iguais circunstâncias, e nas organizações políticas que êles apoiavam e que os defendiam estava o verdadeiro refúgio da tão falada "Quinta Coluna" de simpatizantes e que apoiavam secretamente Franco.

## A REVOLUÇÃO NA TERRA

O passo seguinte das massas sob direção revolucionária, ainda sem chefes e contra a vontade dos ministros republicanos, era a ocupação da terra, quebrando assim a espinha dor-

sal do poder econômico que sustentava a reação, e mobilizando o camponês, *pela revolução*, para o prosseguimento da guerra. Mais tarde o governo reabilitado, e reconstituído, finalmente



com um comunista no desagradável papel de restritor oficial da ocupação da terra e da coletivização (o Ministro da Agricultura, Uribe) tentou limitar a ocupação só às terras de latifundiários abertamente fascistas. Aldeias e regiões inteiras, como os recentes julgamentos dos prefeitos comunistas de Villanueva e Alcardete e Villamayor provaram, foram postos novamente sob a direção de *caciques*, os antigos tiranos de aldeia em nova roupagem republicana e comunista, e o centro da gravidade foi deslocado dos agricultores e camponeses pobres, na maior parte anarquistas e socialistas, para o camponês médio e para a antiga burocracia administrativa.

Os latifundiários que, pela rápida ação envolvente das massas, foram impedidos de declarar abertamente suas simpatias reacionárias, recebem as suas possessões de volta ou, quando suas terras são parcialmente divididas, recebem compensação. Assim o poder econômico da reação rural muda, parcialmente, na forma, mas não é destruído, enquanto que a magnífica iniciativa dos trabalhadores da terra e camponeses revolucionários que mobilizam o campo para a guerra contra o fascismo, justamente onde ele é mais forte, foi e está sendo desanimada e destruída.

### PORQUE O PARTIDO COMUNISTA FOI ESCOLHIDO

No momento da erupção da revolta militar de julho de 1936, a antiga classe dirigente espanhola não podia mais governar em seu próprio nome. Estava dividida pela revolta. O grupo "legalista" era reduzido a uma mera capa: um grupo de políticos desacreditados, maculados por sua própria inércia e culpada cumplicidade na preparação da revolta. As massas armadas tinham entrado no palco da história não como espectadores passivos ou trocadores de cenários, mas como atores. Todos os sinais e indicações apontavam como solução necessária um governo de trabalhadores e camponeses. A classe dirigente tinha perdido a confiança em si: os velhos políticos e as velhas palavras de ordem tinham perdido o poder de dominar ou desviar as massas; a antiga máquina de força tinha passado para o fascismo e o estado tinha perdido o poder de reprimir. Só um partido de classe trabalhadora seria capaz de confundir as massas; só tropas de choque recrutadas entre os trabalhadores e agindo ostensivamente em seu nome seriam capazes de supri-

mir as massas — e confusão e supressão são o duplo objetivo da classe capitalista, como de todo governo de minoria. A única esperança da classe dirigente espanhola para continuar o regime capitalista era dirigir, através de algum seguro partido de "oposição", até que a crise tivesse passado. Se pudessem aproveitar os sindicalistas ou socialistas (e eles tentaram ambos, levaram-nos ao governo por um tempo, e ainda utilizam suas alas conservadoras) a burguesia espanhola os preferiria porque ambos os partidos tinham enorme aceitação popular. Mas os dois, apesar da falta de clareza, e sendo por isso mesmo indignos de confiança do ponto de vista proletário, correspondiam às necessidades das classes trabalhadoras e eram dirigidos democraticamente demais, para que o capitalismo pudesse arriscar um governo através desses partidos.

Quando o capitalismo alemão estava em condição semelhante em 1918, chamou a Social-Democracia ao governo. Foi este partido que reprimiu a revolta espartaquista que nem os pró-



prios junkers poderiam ter reprimido, implantando uma república burguesa, quando uma república socialista estava na ordem do dia, redigiu a Constituição de Weimar criando uma "república democrática de profundo cunho social" (As mesmas palavras estão sendo repetidas pelo Partido Comunista espanhol!). O Partido Social Democrático alemão assassinou Liebknecht e Rosa Luxemburgo, como hoje o Partido Comunista espanhol assassinou Andres Nin. Foram os social-democratas que "adiaram" as medidas revolucionárias enquanto a situação era revolucionária, conservaram a base econômica do poder capitalista, mantiveram a antiga máquina burocrática militar, alienaram as massas que só seriam conquistadas por uma solução revolucionária de seus problemas e aprisionaram, e mataram, a vanguarda que insistia na aplicação de tais medidas; foram eles que tornaram possível, por suas medidas, a volta da reação e, sob a égide de uma "república democrática, com profundo cunho social" tornaram inevitável a ascensão de Hitler ao poder.

O Partido Comunista espanhol que tantas vezes e tão levemente tinha ligado as palavras "renegado" e "traidor" a "contra-revolucionário", voluntária e agressivamente assumiu o papel de *renegado*, traidor e contra-revolucionário! Não sendo uma podero-

sa força de massas como a Social-Democracia alemã de 1918, não poderia ocupar sozinho esta posição. Tem que desempenhar o papel de leão da reação ao lado do govêno, mas não é bastante grande para encher a pele do leão. Por isso, republicanos desacreditados como Azaña e Companys, católicos bascos como Irujo, e opositores da ala direita do socialismo e do govêno dos trabalhadores, do Partido Socialista como Negrin e Prieto, ajudaram a encher a pele enquanto o Partido Comunista da Espanha rugia "tão delicado como uma pombinha" em nome do "povo" da Espanha. O suave rugido era calculado para não assustar o respeitável público, mas o Partido Comunista está longe de ser suave quando se atira de unhas e dentes para destruir o P.O.U.M., para fazer Largo Caballero resignar, já que chegaram à conclusão que êle não fará o que êles querem, para prender milhares de membros da C.N.T., e da U.G.T. e para expulsar estes representantes das mesmas organizações do govêno, para maior glória da "república democrática". Como se torna irônico o têrmo Frente Popular quando os dois grandes centros de sindicatos, compreendendo mais de 4.000.000 de trabalhadores e, com as suas famílias e dependentes, mais de dois têrços de todo o povo da Espanha, foram excluídos do govêno da Frente Popular!

### O CAMINHO DA DEGENERAÇÃO

Como, perguntará o leitor, o partido que tinha abraçado o comunismo e a ditadura do proletariado e se opunha tão intransigentemente à colaboração de classes, como esse partido chegou ao ponto de assumir essa atitude? Sua degeneração foi gradual — foi um processo de degeneração, não um ato

único; e, no seu caminho em direção à contra-revolução, três marcos podem ser assinalados. O primeiro foi o sectarismo que o isolou das massas e tornou-o incapaz de servir a causa revolucionária. Durante este período, expulsou seus melhores elementos (mais de metade do partido!) e tornou-se fa-



nático opositor da unificação da classe trabalhadora. O segundo marco foi o oportunismo, a adoção da colaboração de classes, a sabotagem e destruição da Frente Única dos Trabalhadores em favor da Frente Popular, de programa e direção burguesa. O terceiro e último marco foi a oposição à revolução proletária de julho de 1936, a conspiração para expulsar a U.G.T. e a C.N.T. do governo, a provocação do levante de maio em Barcelona, o decreto pondo na ilegalidade o P.O.U.M. e o

assassinato de Andres Nin. Percorreu um longo caminho até a degeneração e chegou ao final. É hoje o maior opositor do socialismo e do governo de trabalhadores e camponeses, da revolução proletária, em toda a república espanhola.

Devemos examinar mais de perto seu "progresso" no caminho da degenerescência, pois indica o caminho que os apóstolos da Frente Popular estão seguindo em todos os países.

### CONTRA A FRENTE ÚNICA DO PROLETARIADO

A grande virada para a esquerda tinha começado na U.G.T. e no Partido Socialista espanhol havia apenas dois anos quando o Partido Comunista bombardeou-os com os epítetos de "social-fascismo da esquerda". Quando, em 1933, o gigantesco movimento da frente unida dos trabalhadores, a ALIANZA OBRERA, tomou incremento, pela iniciativa do P.O.U.M., em Barcelona, e espalhou-se até os socialistas, a U.G.T. e importantes setores da C.N.T. e da F.A.I., o Partido Comunista lançou toda a sua bateria de insultos contra ela. Foi só na undécima hora, ou antes, um minutos antes da meia-noite que o COMINTERN, começando sua nova virada para a linha de Frente Popular, ordenou ao Partido Comunista da Espanha que entrasse para a Alianza Obrera, quando esta começou sua greve geral e revolta armada para impedir o acesso pacífico dos fascistas ao poder.

Mas o apoio temporário à Frente Única dos trabalhadores era um estágio em meio do caminho para a virada de 180 graus que o COMINTERN estava preparando, de sua antiga oposição à frente dos trabalhadores, sob pretexto de que nenhuma outra orga-

nização da classe trabalhadora é suficientemente boa (todas são social-fascistas, exceto os comunistas), à sua nova oposição à Frente dos Trabalhadores, sob pretexto que todas as organizações burguesas-liberais e programas de classes e a Frente Única Proletária devem ser combatidas em nome da Frente Popular.

Por isso, em 1935, quando o heróico exemplo da revolta das Astúrias tinha agitado a classe operária e abalado o poder do governo Gil Robles-Lerroux, quando as massas já estavam "pelo nariz" da "república democrática" e de sua timidez em matéria de reformas sociais, contrastando com sua *coragem* leonina na defesa da propriedade e dos privilégios e estava decidida a criar um governo de trabalhadores e camponeses, e quando a ala esquerda do Partido Socialista tinha acabado de conquistar maioria para os dois princípios revolucionários o da Frente Única Proletária e o do governo de trabalhadores, o Partido Comunista da Espanha obedecendo ordens do Comintern, abandonou a posição comunista nessas duas questões, para adotar o apoio à Frente Popular e à república Burguesa!



## O PAPEL DO P.O.U.M.

Temos que tratar de mais uma força, o P.O.U.M., é impossível tratá-la adequadamente nos limites de um capítulo. Comentar o P.O.U.M. é tratar de todos os problemas táticos e estratégicos da revolução proletária na Espanha, da qual êle é o melhor representante. Êste partido evitou o sectarismo em 1931, e, muito fraco para conduzir o proletariado em uma luta pelo poder, trabalhou com afinco para se preparar a si e as massas para a próxima etapa. O P.O.U.M. iniciou o movimento pela Alianza Obrera (frente unificada dos trabalhadores) em 1932 e 1933; em 1934 a Alianza já estava bastante forte para liderar o levante das Astúrias. Trabalhou infatigavelmente para vencer os preconceitos anarquistas dos sindicalistas e as tendências de coalisão burgueso-liberais dos socialistas. Lutou pela união da CNT com a U.G.T. quando todos consideravam isso um absurdo. O P.O.U.M. combateu a Frente Popular em 1935, mas não era bastante forte para impedir que os sindicalistas, anarquistas, socialistas, comunistas e republicanos se reunissem em torno do magro programa de anistia às vítimas do levante das Astúrias. Não tendo conseguido convencer as massas, estava perante o dilema de apresentar candidatos rivais com número de votos possivelmente suficientes para deixar que esta disputa renhida fôsse vencida por Gil Robles e os fascistas, — ou participar sob protesto. Foi o que fez, criticando a coalisão da Frente Popular e comunicando que se desligaria da Frente logo depois das eleições. Cumpriu sua palavra. Desempenhou papel verdadeiramente digno em julho de 1936 e rapidamente aumentou seus quadros de mais ou menos 6.000 membros para 50.000. Mas ainda não era suficientemente forte para dirigir a

luta pelo poder e decidiu manter contato com as massas e incutir a necessidade de tal luta, que não seria todavia tentada senão com apoio de partes decisivas das organizações proletárias, que contavam com milhões de membros da U.G.T. e a C.N.T.

Sua experiência crucial foi em maio de 1937, quando aconselhou os trabalhadores de Barcelona a não tentar uma luta armada, porque êles não eram bastante fortes nem suficientemente certos de seus objetivos para tomar o poder. O proletariado de Barcelona, tendo sido provocado, resistiu ao desarmamento e viu-se na obrigação de se sublevar. Então, quando a C.N.T. e a F.A.I. abandonaram suas massas, o P.O.U.M., — como os bolchevistas em julho de 1917 — resolveu apoiar o movimento condenado, para ajudar as massas em retirada feliz. Foi por isso posto fora da lei e, assim como Lênin e os bolchevistas foram acusados de “agentes do Kaiser” em julho de 1917, por Kerensky, e foram postos fora da lei e obrigados a se esconder, também o P.O.U.M. foi acusado de ser “agente de Franco” em maio de 1937. Nin foi assassinado e o partido obrigado a recorrer à luta subterrânea. Mas então o pequeno partido tinha crecido e tinha passado da propaganda revolucionária abstrata à verdadeira liderança dos setores mais avançados do proletariado espanhol. Apesar da brutal perseguição, o P. O. U. M. não foi esmagado. Seus jornais aparecem clandestinamente, *La Batalla* é um semanário não censurado com uma tiragem de dezenas de milhares de exemplares; milhões de volantes foram distribuídos; o partido cresce em força e determinação e ganha respeito, admiração, apoio e aderentes tanto no campo do socialismo como no do anarco-sindicalismo.



## “TROTSKISMO” E A REVOLUÇÃO ESPANHOLA

Nada mais espantoso em toda a história de guerra civil espanhola que a determinação dos stalinistas de fazer Trotsky responsável pelas secções revolucionárias da U.G.T. e da C.N.T., pela defesa armada dos direitos dos trabalhadores por parte dos operários de Barcelona em maio último, e pela política e existência do P.O.U.M.

Os fatos são os seguintes:

1. O P.O.U.M. não é trotskista. Seus membros e dirigentes vêm principalmente do Partido Comunista, cuja secção catalã foi expulsa em bloco durante a onda de extremismo de 1929, por rejeitar rompimento da união operária, por pleitear a política da frente única, por se opor à teoria imbecil de que o resto da classe trabalhadora era “social-fascista”, por censurar a transferência mecânica de táticas à Espanha, sem nenhuma ligação com as realidades espanholas. Seu principal líder era Joaquim Maurin, repetidamente atacado por Trotsky de “centrista”, “oportunista”, “pequeno-burguês”, “principal desencaminhador do proletariado espanhol”, “traidor menchevique” e outros epítetos semelhantes. (Stalin, ao que parece, não tem monopólio de injúrias facciosas). Quando em disposição mais pacífica, Trotsky proclamou o “Maurinismo” ... uma mistura de preconceitos pequeno-burgueses, ignorância, ciência provinciana e pequena política” e concluiu que “o primeiro passo no caminho da formação de um partido revolucionário na Espanha deve ser denunciar a vulgaridade política do maurinismo. Nisto devemos ser implacáveis”. E, justiça seja feita ao punhado de seguidores de Trotsky na Espanha, eles efetuaram repetidas vezes este “primeiro passo” e ainda estão marcando passo no ponto de partida indicado pelo mestre no “ca-

minho para a formação de um partido revolucionário na Espanha”.

2. Dois líderes do P.O.U.M., Andres Nin e Juan Andrade foram antigos seguidores de Trotsky. Desligaram-se dele há mais ou menos cinco anos quando rejeitaram suas instruções para entrar na Segunda Internacional. Fundiram-se então com os maurinistas para formar o P.O.U.M., como organização unida, em setembro de 1935. Desde aí, Trotsky os agraciou de “meros rabos de burguesia esquerdista”, “os traidores Nin e Andrade” (isto depois da erupção da guerra civil!) e declarou que “na Espanha, encontrar-se-ão revolucionários genuínos para denunciarem impiedosamente a traição de Maurin, Andrade & Cia., e lançar os alicerces da Secção Espanhola da Quarta Internacional” (22 de janeiro de 1936).

3. Os trotskystas não são membros do P.O.U.M. O P.O.U.M. deu ordem expressa de expulsão de todos os trotskystas. La Batalha tem uma série de artigos polemizando o trotskismo, não no tom “implicável”, arrogante e insultante no qual só os russos como Stalin e Trotsky são capazes de escrever, mesmo sobre os seus melhores elementos políticos, caso estes não favoreçam seus designios facciosos na contenda partidária na União Soviética, mas na forma teórica e baseada em fatos que tanto stalinistas como trotskystas há muito tempo abandonaram e esqueceram.

4. Os trotskystas na Espanha (havia quatorze quando eu estive lá e com exceção de um ou dois, os outros eram refugiados belgas, franceses e italianos e não espanhóis), têm um órgão próprio, que aparece uma vez em cada dois meses, chamado “La Vos Leninista”. Seus principais ataques são dirigidos contra o P.O.U.M.. No número



de abril de 1937 declara: "Não se pode argumentar honestamente que o P. O. U. M. seja um partido verdadeiramente revolucionário... Substitue o Maurismo ao Leninismo, a retórica à dialética, demonstrações públicas à agitação política... Sob pretexto de seguir "as peculiaridades da revolução espanhola" os dirigentes do P.O.U.M. fizerem o que puderem para sufocá-la..."

Nos dias de maio, os trotskystas se tornaram culpados da falsificação de panfletos em nome do "P.O.U.M., C.N.T.-F.A.I.," tendo unicamente as desconhecidas iniciais B.-L., em tipo menor para insinuar que não provinham destas organizações, mas, como um Sherlock Holmes seria capaz de deduzir dos "Bolchevistas-Leninistas", cujo nome, e ainda mais as iniciais, era desconhecido dos trabalhadores espanhóis.

5. A edição inglesa de julho de 1937 do Boletim de Bureau Internacional da Quarta Internacional, publicada depois dos acontecimentos de maio, quando o P.O.U.M. estava na ilegalidade e seus melhores dirigentes tinham sido assassinados, declara que os líderes do P.O.U.M. são "traidores menchevistas que se escondem sob fórmula quase bolchevista"., Aconselha a "dissolução do P.O.U.M. Enquanto os trotskystas franceses destruíam a Frente Unida para a Defesa da Revolução Espanhola, por seus ataques ao P.O.U.M., os trotskystas americanos preparavam um artigo (publicado no Socialist Appeal) que dizia: "Ainda existem camaradas no estrangeiro que acreditam

que o P.O.U.M. possa ser reformado, ou que a exigência da formação de um novo partido seja prematura?"

Em nenhum lugar melhor que na Espanha, as duas facções russas, stalinismo e trotskystas provaram sua falência como forças revolucionárias construtivas. Aqui está se processando uma luta revolucionária. Aqui há o P.O.U.M., o melhor partido revolucionário que a classe trabalhadora espanhola já organizou — muito mais, o partido revolucionário de massas de todo o mundo capitalista. O stalinismo, cujo papel na Espanha foi diretamente contra-revolucionário, tenta esmagá-lo, pede a sua ilegalidade, como pagamento do auxilio à Espanha republicano-burguesa, em tanques, aviões e diplomacia. Com certeza se pensaria que o trotskysmo desse seu apoio ao P.O.U.M. — uma crítica construtiva de camaradas era necessária assim como a mais irrestrita e espontânea solidariedade e apoio. Mas não! o trotskysmo, como o stalinismo acredita que o fato dos russos terem feito uma revolução vitoriosa dá-lhes o monopólio da direção de todos os movimentos revolucionários do mundo. Na prática, nem um, nem outro podem tolerar qualquer movimento em qualquer parte do mundo que não reconheça sua direção e se curvem diante dos objetivos facciosos da controvérsia do partido russo. O P.O.U.M. rejeita o plano para a formação da Quarta Internacional. Porisso Trotsky declara-lhe guerra aberta, pede sua dissolução, substitue pela crítica destrutiva e a divisão, a crítica construtiva e o apoio.



Eis o esboço preparado por Andres Nin para discussão e adoção pelo P.O.U.M. em seu segundo congresso que deverá se realizar neste verão. Foi publicado a 5 de abril de 1937, no "Boletim Interno de Discussão", com um peido de comentários, emendas ou

propostas para uma "anti-tese" — o que parecerá estranho aos membros do Partido Comunista que já se esqueceram o que seja uma discussão convencional.

Os preparativos para a convenção foram interrompidos pela supressão do



P.O.U.M., a prisão de todos os seus líderes e membros mais capazes e devotados, a acusação lançada contra Andres Nin de "agente de Franco" e seu assassinato subsequente, na prisão e sem julgamento. A tese, mesmo sem as correções e os melhoramentos em detalhes, que resultariam indubitavelmente da discussão preconventional, é

um dos grandes documentos do Marxismo Internacional. Poucos escritos políticos, desde os dias em que Lênin estava à testa da Internacional Comunista, têm a coragem revolucionária, a visão, o pensamento luminoso e a linguagem viva que caracterizam este último importante documento das mãos de Nin.

## A Natureza da Revolução Espanhola

ANDRES NIN

"1) — O desenvolvimento da situação na Espanha, depois do Congresso Constitucional do P.O.U.M., realizada em Barcelona, em setembro de 1935, confirma a posição fundamental de nosso Partido. Afirmamos que a luta não era entre democracia e o fascismo, mas sim entre o fascismo e o socialismo. Estávamos absolutamente certos em chamar a nossa Revolução democrático-socialista. As experiências de 1931-1935 demonstraram amplamente que a burguesia era impotente para resolver os problemas fundamentais da Revolução democrático-burguesa e mostrar a necessidade de a classe operária colocar-se decididamente à frente do movimento de emancipação para realizar a revolução democrática e para iniciar a revolução socialista. A persistência das ilusões democráticas e a aliança orgânica com os partidos republicanos levaram inevitavelmente ao fortalecimento de posições e, em futuro próximo, ao triunfo do fascismo como a única saída para um regime capitalista incapaz de resolver as suas contradições internas, dentro do quadro das instituições democrático-burguesas.

As lições de Astúrias, onde um proletariado tomando decisivamente a direção do movimento de outubro de 1934,

dera um golpe mortal contra a reação, e as lições da Catalunha, onde durante os mesmos dias podemos ver uma vez e de um modo claro a incapacidade e a inconsistência dos partidos pequeno-burgueses, não foram aproveitadas, devido à ausência de um grande partido revolucionário.

Os Partidos Socialista e Comunista, ao invés de aproveitar a lição de outubro, desenvolvendo a Aliança Operária que tinha produzido um tão esplêndido resultado nas Astúrias, ao invés de canalizar todas as forças para diante, assegurando a hegemonia das classes trabalhadoras, empurraram o proletariado por meio da Frente Popular, para os Partidos burgueses republicanos, que tinham falhado miseravelmente em outubro e que haviam desaparecido virtualmente da cena política.

O período que precedeu imediatamente às eleições de 16 de fevereiro é caracterizado pela ressurreição dos Partidos republicanos, graças aos partidos Comunista e Socialista entre as massas, que parecem ter sido criados mais pelo forte desejo de assegurar a libertação dos prisioneiros políticos — condenados por terem agido nos dias de outubro — do que pela confiança nos partidos republicanos. Esse de-

sejo era tão unânime e o movimento tão poderoso que nosso partido foi forçado a aderir-lhe, mas conservou completamente a sua personalidade e independência, tendo exercido uma crítica, forte e implacável, aos partidos republicanos. Esta tática que nos salvou de um isolamento completo, permitiu-nos uma maior aproximação às grandes massas, que até então tinham sido inacessíveis para nós, e entre as quais poderíamos de então em diante propagar as nossas opiniões.

A ação dos republicanos de esquerda, no poder depois de 16 de fevereiro, foi uma confirmação absoluta das nossas predições. Desde o primeiro momento, viu-se o completo divórcio entre o Governo e o poderoso impulso das massas, que forçou o governo a decretar a anistia e iniciou um vasto e profundo movimento grevista.

Subia o clamor em prol da rápida e enérgica ação em favor de uma política de realização revolucionária e de rigorosas medidas contra a reação que se tornava cada vez maior.

De cima, fazia-se uma política de passividade e contemplação; uma política cuja palavra de ordem parecia ser: "Não mudar coisa alguma. Não assustar a ninguém. Não ferir os interesses das classes exploradoras". O resultado desta política foi a insurreição militar fascista de 19 de julho de 1936. O troar dos canhões e das metralhadoras acordou o proletariado, ainda inclinado às ilusões democráticas, de seu sono profundo. A vitória eleitoral de 16 de fevereiro não tinha tocado nos problemas básicos de nossa terra. A reação fascista empregou argumentos mais fortes do que cédulas eleitorais. Aproveitando-se da posição privilegiada que o governo Republicano lhe tinha estendido mantendo nos postos estratégicos mais importantes a grande maioria dos oficiais do exército

ao serviço da reação, desencadeou a guerra civil.

## A INSURREIÇÃO FASCISTA E A REVOLUÇÃO OPERÁRIA

2) — A insurreição militar fascista provocou uma formidável reação na classe operária, que se atirou resolutamente ao combate e apesar de casos de passividade e traição, a despeito dos partidos republicanos, cujos representantes oficiais recusaram-se a armar os operários, derrotou a insurreição nos centros industriais mais importantes do país.

Esta intervenção decisiva dos operários tem grandes consequências políticas. Os órgãos do poder burguês estão destruídos realmente. Em toda parte, estão sendo criados Comitês Revolucionários. O exército permanente está dissolvido e substituído pela Milícia. Os operários tomam conta das fábricas. Os camponeses tomam as terras, igrejas e conventos são destruídos pelo fogo purificador da Revolução. Em poucas horas, os operários e os camponeses, pela ação revolucionária direta, resolveram os problemas que a burguesia republicana foi incapaz de resolver, em cinco anos, — isto é, os problemas da revolução democrática — e a classe operária inicia a revolução socialista pela expropriação da burguesia. Por algum tempo órgãos do poder burguês são apenas uma sombra. O poder real está em mãos dos Comitês Revolucionários, que formam uma rede apertada em todas as regiões do país que não estão nas mãos dos fascistas.

Não obstante, neste primeiro período, o impulso revolucionário é muito mais rigoroso na Catalunha do que no resto da Espanha. Não há dúvida de que a Catalunha marcha na frente da Revolução, graças à influência do



P.O.U.M., da C.N.T. e da F.A.I., que não tomam parte na Frente Popular e por conseguinte onde o oportunismo democrático-republicano penetram menos profundamente nas fileiras das massas trabalhadoras.

A insurreição fascista militar, destinada principalmente a estrangular o movimento revolucionário das massas operárias, acelera então este próprio movimento a uma vertiginosa velocidade, colocando claramente a questão do poder: "Fascismo ou Socialismo".

O que está planejado contra a Revolução se transforma em revolução proletária com todos os seus característicos distintivos: enfraquecimento da máquina do Estado burguês, decomposição do Exército, das forças de coerção do Estado, das instituições judiciais, armamento da classe operária que ataca e enfraquece o direito da propriedade privada, intervenção direta dos camponeses que estão expropriando os senhores de terra, e finalmente a convicção das classes exploradoras de que seu reino findou.

Durante as primeiras semanas seguintes ao 19 de julho há uma convicção geral de que o passado não pode voltar, de que morreu a República democrática e a Revolução é tão poderosa que os próprios Partidos pequeno-burgueses proclamam a derrocada do regime capitalista e a necessidade de empreender-se a transformação socialista da sociedade espanhola. O único meio imediato de sair-se desta situação foi coordenar o impulso das massas e instituir um governo forte, baseado nas organizações nascidas ao fogo da revolução como expressão direta da vontade daqueles que representaram um papel predominante na luta contra o fascismo. Tal governo não poderia ser outro senão um Governo de Operários e Camponeses. Esta posição, mantida pelo P.O.U.M. desde o primeiro momento em que se tornou claro o ca-

ráter da luta teve a oposição de todos os partidos da Frente Popular e em primeiro lugar a do Partido Comunista, e a indecisão da C.N.T., cuja ideologia anarquista obsteu o reconhecimento, por parte dele, da importância fundamental e decisiva do problema do poder.

Neste meio tempo, com o auxílio de uma campanha tenaz e sistemática, duas opiniões de consequências trágicas para a vitória da classe operária foram desenvolvidas. A primeira foi expressa nestes termos: "Primeiro ganhe-se a guerra, depois, faça-se a revolução". De acordo com a outra opinião, que era consequência direta da primeira, na presente guerra civil os operários e camponeses estão lutando pela manutenção da República Democrática Parlamentar, e, por conseguinte, não se pode falar em Revolução Proletária. Mais tarde esta concepção adquiriu um corolário inesperado: esta luta democrática que cobre de sangue e de ruínas o país é uma guerra pela independência nacional e pela defesa da pátria. Nosso partido, desde o primeiro momento, adotou uma atitude de oposição decisiva a estas concepções contra-revolucionárias.

#### A GUERRA E A REVOLUÇÃO SÃO INSEPARÁVEIS

3) — A fórmula: "Primeiro ganhe-se a guerra e depois faça-se a revolução", é fundamentalmente falsa. Na luta atual na Espanha, guerra e revolução não são somente termos inseparáveis, mas, sinônimas. A guerra civil, estado mais ou menos prolongado de violento conflito entre duas ou mais classes da sociedade, é uma das manifestações, a mais aguda, da luta entre o proletariado de um lado e da grande burguesia e dos senhores de terra, do outro, assustados com o avanço revolucionário. A luta no campo de batalha



é sempre um prolongamento da luta na retaguarda. A guerra é uma forma de política. É a política em todo caso, que dirige a guerra. Os exércitos defendem sempre os interesses de uma dada classe. Deve-se perguntar se os operários e camponeses estão lutando no campo de batalha por uma ordem burguesa, ou por uma sociedade socialista. A guerra e a revolução são inseparáveis atualmente na Espanha, como o foram na França no século XVIII e na Rússia em 1917-1920. Como podemos separar a guerra da revolução quando a guerra não é outra coisa senão o auge do processo revolucionário que se vêm desenvolvendo no nosso país desde 1930 até o presente momento?

Na realidade, sob a fórmula: "Primeiro ganhe-se a guerra..." oculta-se o objetivo de frustrar a revolução. As revoluções devem ser feitas quando existem circunstâncias favoráveis e a História não as oferece de encomenda. Se não se aproveitam os momentos de maior tensão revolucionária, o inimigo de classe reconquista as posições perdidas e finaliza por estrangular a revolução. A História do século XIX e o período mais recente, do pós-guerra (Alemanha, Áustria, etc.) apresenta-nos abundantes provas disso. O adiamento da revolução para depois da guerra ser ganha, significa deixar que a burguesia domine livremente e se aproveitando do decréscimo da tensão revolucionária, restabeleça sua máquina de repressão no preparo da restauração sistemática do regime capitalista.

A guerra, como se diz acima, é uma forma da política. O regime político sempre serve a uma classe definida da qual é expressão e instrumento. Enquanto a guerra continua, deve seguir alguma espécie de política. — A serviço de quem? No interesse de que classe? — Toda a questão está aí. A garantia de uma vitória rápida e certa

na frente de batalha reside numa política revolucionária firme na retaguarda, — capaz de inspirar os combatentes com o ardor e a confiança indispensáveis para a luta e despertar a solidariedade revolucionária do proletariado internacional, que é a única solidariedade com a qual podemos contar; de criar uma sólida indústria de guerra para reconstruir, em base socialista, a economia destruída pela guerra civil; de forjar uma arma eficaz a serviço da causa do proletariado, que é a causa da humanidade civilizada. O instrumento de tal política revolucionária só pode ser um governo operário e camponês.

#### O NEO-REFORMISMO STALINISTA

4) — Como na Rússia em 1917 e em toda a Europa, depois da guerra imperialista, o maior obstáculo ao vitorioso avanço da Revolução proletária é o reformismo, agente da burguesia nas fileiras operárias. Mas aqui no nosso país temos que, paradoxalmente, o expoente mais característico do reformismo desvirilizador é precisamente da Catalunha, membro de uma organização internacional, a Internacional Comunista, a qual nasceu como consequência de um rompimento ideológico e orgânico com o reformismo. Prisioneiro da burocracia soviética, a qual voltou as costas à revolução proletária internacional, fincou suas esperanças sobre as nações "democráticas" e a Liga das Nações; o comunismo oficial abandonou definitivamente a política revolucionária de classe e se voltou para a aliança com os Partidos democráticos burgueses (Frente Popular) e está preparando psicologicamente as massas para a próxima guerra. Dalí origina-se a palavra de ordem: "Combater pela República democrática parlamentar completada por outra: "Combater pela independência nacional" que traduzidas para a política internacio-



nal, significam: "Sujeição da revolução na Espanha aos interesses do bloco imperialista anglo-francês do qual a própria U.R.S.S. faz parte".

As conseqüências fatais de tal política não tardaram em se fazer sentir: o reformismo, explorando as dificuldades da guerra e as possibilidades de complicações internacionais, auxiliado pelos representantes da burocracia stalinista, que por sua vez explorou o auxílio prestado pela URSS, conseguiu, sistematicamente, as conquistas revolucionárias e está preparando o terreno para a contra-revolução. Nossa eliminação do Governo e da Generalidade, as tentativas de formar um exército popular "neutro e democrático", a supressão da Milícia na retaguarda e a reconstituição da ordem pública na base do restabelecimento da velha máquina da censura de imprensa são os mais importantes degraus deste processo contra-revolucionário que continuará inexoravelmente, até que o movimento revolucionário esteja completamente quebrado, caso a classe operária espanhola não reaja rápida e vigorosamente, reconquistando as posições alcançadas nas jornadas de julho, impelindo para a frente a revolução socialista.

Nesta situação inegavelmente revolucionária, a palavra de ordem "combater pela República democrática e parlamentar", só pode servir aos interesses da burguesia contra-revolucionária. Hoje, mais do que nunca, "a palavra democracia não é mais do que uma capa com que se pretende impedir o povo revolucionário de insurgir-se, de empreender livremente e sem temor por sua própria conta, a construção da sociedade nova". (Lênin)

Como o marxismo revolucionário nos ensinou, a República democrática é apenas uma forma mascarada da ditadura da burguesia. No período da ascensão do capitalismo, quando ela ain-

da representava um fator progressista, a burguesia pôde permitir-se o luxo de conceder às classes trabalhadoras, uma série de liberalidades democráticas", — naturalmente consideravelmente restritas, limitadas, de fato, pela dominação econômica e política da burguesia. Hoje, na época do imperialismo, "o estágio final do capitalismo" a burguesia, a fim de vencer as suas contradições internas, sentiu a necessidade de aparelhar-se de uma brutal ditadura (fascismo), que destrói mesmo essas miseráveis liberdades democráticas. Sob estas circunstâncias o mundo acha-se diante do dilema fatal: socialismo ou fascismo. Os regimes "democráticos" são necessariamente flutuantes, inconsistentes, e na pior das hipóteses embalam e desarmam os trabalhadores com as ilusões "democráticas" e preparam efetivamente o terreno para a reação fascista.

Os stalinistas, a fim de justificar a sua monstruosa traição ao marxismo revolucionário, argumentam que a república democrática que têm em mente, será uma república democrática diferente das outras. Será uma república "popular", na qual terá desaparecido a base material do fascismo. Isto é, eles põem de parte, escandalosamente, a teoria marxista do Estado, como instrumento de dominação de uma classe e caem na utopia democrática dos Estados acima das classes, a serviço do povo. — Com o objetivo de mistificar as massas e preparar a consolidação pura e simples do regime burguês. Uma república na qual terá desaparecido a base material para o fascismo, só pode ser uma república socialista, uma vez que a base material do fascismo é o capitalismo.

#### A ATITUDE DAS TENDÊNCIAS DA CLASSE OPERÁRIA

5) — O "Anti-fascismo" — abstratamente — jeitosamente manipulado



pelos reformistas que preparam política e psicologicamente a intervenção na próxima guerra imperialista mundial apresentada como uma luta entre as nações fascistas, e as democráticas — é o antídoto da revolução proletária, a expressão da política de unidade nacional, contra a qual o marxismo sempre colocou a luta de classe. Se o dilema diante do qual a História colocou o proletariado espanhol é fascismo ou socialismo, o problema fundamental da hora é o problema do poder. Todos os outros — a questão da organização militar, da indústria de guerra dos fornecimentos, da reconstrução econômica, da segurança interna, etc., estão subordinados a este problema fundamental, cuja solução depende de saber a que classe pertence o poder.

Qual é a atitude dos diferentes setores do movimento das classes trabalhadoras a este problema?

O Partido Comunista, o Partido Socialista Espanhol, e o Partido Socialista Unificado, da Catalunha, propugnam a política da Frente Popular a qual pressupõe o exercício do poder pelos governos "anti-fascistas" de coalisão com a burguesia e com o programa democrático burguês.

A C.N.T. e a F.A.I. declaram-se resolutamente partidárias da revolução socialista e portanto inimigo da reconstrução da república democrática, mas a sua tradição que dura há muitos anos dificultam a sua evolução no sentido do conceito do poder proletário. A nossa atitude em relação a êses diferentes setores é determinada pelo papel que êles desempenham e podem desempenhar no curso do desenvolvimento atual.

O Partido Comunista da Espanha, o Partido Socialista Unificado da Catalunha, pela posição política atual, diretamente inspirada pela I.C., — instrumento, por sua vez, da burocracia soviética, — devem ser considerados

como organizações ultra-oportunistas e ultra-reformistas. Por sua política de colaboração de classes, por sua completa renúncia aos princípios fundamentais e à tática do marxismo revolucionário, por sua ajuda declarada e ativa aos planos de estrangulamento da revolução espanhola, concertados pelo capitalismo internacional, o P.C. e o P.S.U.C., desempenham o papel da burguesia no movimento da classe operária, são mais perigosos para a revolução, pois o rótulo marxista com que se adornam facilita a sua penetração nas fileiras do proletariado. O supremo interesse da revolução exige uma crítica constante e implacável das posições políticas destes partidos, crítica que contribuirá efetivamente para acentuar a diferenciação dentro dêles, impelindo por isso mesmo a tomar os elementos proletários, uma posição revolucionária.

Os acontecimentos atuais mostram claramente a inconsistência ideológica da chamada "esquerda" do P. S. Espanhol, cuja fraseologia revolucionária deu origem a tantas esperanças entre um bom número da vanguarda da classe operária. Virtualmente nada resta das tendências da "esquerda" que existia nas vésperas de 19 de julho.

Não há diferença fundamental entre as tendências de "direita" e "centro" por denominador comum — a política da Frente Popular — que as leva a renunciar as posições revolucionárias do proletariado e fazer o jôgo da burguesia democrática. Mas na base do partido é fácil distinguir um profundo mal-estar, principalmente produzido pelas tentativas do stalinismo de absorver o Partido, como já absorveu a juventude — e submetê-lo à política da Terceira Internacional. Muitos dos velhos militantes olham com tristeza e com um sentimento unido de desespero e protesto contra esta obra de destruição, empreendida



sistematicamente contra a organização que criaram com tanto esforço e contra a introdução de métodos repugnantes à sua consciência socialista e às tradições de seu partido. Por outro lado, a escandalosa política stalinista do Partido Comunista, caracterizada por uma monstruosa deformação do marxismo, desperta um temor justificado e permanente entre os milhares de operários sinceramente revolucionários que aderiram ao Partido Socialista Espanhol e que se apercebem com alarme da penetração dos stalinistas nas suas fileiras.

A missão de nosso Partido deve ser ajudar a estes elementos a ver a situação de um modo claro tentando guiá-los para o caminho justo de modo amistoso, isto é, fazê-los compreender a necessidade de uma política clara de intransigência proletária servida por um forte partido revolucionário. Devem-se fazer acórdos temporários com estes elementos, os quais sem aceitar plenamente as nossas posições revolucionárias contudo estão aptos a combater a burocracia stalinista e seus métodos de corrupção.

A C.N.T. e a F.A.I. desde o começo concordaram conosco, reconhecendo que a guerra e a revolução são inseparáveis. Estão de acôrdo também conosco na estimativa de alguns problemas fundamentais, — como a questão do Exército, da ordem pública, etc. Mas as vacilações dessas organizações na questão do poder e a sua posição estreitamente sindicalista que tende a eliminar os partidos (posição que não a impediu de estabelecer a sua colaboração atual com os socialistas e comunistas oficiais por intermédio da GAT) impediram que nosso acôrdo tivesse os resultados proveitosos que desejávamos.

O anarco-sindicalismo corrigiu de modo notável as suas posições precedentes, mas o pêso da tradição o im-

pediu de fazer chegar às suas consequências lógicas essas correções. Assim, por exemplo, renunciaram êles inevitável apoliticismo, entrando no governo da república da Catalunha — entrando no governo de colaboração com os Partidos republicanos burgueses — sem ousar adotar uma atitude afirmativa na questão da formação de um governo perário e camponês. Se a CNT e a FAI tivessem adotado essa atitude teria sido garantido o vitorioso destino da nossa revolução. Só a conquista do poder poderia permitir a solução efetiva e rápida de todos os problemas postos pela guerra, e pela revolução.

Sem dar por findo o tenaz e paciente trabalho para levar as massas a esta posição, exigida tão urgentemente pela atual situação, devemos orientar toda nossa força no sentido de trazer a relações mais íntimas, nosso partido e as organizações da CNT e da FAI que são nosso aliados, nas circunstâncias atuais. Os importantíssimos acórdos já manifestados e a necessidade de defender a revolução em perigo exige uma aliança efetiva que não pressupõe de modo algum o abandono da crítica mútua e nem a renúncia da defesa de nossas posições respectivas.

#### UM GOVERNO REVOLUCIONARIO

6) — O imperioso dever do momento é a conquista do poder pelo proletariado, a aliança com os camponeses e a formação de um governo operário e camponês, único governo capaz de organizar a economia em derrocada e de estabelecer uma ordem revolucionária de acôrdo com as necessidades do povo e da guerra.

Este governo, a fim de que possa ter um poder revolucionário efetivo, não poderia ser escolhido do alto com resultado de combinações mais ou menos diplomáticas e nem pode ser resultado de um Parlamento constituído segun-



do as normas costumeiras da democracia burguesa. Um governo formado por delegados das organizações operárias, escolhidas pelas comissões dos vestígios destas organizações sem dúvida representará um passo à frente em relação à situação atual. Mas não será a espécie de governo que as circunstâncias exigem. Eleitos sob tais condições, certamente não iriam muito além das posições da Frente Popular. O Governo Operário e Camponês deveria ser a expressão direta da vontade revolucionária das massas operárias e camponesas do país. Por isso mesmo não pode sair do Parlamento de 16 de fevereiro, completamente ultrapassado pelos acontecimentos, e nem pode ser dissolvido e no seu lugar deve convocar-se o Congresso que porá as bases econômicas sociais e políticas da libertação da Espanha da dominação capitalista, a qual está sendo forjada nos campos de batalha e a qual escolherá um Governo Operário e Camponês. Tal Assembléia não pode ser do tipo democrático burguês, isto é, não pode ser baseada no direito da representação de todas as classes, mas deve refletir a nova situação criada pela guerra civil e a revolução, concedendo todos os direitos àqueles que estão fazendo a revolução com as armas na mão, ou com o trabalho produtivo. Numa palavra, o Congresso deve ser formado por delegados dos sindicatos, dos camponeses e dos soldados.

Esses mesmos órgãos devem constituir a base para a transformação de toda a máquina do poder começando pelas municipalidades, e as modificações de detalhe exigidas pelas circunstâncias. A orientação que o P.O.U.M. propugna podem ser resumidas nestas duas frases de ordem fundamentais:

- 1) — Conquista do poder pela classe operária.
- 2) — Instituição de um regime socialista.

No período presente da revolução, a conquista do poder pelo proletariado não implica necessariamente a insurreição armada. As posições que a classe operária tem ainda a despeito do retrocesso da revolução, o peso específico do proletariado e de suas organizações e acima de tudo, o fato de continuar com grande quantidade de armamentos nas mãos, permitem a conquista pacífica do poder. Para fazer isto, tudo que se precisa, é que o proletariado torne a confiar na sua própria força, e decida resolutamente impôr a sua vontade. Depende inteiramente disso, que se restabeleça a correlação das forças de 19 de julho, e que a classe operária saiba utilizar essa relação de forças em seu próprio proveito ou, o que vem a dar no mesmo em proveito da revolução.

A conquista do poder pelos operários significa absoluta hegemonia da classe operária com o objetivo de quebrar implacavelmente todas as tentativas de contra-revolução, e a fim de abolir a burguesia. Esta hegemonia da classe operária não pode em nenhuma circunstância identificar-se com a ditadura de um partido, mas pressupõe a mais larga democracia da classe operária. O mais absoluto direito de crítica para qualquer secção do proletariado e a participação de todos, na tarefa comum. Só as classes exploradoras serão privadas de todos os direitos políticos. Quando tiverem desaparecido completamente as classes, os órgãos de coerção se tornarão superfluos e o Estado desaparecerá.

Na conquista do poder a classe operária não se limitará a utilizar a velha máquina do Estado, — como a burguesia democrática o fez, — mas a destruirá até às raízes. Com a ajuda dos comitês de operários, camponeses e soldados, transformará completamente toda a máquina governamental, instituindo seu governo, o único verda-



deiramente democrático. Um governo barato é possível pela destruição do velho e dispendioso sistema burocrático, a eliminação dos salários altos estabelecendo-se o princípio de que ninguém pode receber salário maior do que o dos operários especializados, e pelo controle vigilante e ativo da classe operária.

Verdadeira democracia será garantida pela participação efetiva da imensa maioria da nação, na administração dos negócios públicos, o preenchimento de todos os postos por eleição e a revogação dos seus mandatários a qualquer tempo. Finalmente, o governo operário e camponês será o governo da vitória militar, porque só um governo de tal caráter será capaz de criar a indispensável moral da vitória; só um governo de tal caráter poderá organizar uma indústria sólida de guerra; nacionalizar os bancos, eliminar a especulação, concentrar e mobilizar todos os recursos econômicos da nação, para a guerra.

#### A CLASSE OPERÁRIA E A PEQUENA BURGUESIA

7) — Um dos argumentos de que usam os reformistas mais frequentemente, para justificar a sua colaboração e a sua política contra-revolucionária, é a necessidade de manter o bloco com os partidos da pequena-burguesia, de maneira a garantir o apoio de uma importante porção da população.

A pequena-burguesia constitui, com efeito, um fator de maior importância em todas as nações e particularmente, nos países em que como o nosso, ela constitui uma parte do sistema capitalista, há muito tempo.

Mas por causa de seu caráter intermediário, estando a meio caminho da grande burguesia e da classe operária, por causa da sua dependência econômica, não pode desempenhar um pa-

pel ativo na vida política. Vacilante e indecisa, move-se sempre entre as duas classes básicas, seguindo ora a política de uma, ora a de outra.

Os partidos da pequena-burguesia mantêm a ficção da política independente — política que não é burguesa nem proletária — mas na realidade, são sempre o instrumento nas mãos do grande capital e por esta razão, são instrumentos contra os interesses da própria pequena-burguesia, cujo representante eles pretendem ser. Sua política leva direito à consolidação das posições econômicas do grande capital e, portanto, à completa sufocação da pequena-burguesia. A aliança com os partidos pequeno-burgueses não representa aliança com a pequena-burguesia, mas uma aliança contra ela. A experiência espanhola, desde o 14 de abril até o momento presente, é um eloquente testemunho deste fato. A pequena-burguesia e em primeiro lugar os camponeses não viram satisfeitos, a menor das suas reclamações fundamentais. O que ela alcançou só deve à ação independente da classe operária.

A pequena-burguesia potencialmente não é nem revolucionária nem reacionária. Ela quer a ordem — qualquer espécie de ordem — mas sempre ordem. E tal ordem só a burguesia ou o proletariado podem restabelecer. Quando a classe operária age decisivamente, e dá a impressão do que ela quer e para onde se dirige, a pequena burguesia está neutralizada e uma vasta porção dela segue o proletariado ou mais corretamente, é arrastada por ele. Mas se a classe operária falha no momento decisivo, a pequena-burguesia perde a fé nela, volta-lhe as costas e, uma vez mais, fita os olhos na grande burguesia. Se nesse momento tiver surgido um dirigente mais ou menos demagógico, não lhe será difícil, aproveitar-se do descontentamento, das classes pe-



queno-burguesas e combatê-los em base social, para um movimento destinado a quebrar a classe operária, e instituir um regime de sangrenta ditadura do grande capital (fascismo).

A pequena-burguesia já fez a experiência da república democrática. Repetir essa experiência significa preparar-se para novas derrotas, e criar as necessárias premissas para a incorporação das massas pequeno-burguesas no campo da reação. De outro lado, se a classe operária aparece aos olhos das classes populares como verdadeiro guia da revolução, como a única força capaz de estabelecer um regime forte, — uma nova ordem, — a pequena-burguesia, a seguiria como a seguiu depois das jornadas gloriosas de julho. A política de atrair a pequena-burguesia não significa, portanto, deter o ritmo da revolução, mas sim, acelerá-lo. Quanto mais decidido e audaz o proletariado se mostrar, tanto mais certo poderá êle estar da colaboração da pequena-burguesia, ou pelo menos da neutralização dela.

#### FRENTE ÚNICA OPERÁRIA

8) — A divisão da classe operária é um dos maiores obstáculos para ganhar a confiança das massas pequeno-burguesas, na força invencível do proletariado. A unidade sindical, cuja ausência tem repercussões desfavoráveis sobre a organização socialista da produção, seria um grande passo para a frente mas a burocracia reformista sabota sistematicamente tal unidade porque sente que o movimento sindical unificado escaparia em breve, das suas mãos, e passaria aos elementos revolucionários. Assim, impelir para a frente essa unidade, é o dever estrito da classe operária. No campo político os órgãos de unidade devem ser constituídos para corresponder a estas circunstâncias. Ao fim de 1933 as Alianças Operárias pareciam destinadas a desempe-

nhar em nosso país o papel que os soviets desempenharam na revolução russa. Estas alianças mostraram sua magnífica eficácia revolucionária durante a insurreição das Astúrias, de outubro de 1934. Formada por tôdas as organizações operárias sem exceção, a Aliança Operária das Astúrias mostrou ao mundo com tôda a evidência, o prodigioso heroísmo e a iniciativa de que é capaz um proletariado unido. Mas a política de Frente Popular frustrou êste esplendido comêço e uma vez mais a classe operária anda no encalço dos partidos republicanos. Se as "Alianzas Obreras" não tivessem sido liquidadas pelos campeões da colaboração de classe, os acontecimentos teriam tomado um rumo completamente diferente e sem dúvida o proletariado teria tomado a hegemonia.

Fazer reviver a Aliança Operária seria um engano, porque elas pertencem a uma fase já ultrapassada. Os congressos de delegados dos sindicatos, de camponeses e soldados, representam substancialmente a mesma coisa hoje em dia, que a que as alianças operárias representavam na fase passada. Sobre estes Congressos seria baseado o govêrno da classe operária. Dêles deverão surgir os órgãos do poder; devem encarnar a unidade de ação dos operários, acima das diferenças que os separaram no campo político e sindical. Sobre êles será baseada a futura União Iberica das Repúblicas Socialistas.

Nem a unidade sindical nem essas assembléias de delegados operários, camponeses e soldados, excluem a possibilidade da formação de alianças entre os diferentes setores do movimento operário, que podem concordar na concepção do momento e a atitude da classe operária. Ao contrário, tais alianças são claramente indicadas pela situação presente.

No caso concreto da nossa revolução, a necessidade dita a formação de uma



frente operária revolucionária formada pela CNT, a FAI e o POUM, organizações que concordam na necessidade de deter o avanço do reformismo, e devoltar-se às condições anteriores ao 19 de julho, e concordaram em impelir para a frente a revolução proletária, para os seus fins. Um programa de objetivos claros e concretos, objetivos perfeitamente realizáveis hoje, — seria a base de uma frente operária e revolucionária cuja formação determinará, indiscutivelmente, uma mudança fundamental na correlação de forças e dará um poderoso impulso à revolução.

#### A INTERVENÇÃO E A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

9) — Um dos argumentos favoritos usados pelos reformistas contra a revolução proletária, é o de que a revolução será inevitavelmente esmagada pelas potências capitalistas.

A classe operária cometeria um erro profundo se não contasse com a probabilidade da intervenção armada estrangeira, contra a revolução espanhola. Mas se o proletariado não fosse capaz de lançar-se à luta revolucionária decisiva exceto onde não estivesse cer-

to de não haver intervenção, renunciaria, antecipadamente, a qualquer esperança de emancipação. Pois é evidente que o capitalismo internacional não verá passivamente a vitória do proletariado em nenhum país do globo.

O perigo de intervenção existe e se o fator decisivo fôsse uma técnica superior militar, a derrota do proletariado poderia considerar-se certa. Mas há fatores morais indefinidamente mais eficazes, pelos quais a força expansiva da revolução triunfante na Espanha teria repercussões imediatas nos outros países, particularmente na Itália e na Alemanha, a cujos regimes daria um golpe mortal. A revolução russa foi causa imediata do colapso das potências centrais; ela fez tremar o regime capitalista em toda a Europa e provocou um movimento de solidariedade do proletariado internacional tão intenso e que contribuiu poderosamente para o fracasso da intervenção. As consequências da revolução espanhola não podem ser menos importantes. A vitória da classe operária do nosso país, modificaria imediatamente a favor do proletariado a correlação das forças do mundo inteiro, dando um impulso decisivo à revolução proletária internacional”.



## A TRAGÉDIA DO COMUNISMO POLONÊS ENTRE AS DUAS GUERRAS

Em nosso número anterior divulgamos um trabalho da autoria do historiador e jornalista Isaac Deutscher com o título que encima esta nota. Por um lapso de paginação, pelo que nos excusamos, não saiu o esclarecimento de que esse trabalho foi publicado originalmente em francês na Revista “Le Temps Modernes”, n.º 145, de março de 1958, sob o título de “La Tragédie du communisme polonais entre de deux guerres”.

# Í N D I C E :

|  |     |
|--|-----|
| Tendências Estadonovistas na Política Nacional ..... | 1   |
| PAULO SINGER   |     |
| Esbôço de uma Análise Marxista do Nacionalismo ..... | 6   |
| IZALTINO PEREIRA                                     |     |
| Qual a Posição no nosso Sindicalismo? .....          | 12  |
| AGRIPINO SOARES THOMAS                               |     |
| Atualidade do Manifesto Comunista .....              | 17  |
| EURICO MENDES  |     |
| Luiz Carlos Prestes e seus Aliados .....             | 23  |
| MANUEL AGUSTIN AGUIRRE                               |     |
| A América Latina e o Socialismo .....                | 35  |
| ERNESTO MARTINS                                      |     |
| Tendências da Política Internacional .....           | 49  |
| LUIZ VIDAL   |     |
| Nacionalização e Socialização .....                  | 62  |
| Cartas dos Estados                                   |     |
| O "Plano de Ação" do Governo de São Paulo .....      | 66  |
| HERMÍNIO LINHARES                                    |     |
| A História do Sindicalismo no Brasil .....           | 70  |
| WLADISLAW BIENSKOWSKI                                |     |
| Socialismo contra Mitologia .....                    | 83  |
| ADAM WAZYK   |     |
| Crítica do Poema para Adultos .....                  | 86  |
| Livros & Revistas .....                              | 88  |
| AUGUST THALHEIMER                                    |     |
| Marxismo e Existencialismo .....                     | 90  |
| B. D. WOLFE  |     |
| A Guerra Civil na Espanha .....                      | 114 |
| ANDRES NIN   |     |
| A Natureza da Revolução Espanhola .....              | 125 |



## A V I S O

Agradecemos aos companheiros de interior às contribuições que espontaneamente nos mandaram e que nos permitiram aumentar páginas e circulação deste número. Pedimos, todavia, para facilitar a cobrança, que mandem os cheques postais ou bancários para o seguinte endereço:

Luiz Alberto Dias Lima  
Rua 13 de Maio, 23 — 9º andar — s/922